

DGRH / I

c.c. / IEL

6.8

PASTA Nº 01

Esta pasta que contém comprovantes curriculares de:
KANAVILLIL RAJAGOBALAN, numerados de 01 a 04, refere-se ao
processo nº 4627/84, vida funcional em nome do interessado.

DGRH-1, 01.08.84

Meyl

Documentos que deverão constar da pasta
de comprovantes da (n) Prof. (a) e não
deverão ser colacionados no processo. 4627/84

DGA-5, 30, 07, 84

Reuê

O CASO DE VERBOS PERFORMATIVOS NO NEGATIVO: SEMÂNTICA OU PRAGMÁTICA?

— TRÉPLICA A MARY KATO *

Kanavillil Rajagopalan
 PUC-SP.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é examinar duas propostas com relação ao comportamento de expressões como "Eu não {ordeno, prometo, afirmo . . .} que" em língua natural e seu valor comunicativo. A primeira proposta, de nossa autoria (Rajagopalan, neste volume), trata do fenômeno como um problema pragmático e oferece uma explicação utilizando recursos de teoria de atos de fala que, dentro da nossa concepção, faz parte de um componente pragmático (Veja § 3 para uma discussão mais detalhada). A segunda proposta, da autoria de Mary Kato (também neste volume), não emprega nenhum conceito da teoria de atos de fala para explicar o fenômeno em questão e, deste modo, se qualifica como uma explicação inteira e exclusivamente semântica.

2. IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

Do ponto de vista metateórico, a situação acima mencionada nos parece extremamente interessante. Isto porque, as duas explicações parecem ser capazes de dar conta de todos os fatos lingüísticos com que ambas se preocupam. Mais ainda, as duas propostas utilizam conceitos e termos teóricos que não são intercambiáveis, de modo que as diferenças não são meramente terminológicas como parecem ter sido em muitos outros casos semelhantes.

O interesse maior das duas análises consiste no fato de que uma discussão a nível metateórico sobre os méritos de cada uma delas possibilitaria, a nosso ver, um confronto direto entre semântica e pragmática, confronto esse que, em muitas outras ocasiões, tem sido prejudicado por (i) lamentável falta de consenso sobre os termos 'semântica' e 'pragmática'; (ii) diferenças radicais com relação a pressupostos teóri-

cos que direta ou indiretamente contribuem para (i); (iii) âmbito de discussão tão vasto que dificulta um exame devidamente rigoroso de cada caso; e (iv) não apresentação de dados empíricos suficientes para que se possa examinar os méritos dos argumentos em um nível mais concreto.

Já que temos um caso específico que elimina (iii) e (iv), passemos a nos posicionar frente a (i) e (ii) para que, em seguida, possamos discutir a questão com mais nitidez e menos vagueza.

3. SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

Seria pretencioso demais nos lançarmos a uma discussão neste assunto sem pedir desculpas ao leitor: são tantas as opiniões e convicções a respeito desta questão que seria quase impossível tomar uma posição absolutamente inédita. Portanto, não pretendemos oferecer nada de novo, pretendemos, apenas definir uma determinada posição dentre várias logicamente possíveis e efetivamente defendidas por diferentes estudiosos em épocas e contextos diferentes.

Vale a pena, no entanto, lembrar que não há nada sagrado sobre os termos em si, ou seja, decidir de antemão que chamaremos de 'pragmático' (ou seja qual for o termo de que nos apropriemos) um determinado fenômeno, é, em última análise, uma questão da vontade do investigador.

Por sua própria natureza a língua natural não se apresenta em fatias discretas, da mesma maneira que a natureza não nos apresenta o firmamento em esferas diferentes discretamente definidas. Somos nós que decidimos que um fenômeno 'x' constitui um fenômeno pragmático ou, no caso da atmosfera, que, a partir de uma certa altitude, chamaremos o espaço de, por exemplo, exosfera. Porém, é preciso deixar claro que quem decide empregar um termo qualquer tem obrigação de esclarecer porque precisa de tal termo e porque precisa isolar o espaço conceitual designado por tal termo e diferenciá-lo de outros espaços próximos, espaços esses que, em conjunto com o primeiro, constituem a totalidade do espaço conceitual que corresponde ao fenômeno em questão.

No caso de modelos lingüísticos, quando se usa um termo como 'pragmática', é preciso definir com clareza qual a fatia que o termo deve cobrir, quais os outros termos que designam as demais fatias que esgotam o resto do fenômeno (no caso, linguagem), e porque a primeira fatia merece um termo diferente das outras.

Tendo destacado as considerações preliminares, prosseguiremos definindo a nossa posição. A semântica tem a ver com os aspectos da significação decorrentes de considerações de verdade e falsidade. Em

outras palavras, o conceito central da semântica é o de valor veritativo. Na medida em que sinonímia, contradição (no sentido lógico), implicação (material e estrita) etc., são ligadas ao conceito de valor veritativo, tais aspectos fazem, em nossa opinião, parte de estudos semânticos. Assim, o âmbito de estudo semântico seria a chamada proposição. (Note-se que a sintaxe trata de frases gramaticais de uma língua e as várias regras determinísticas que regem a formação de tais frases).

A pragmática leva em conta os seres humanos que estão por trás do uso de enunciados e os vários fatores para-e extra-lingüísticos que acompanham o uso de linguagem para fins comunicativos, em cujo desempenho o componente estritamente lingüístico é apenas uma parte, embora de interesse primordial.

Em nossa concepção, a noção de atos de fala faz parte da pragmática⁽¹⁾, pois um ato de fala é, por definição, algo que foge a considerações veritativas. Quando afirmo que a lua é um pedaço de queijo, meu ato de afirmar não é nem falso e nem verdadeiro, enquanto que o conteúdo proposicional de minha afirmação, isto é, a idéia de que a lua seja um pedaço de queijo, pode ser julgada em termos veritativos (no caso, falsa).

É importante observar que a posição esboçada acima se baseia no pressuposto teórico que confere lugar privilegiado ao papel comunicativo de língua natural, pressuposto esse que tem sido vigorosamente contestado por, entre outros, Noam Chomsky (passim, especialmente Chomsky, 1975) mas aceito, de modo geral, por membros e adeptos do grupo da chamada filosofia oxfordiana. Assim, podemos dizer, inclusive, que em nossa visão, o estudo da pragmática se situa em uma área muito mais vasta, que é a de comunicação. Como observa Bierwisch (1980), o estudo de atos de fala é mais do que uma teoria da linguagem, é uma teoria de comunicação.

Dada a nossa posição, segue-se o fato de que os termos teóricos empregados em uma análise lingüística pertencem a um ou outro nível (semântico ou pragmático) e nunca a um e outro nível ao mesmo tempo. Assim, em uma análise pragmática, termos como 'imperativo', 'interrogativo' etc. não têm nenhum valor teórico; a única utilidade de tais termos, no caso, seria descritiva ou expositória, ou seja, a de se referirem a um certo fenômeno de uma maneira fácil de se identificar. No caso de 'interrogativo', por exemplo, a alternativa seria a de fazer referência ao fenômeno em questão como "a forma sintática de uma frase, tal como usada tipicamente (embora não necessariamente e nem unicamente) para efetuar um ato locucionário de pergunta e cuja representação semântica contém (no caso das chamadas perguntas -q) pelo menos uma variável livre, não podendo, portanto, ser qualificada como uma propo-

sição, mas, sim, como uma função proposicional dentro do escopo de um operador interrogativo". Como se pode notar, a paráfrase acima não usa a linguagem nem da sintaxe e nem da semântica; só a menciona. Contanto que a terminologia mista (como será o caso se aproveitarmos de 'interrogativo' em uma discussão a nível pragmático) não nos leve a uma anarquia conceitual, a mesma pode ser permitida em nossa metalinguagem, objetivando a economia expositória que resultaria de tal concessão.⁽²⁾

4. FATOS, FENÔMENOS, PROBLEMAS E EXPLICAÇÕES

Os chamados fatos da linguagem, que fascinam os lingüistas e filósofos, são dados empíricos encontrados por via de experiência própria ou através da intuição lingüística. Por exemplo, é um fato conhecido que expressões como "Vá à farmácia" ou "Me dê uma aspirina" correspondem sistematicamente a outras como "Você vá a farmácia" e "Você me dê uma aspirina", correspondência essa que torna possível prever a forma de expressão que corresponderia a qualquer expressão do tipo comumente chamado 'imperativo'. O fato se torna um problema quando percebemos que o único pronome que pode ocupar a posição inicial nessas frases é o de segunda pessoa. Dado o problema, procura-se uma explicação. Não pode haver nenhuma explicação a não ser dentro de um modelo teórico, implícito ou bem elaborado, mas previamente disponível. Isto é, não se cria o modelo teórico através de explicações isoladas. Ao contrário, é o modelo teórico que torna possível uma explicação. O que pode acontecer a mais é que o próprio modelo sofra ampliações, modificações, ou até revisões devido ao surgimento de novos fatos e novos problemas. No entanto, a identificação de um fato ou de um fenômeno com um problema já envolve um certo grau de ascensão do nível empírico-observacional a um nível teórico ou pré-teórico, pois mesmo uma apresentação de problema emprega determinados termos teóricos que, por sua vez, implicam em certo posicionamento frente a um modelo teórico ou outro.

Uma vez identificado o problema, podemos chamar os dados em questão de um fenômeno sintático, semântico, pragmático e assim por diante, sempre com base no tratamento teórico (ou seja, a explicação teórica) que pretendemos dar.

Voltando ao caso de frases imperativas (note-se que este termo já implica na identificação do problema como constituindo um fenômeno sintático), uma explicação estritamente sintática (de fato, uma que tem certa respeitabilidade tradicional) seria postular na estrutura profunda das frases em questão um sintagma nominal no lugar de sujeito, cuja forma morfológica seria "você" (ou "o senhor" etc.). Te-

remos, assim, uma explicação "puramente sintática" para um fenômeno "puramente sintático".

No entanto, não se deve concluir que os fatos lingüísticos existem para serem explicados em um só nível ou seja, que uma vez explicado dentro de um nível, o mesmo fato não pode ter nenhuma outra explicação que utilize conceitos que pertencem a outro nível.

No caso específico das construções imperativas, o fato de as mesmas terem "você" como sujeito "escondido" se explica facilmente à luz do reconhecimento de que em qualquer situação de interação lingüística há sempre um falante, um ouvinte e um ato de fala executado pelo falante (cf. Searle, 1975:167 para um desenvolvimento deste argumento).

A segunda explicação, que, dentro da nossa posição tal como apresentada no § 3 caberia na pragmática; dá apoio 'independentemente motivado' à explicação sintática e, o que é mais, justifica porque o sujeito oculto só pode ser a segunda pessoa e não a primeira ou terceira. Conceitos como 'ouvinte' não têm lugar em uma explicação estritamente sintática, a não ser por via indireta ou como uma maneira fácil e econômica de designar o referente típico do constituinte "você" tal como aparece em um enunciado. Como se pode notar, o único termo sintático que aparece na paráfrase de "ouvinte" é "constituente": isto é, dentro de uma explicação sintática, "ouvinte" significa nada mais que o constituinte, cuja forma grafêmica é "você" (ou "o senhor" etc.).

5. EXPLICAÇÃO SEMÂNTICA VERSUS EXPLICAÇÃO PRAGMÁTICA

Antes de examinar as duas propostas mencionadas no início deste artigo, gostaríamos de explicitar o uso dos termos metateóricos 'explicação semântica' e 'explicação pragmática'. Entendemos por 'explicação semântica', uma explicação de um determinado fenômeno lingüístico na qual se usam só termos semânticos, e nenhum termo que não caiba dentro do conjunto de termos já isolados ou que poderia ser derivado e que seja compatível com os pressupostos teóricos esboçados no § 3, de acordo com o qual, a semântica trata de aspectos de significação que têm a ver com condições veritativas que regem proposições. Entendemos por 'explicação pragmática', uma explicação dada a um determinado fenômeno lingüístico comunicativo, na qual se emprega pelo menos um termo pragmático (isto é, a explicação pode mencionar termos de outros níveis como semântica, mas deve usar pelo menos um termo que não pode ser justificado pelos princípios da semântica).

De acordo com a definição de 'explicação pragmática' elaborada acima, o que distingue uma explicação pragmática é a utilização

de pelo menos um conceito pragmático. Há, no entanto, palavras que podem ser usadas como termos tanto em semântica, quanto em pragmática.

A diferença seria conceito que está por trás dessas palavras as qualifica como termos. Um caso exemplar é 'proposição'.

Em semântica, a proposição constitui algo que tem capacidade de assumir um valor veritativo, ao passo que, em pragmática, a proposição é uma das manifestações de 'conteúdo proposicional' que junto com uma força ilocucionária forma um enunciado. Porém, há casos em que considerações sobre o valor veritativo de uma proposição (isto é, considerações que pertencem ao nível da semântica) fazem parte de uma explicação pragmática. Assim, dentre as várias 'condições de felicidade' que regem o ato ilocucionário de afirmar há uma que diz respeito ao conteúdo proposicional (no caso, a proposição afirmada no ato) a saber: para que o ato seja sincero é necessário que o falante creia que a proposição é verdadeira. Isto é, a consideração de valor veritativo da proposição que, por definição nossa, faz parte de semântica, torna-se no caso uma das condições de felicidade de um ato ilocucionário, conceito este que, por sua vez, pertence ao nível pragmático.

6. UM FATO, DUAS EXPLICAÇÕES

Examinaremos a seguir o caso de duas explicações para o mesmo fenômeno, a que nos referimos no § 1 e que motivou a exposição das observações contidas neste artigo.

O fato em questão tem a ver com expressões do tipo "Eu não ordeno que". As duas propostas (a proposta pragmática de Rajagopalan e a proposta semântica de Kato), concordam que há limitações com respeito às possíveis interpretações de tais enunciados. Por exemplo, no caso de "Eu não ordeno que.", o enunciado como está não pode ser interpretado como dizendo "Eu afirmo que." ou "Eu pergunto se." etc.

Resumiremos os pontos principais das duas propostas, deixando de lado aqueles que não afetam a área de divergência. A explicação pragmática toma, como ponto de partida, o fato de que todo enunciado, em virtude da expressão pela qual seu conteúdo proposicional se manifesta, delimita as possíveis forças ilocucionárias que possa possuir em ocasiões diferentes de enunciação. No caso de um enunciado performativo explícito que contém o verbo performativo (cuja função é a de explicitar a força ilocucionária) no negativo, ao enunciado só pode ser atribuída uma outra força já permitida pela forma do enunciado simples (isto é, a forma sem o prefácio performativo). Assim, por exemplo, atos como ordenar, solicitar e suplicar compartilham a mesma condição, no

tocante ao conteúdo proposicional, que é a de que o estado de coisas desejado não se pode obter no momento da enunciação. É por esta razão, diz o argumento, que no caso de o falante explicitar a força do seu enunciado como não sendo a de ordem, o ouvinte só pode interpretar o ato como uma solicitação ou uma súplica etc., e não como investido de qualquer outra força aleatoriamente escolhida, tal como a de afirmação ou promessa.

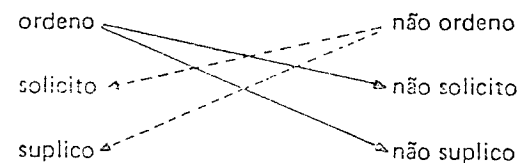
Antes de passar à explicação alternativa proposta por Kato, vale a pena explorar, com um pouco mais de detalhe, o raciocínio que sustenta nossa tese. O enunciado (1) pode perfeitamente ter a mesma função de (2), (3) ou (4).

- (1) Faça isso.
- (2) Eu ordeno que faça isso.
- (3) Eu solicito que faça isso.
- (4) Eu suplico que faça isso.

Se um falante, em uma determinada situação, preferir (2) a (1), ele estará querendo deixar explícita sua intenção quanto ao enunciado, ou seja, como ele quer que seja interpretada a força ilocucionária do seu enunciado. No caso, o falante não quer que o enunciado seja interpretado nem como uma solicitação e nem como uma súplica, mas sim como uma ordem. Agora, o que acontece em casos como (2'), (3') e (4')?

- (2') Eu não ordeno que faça isso
- (3') Eu não solicito que faça isso
- (4') Eu não suplico que faça isso

No caso, por exemplo, de (2'), o falante está tentando evitar a possibilidade (de fato, uma probabilidade muito grande) de (1) ser entendido como uma ordem (caso contrário, ele poderia contentar-se perfeitamente com a forma mais simples que é (1)). Isso quer dizer que tanto (2) quanto (2') é usado em lugar de (1), sendo que em (2), a intenção é de garantir a interpretação do enunciado como uma ordem, enquanto em (2'), a intenção é de evitar a possibilidade de o enunciado ser interpretado como uma ordem. Se supusermos que (2), (3) e (4) são as únicas interpretações possíveis de (1), podemos concluir que (2') deixa livres as duas possibilidades restantes de interpretação de (1) que são (3) e (4). Podemos captar todas estas observações no seguinte quadro.



A interpretação do quadro seria: "ordeno" implica em "não solicito" e "não suplico", "não ordeno" implica em "solicito" ou "suplico", ou, alternativamente,

- "ordeno" implica necessariamente em "não solicito" e
implica necessariamente em "não suplico"
- "não ordeno" implica possivelmente em "solicito" e
implica possivelmente em "suplico"

Assim, de certo modo, há uma certa indeterminação quanto ao uso de "não ordeno". Só o contexto maior de enunciação poderia determinar qual dessas duas (isto é "solicito" e "suplico") seria escolhida pelo ouvinte como estando de acordo com a intenção comunicativa do falante.

A tese contestadora de Kato procura estabelecer que o fenómeno pode ser explicado "pela própria natureza lexical dos [verbos] performativos". Kato duvida que (4) possa ser possível interpretação de (2'). Diz a autora: "A interpretação de 'Eu não ordeno', para mim, só pode ser 'Eu solicito' e não 'Eu imploro' (rodapé 4). Descartada uma das duas alternativas, o problema para Kato fica o de explicar porque, de acordo com ela, "não ordenar" e "não suplicar" nos levam à única interpretação de "solicitar", enquanto "não solicitar" ainda continua tendo "ordenar" e "suplicar" como possíveis interpretações. A explicação apresentada é a seguinte: Os três verbos em questão formam uma escala, com "ordenar" e "suplicar" ocupando os pontos extremos e "solicitar" ocupando um ponto no meio. Segundo Kato, a negação de qualquer elemento nessa escala implica no elemento mais próximo⁽³⁾. Assim, a negação de qualquer elemento do extremo da escala implica no elemento medial, ao passo que a negação do elemento medial implica nos elementos que ocupam os dois extremos (evidentemente porque, tanto um quanto outro, se qualificam como 'o mais próximo'). Alega a autora ainda que o comportamento dos verbos performativos não manifesta nenhuma diferença em comparação com outros campos semânticos (semantic fields) tal como o constituído pelos lexemas "escaldante", "morno", "frio", e "gelado" que também formam escalas.

Kato conclui sua proposta dizendo: "Todos os aspectos abordados sobre performativos podem ser codificados em um componente semântico-lexical que apresente as relações entre os vários itens lexicais e as regras produtivas de acarretamento semântico".

7. OBJEÇÕES A PROPOSTA DE KATO

A proposta semântica de Kato parece, à primeira vista, muito atraente e preferível à proposta pragmática, na medida em que ela (a) não recorre a nenhum conceito, a não ser os já estabelecidos em terre-

nos independentes e (b) permite uma maior generalização (enquanto a proposta pragmática trata de verbos performativos como um grupo especial e oferece um tratamento especial).

No entanto, há uma série de considerações — empíricas, bem como teóricas — que tornam duvidosa a viabilidade da proposta semântica. No que segue, levantaremos algumas delas.

Em primeiro lugar, ao contrário do que diz Kato, "não ordenar" pode perfeitamente ter como interpretação "suplicar". A evidência disso vem do seguinte exemplo. Suponhamos que o palácio do Rei Arthur esteja cercado por exércitos inimigos, prontos para lançarem-se ao último ataque. Nem a ajuda dos famosos cavaleiros valentes da Távola Redonda adiantou. A única esperança que resta para o rei é a mágica do nosso velho amigo Merlin. Mas acontece que Merlin está passando dias em solidão, aborrecido com o rei por causa de um desentendimento. A situação de desespero leva Sua Majestade a ir até a torre de Merlin e dizer:

(5) Eu não estou ordenando que faça alguma coisa para salvar o trono.

A nosso ver, o efeito comunicativo deste enunciado seria como se o rei tivesse dito (6)

(6) Eu suplico que faça alguma coisa para salvar o trono.

A interpretação de (5) como (6) se baseia no seguinte raciocínio. O emprego de "não ordenar" em (5) se deve ao fato de que "ordenar" a seus súditos faz parte do comportamento normal de um rei. O rei optou por explicitar a força ilocucionária do seu enunciado como não sendo a de ordem porque, sem o prefácio performativo, o enunciado simples, isto é, "Faça alguma coisa" seria interpretado como uma ordem. Descartada a interpretação como ordem, sobram (entre outras) as duas possibilidades: solicitação e súplica. Mas, em vista da situação desesperadora do rei e do desentendimento entre os dois, uma mera solicitação não seria suficiente. Tanto o rei quanto Merlin sabem disso. Assim, ao dizer (5) Sua Majestade estaria, ao mesmo tempo, pedindo desculpas a Merlin e verbalmente ajoelhando-se, por assim dizer. "Suplicar" combina muito melhor com esta postura mental do que "solicitar".

De acordo com Kato (5) implicaria não em (6), mas em (7)

(7) Eu estou pedindo/solicitando que faça alguma coisa.

Examinemos os próprios exemplos de Kato (os números em parênteses com prefixo 'K' se referem a numeração no texto de Kato)

(8) (K.11) Eu não estou ordenando que saia (=estou pedindo) (=estou implorando)

(9) (K.12) Eu não estou implorando que saia (=estou pedindo)

(=estou ordenando)

Dada uma escala, diz a autora, "a negação de um [elemento] implica não em qualquer outro, mas no [elemento] mais próximo.

Ora, se entendermos o termo 'implicação' como uma relação lógica, a alegação de Kato deve ser interpretada como estabelecendo a seguinte relação lógica:

(10) Eu não estou ordenando que faça alguma coisa $\supset$ Eu não estou suplicando (implorando) que faça alguma coisa.

A melhor prova de que não se obtém tal implicação é o fato de (11) ser perfeitamente aceitável.

(11) Eu não estou ordenando, eu estou suplicando que faça alguma coisa para salvar o trono.

Isso porque, não há implicação que permita simultaneamente a afirmação do antecedente e a negação do conseqüente.

Uma saída para o impasse acima mencionado seria dizer que a implicação em questão não é uma implicação lógica, mas uma 'implicatura conversacional' do tipo discutido em Grice (1975, 1978), implicações essas que têm a propriedade de serem canceladas. Porém, fica bastante difícil acreditar que Kato queira admitir tais regras conversacionais na sua concepção de semântica.

Um outro argumento de Kato que pode ser questionado tem a ver com o escalonamento dos três verbos "ordenar", "pedir (solicitar)" e "suplicar (implorar)" e a contestação de que tal escala é do mesmo tipo de escala formada por "esquente", "quente", "morno", "frio" e "gelado", ou mesmo da escala formada por predicados polares como "rico" e "pobre".

Com respeito aos adjetivos "esquente", "quente", "morno", "frio" e "gelado" podemos dizer que todos eles ocupam diferentes lugares numa escala singular que é a de temperatura, sendo que cada um possui um grau diferente do mesmo traço comum que possibilita o escalonamento. Assim, o conteúdo semântico do lexema "morno" pode ser aproximadamente expresso por uma expressão complexa como "leve ou ligeiramente quente". Em outras palavras, quando um grupo de lexemas pertence à mesma escala (em virtude da posse da mesma propriedade), o conteúdo semântico do lexema 1_n pode ser captado aproximadamente por uma expressão complexa constituída por 1_{n-1} e um modificador como "levemente" (sendo $1_1, 1_2, \dots, 1_3$ a ordem decrescente dos lexemas em termos de suas posições na escala).

A questão que se levanta agora é a seguinte: Será que o mesmo acontece com a chamada escala: "ordenar", "pedir", e "suplicar"? Como se pode notar, o teste de aproximação ao sentido de um através da modificação de outro, produz resultado negativo. Isto é, mesmo com a

máxima generosidade de latitude, não podemos admitir, por exemplo, que "pedir" queira dizer "ordenar suavemente", ou por outro lado, que "ordenar" seja uma variação mais forte de "pedir". Em outras palavras, nenhum dos verbos em questão se traduz (mesmo aproximadamente) com ajuda de outro e um advérbio de gradação.

Antes de continuar examinando as diferenças entre os dois grupos de lexemas (adjetivos de temperatura e verbos impositivos), vejamos o que há de semelhante entre os dois. Indubitavelmente, há uma certa razão para dizer que os três verbos "ordenar", "pedir (solicitar)" e "suplicar (implorar)" constituem, na mesma ordem, uma escala. Podemos, também, caracterizar, em linguagem ingênua, de "mais forte versus menos forte", o fator responsável pelo escalonamento dos verbos em questão.

Mas o raciocínio começa a se complicar, quando tentamos traduzir a observação para uma linguagem tecnicamente precisa. Como já vimos, o conceito da força implícita na caracterização "mais forte versus menos forte" não permite nenhuma modificação (intensificação ou abrandamento) a fim de permitir a aproximação de um elemento ao elemento próximo na escala. Daí, a pergunta: Qual (Quais) o(s) critério(s) que permitiria(m) o agrupamento dos três verbos em uma só escala?

"Ordenar" se distingue, *inter alia*, de "suplicar" por uma relação de inversão com respeito à relação em termos de superioridade inferioridade entre dois indivíduos. Isto é, ordenar é um ato que procede de cima para baixo, ao passo que, em suplicar, a direção é de baixo para cima. No caso de pedir, a relação pode ser tanto uma quanto a outra.

Se nos concentrarmos nos dois verbos "ordenar" e "suplicar", fica claro que a idéia de força depende da idéia de poder que cada um acarreta. Isto é, dado que "A ordenou a B" e "C suplicou a B", podemos concluir que A é superior a B, enquanto C é inferior a B, ou seja, que A, B e C constituem uma ordem decrescente no parâmetro de poder. Isto, por sua vez, quer dizer que o escalonamento de "ordenar" e "suplicar" não está baseado em nenhum fator no interior do conteúdo semântico dos verbos, mas em fatores extra-lingüísticos como poder ou prestígio que se obtêm em relação aos indivíduos envolvidos. Veja também que a determinação de poder vai depender de em qual lado da transação lingüística nós nos localizamos (situamos). Isto é, do ponto de vista de quem ordena, "ordenar" acarreta superioridade (real ou psicológica); do ponto de vista de quem recebe a ordem e de quem a executa, "ordenar" acarreta inferioridade. Ora, neste respeito, os verbos impositivos manifestam uma tendência bastante diferente dos adjetivos de temperatura: os elementos "quente", "frio" etc. referem-se a uma

norma pré-fixada para todos. Embora o conceito de "frio" varie de um indivíduo para outro, podemos considerar a temperatura atmosférica como quente ou fria ou normal, com base num critério estabelecido independente de qualquer variação individual (como acontece de fato no caso de comentários meteorológicos no rádio e na televisão).

Do ponto de vista semântico, o que possibilita o agrupamento dos verbos impositivos é o conteúdo comum que eles compartilham, conteúdo esse que é o significado da palavra "pedir". Da mesma maneira, o que possibilita o agrupamento dos adjetivos "esquálido", "quente" etc. é o fato de que todos eles têm a ver com temperatura. No caso deste segundo grupo, há possibilidade, também, de um escalonamento, graças ao fato de que os adjetivos se distinguem em termos de diferentes graus do mesmo traço. Mas não há como escalonar os verbos impositivos apenas com base no seu conteúdo comum. Isso porque, como já vimos, não se pode definir "pedir" como "ordenar suavemente" ao contrário de "morno" que pode ser definido como "ligeiramente quente". Significa isto que a intuição dos falantes nativos quanto ao escalonamento das palavras "ordenar", "solicitar" e "suplicar" leva em consideração não só o conteúdo comum das palavras (isto é, o significado de "pedir"), mas também outros fatores como a relação interpessoal entre os locutores.

De qualquer modo, tanto Kato como nós acreditamos que "ordenar", "pedir" e "suplicar" formam um grupo natural, o que não acontece no caso de, por exemplo, verbos como "ordenar", "multiplicar" e "matar". As diferenças entre nós estão nos seguintes pontos:

- (a) para Kato, os verbos impositivos constituem uma escala semântica, para nós tal escalonamento fatalmente utiliza conceitos como a relação interpessoal entre os interlocutores, conceitos esses que não são disponíveis à semântica (o que há de comum entre "ordenar", "suplicar" etc. são fatores como objetivo ilocucionário (illocutionary point), a direção de adequação (direction of fitness) etc., fatores esses discutidos em Searle, 1973).
- (b) para Kato, os verbos impositivos "ordenar" e "suplicar" têm o mesmo comportamento dos adjetivos polares como "rico" e "pobre" ou "esquálido" e "gelado", termos esses que "admitem também uma gradação que pode ser manifesta por outros itens lexicais ao invés de elementos auxiliares como a negação ou intensificadores"; para nós, os verbos impositivos comportam-se como co-hipônimos.

Quanto a (b), a prova a nosso favor consiste na possibilidade de locuções como (1) que, como foi demonstrado, contraria a posição de Kato. Ora, se é fato que "não ordenar" pode querer dizer "suplicar",

tanto quanto "solicitar", o grupo de impositivos segue o mesmo caminho do grupo composto por palavras que indicam cor, sobre o qual diz Kato: "... a negação da cor amarela nos leva a uma paráfrase com uma disjunção múltipla, característica típica de enunciados vagos".

Com respeito a (a), a prova conclusiva será oferecida no § 7.1.
7.1. "Pedir" locucionário e "Pedir" ilocucionário

Consideremos os seguintes enunciados:

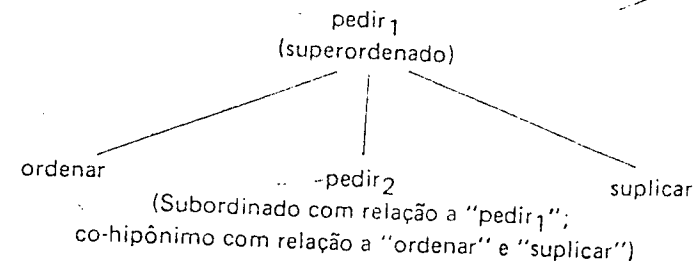
- (12) A a B : Eu ordeno que você saia.
- (13) A a B : Eu solicito que você saia.
- (14) A a B : Eu suplico que você saia.
- (15) C a D : A pediu a B que saísse.

De certa maneira, o enunciado de C em (15) serve como discurso indireto que corresponde a qualquer um dos enunciados (12), (13) e (14). Evidentemente, em (15) perde-se algo que o discurso direto possui — por exemplo, o fato de que, no caso de (12), A se baseou na sua posição de autoridade ou assumiu um papel de superioridade ao fazer seu pedido (mais discussão adiante).

O fato de (15) poder servir como discurso indireto se deve a um outro fato, ou seja, de que palavras como "ordenar" e "suplicar" podem ser definidas usando-se "pedir" como parte da definição. Por exemplo, "ordenar" pode ser defendida como "pedir" a alguém, para fazer algo, invocando ou assumindo certa posição de autoridade. Como se sabe, esta propriedade caracteriza os chamados termos superordenados. Assim, com relação a "pequês", "boxer" e "pastor alemão", a palavra "cão" seria o termo superordenado. Da mesma maneira que podemos dizer "o pastor alemão é um cão", podemos dizer que "ordenar é um modo de pedir".

É importante notar que o comportamento de "pedir" como termo superordenado a "ordenar" é totalmente diferente do comportamento de "pedir" como co-hipônimo de "ordenar" (discutido no § 7.0) co-hiponímia é uma relação que se obtém entre dois termos que são ambos subordinados com respeito a um terceiro termo. Nota-se que nenhum termo pode ser definido em termos de um co-hipônimo, como prova a não-aceitabilidade de "o pastor alemão é um (tipo de) pequês".

Podemos representar as duas relações de "pedir" pelo seguinte diagrama:



Tentaremos a seguir mostrar que "pedir₁" pertence ao nível locucionário (portanto, no âmbito da semântica), enquanto "pedir₂" pertence ao nível ilocucionário (portanto, dentro do domínio da pragmática). Mas antes, vale a pena considerar os seguintes enunciados:

- (16) "É verdade que o Geraldão pediu para você engraxar seu sapatos?"
- (17) a. "Sim, de fato ele ordenou que eu engraxasse os sapatos dele".
b. "Ele não pediu, ele me ordenou".

As duas possibilidades de responder a (16) — positivamente como em (17a) ou negativamente como em (17b) — são facilmente explicadas da seguinte maneira.

Em (17a), a palavra "pedir" em (16) é interpretada como "pedir₁", enquanto em (17b), a palavra é interpretada como "pedir₂". Assim, em (17a) a resposta segue o exemplo de (18) e em (17b) a resposta segue o exemplo de (19)

- (18) A : Seu vizinho tem um cachorro?
B : Sim, ele tem um pastor alemão.
- (19) A : Seu vizinho tem um boxer?
B : Não, ele tem um pastor alemão.

Para entender melhor a diferença entre "pedir₁" e "pedir₂", voltemos a considerar (12) e (15) (reproduzidos abaixo a fim de facilitar a consulta) e (20)

- (12) A a B : Eu ordeno que você saia.
- (15) C a D : A pediu a B que saísse.
- (20) C a D : A ordenou a B que saísse.

Uma questão que se levanta é a seguinte: Qual a diferença entre (15) e (20)? Como já foi notado, em (15), o falante (isto é C) retém alguma parte da informação contida em (12) — a parte da informação que diz respeito ao fato de A ter tomado uma atitude de superioridade vis-à-vis B. Em (20) repassa toda a informação.

Porém, a diferença entre (15) e (20) é muito maior do que

totalmente excluído pelo contexto. Como exemplo, consideremos o seguinte enunciado dentro do contexto elaborado a seguir:

(25) Eu não permiti que a força aérea bombardeasse as aldeias. Suponhamos que quem enuncia (25) é um ditador que vem sendo condenado pela imprensa mundial por causa de um massacre que ocorreu em seu país como parte de uma ação contraguerrilha, na qual morreram centenas de pessoas inocentes. Ao dizer (25) durante a primeira entrevista coletiva concedida a jornalistas estrangeiros, o ditador não poderia estar querendo dizer (26), mas algo parecido a (27), porque (26) implicaria em algo parecido com (28), que simplesmente não poderia ter sido sua intenção comunicativa. (27), por sua vez, implicaria em algo parecido com (29).

(26) Eu proibi que a força aérea bombardeasse as aldeias

(27) A força aérea agiu por conta própria

(28) A força aérea agiu contra as minhas diretrizes

(29) Eu não sou quem deu a ordem para o massacre e pretendo investigar o caso e punir os responsáveis.

9. CONCLUSÕES

9.1 Específicas

A discussão acima nos levou às seguintes conclusões com respeito ao comportamento de verbos performativos, principalmente, os no negativo, em línguas naturais:

- (a) A estrutura léxico-semântica dos verbos performativos e o que podemos chamar de sua performatividade pertencem a níveis diferentes.
- (b) Devido a (a), os aspectos de comportamento de tais verbos que envolvem sua performatividade não são suscetíveis de uma explicação puramente semântica.
- (c) Os verbos performativos, na sua função de portadores de forças ilocucionárias, não são reduzíveis um a outro, embora haja tais relações entre estes verbos, quando considerados do ponto de vista estritamente semântico, como simples itens lexicais.
- (d) A explicação estritamente semântica não dá conta das duas possibilidades de resposta em (17), fato esse cuja explicação necessita recorrer à distribuição entre 'ato locucionário' e 'ato ilocucionário', conceito esse que não é disponível na teoria semântica, tal como abordada no § 3.

9.2 Gerais

No § 2 levantamos a hipótese de que uma comparação entre a explicação pragmática (proposta por Rajagopalan) e a explicação semântica (apresentada por Kato) do comportamento de verbos perfor-

mativos no negativo, poderia nos levar a discutir questões mais amplas, como os papéis de semântica e pragmática no estudo de língua natural.

É importante, no entanto, não esquecer que nosso interesse único e exclusivo é explicar fatos lingüísticos, e não defender este ou aquele modelo teórico-explicativo. Mesmo assim, quando se vê que duas hipóteses, de naturezas bem diferentes, parecem ser capazes de explicar o mesmo fenômeno, é sinal de que a discussão deve ser levada a um nível metateórico com ajuda, se for possível, de mais dados empíricos.

É preciso destacar, também, que não há como discutir questões metateóricas sem apelar constantemente para os pressupostos teóricos. A validade de pressupostos teóricos não se discute a não ser em termos do poder explicativo que eles nos fornecem.

Esperamos ter conseguido prover uma avaliação crítica das duas propostas para explicar a eficácia comunicativa dos verbos performativos no negativo e estabelecer que a solução semântica, embora inicialmente atraente, deixa sem explicação uma série de fatos lingüísticos. Quanto aos pressupostos teóricos dentro dos quais foi conduzida nossa argumentação, não há dúvida que existe ainda espaço para polêmica. Existem teóricos para quem não é preciso fazer uma distinção entre semântica e pragmática; por outro lado, também há lingüistas que gostariam de transferir os fatos pragmáticos ao nível de desempenho lingüístico, privilegiando assim os fatos semânticos. A discussão continua, mais vigorosa do que nunca.

A nosso ver, os únicos critérios que podem ser levados em conta a fim de julgar os méritos de duas propostas conflitantes são (a) o poder explicativo (medido em termos de extensão de fatos que podem ser explicados) de cada uma e (b) a simplicidade e clareza do aparato. No entanto, não há nada de errado sobre o fato de que um aparato teórico — tal como o da semântica vericondicional — mal pode explicar todos os fatos lingüísticos — comunicativos.

A semântica, tal como apresentada no § 3 não está equipada para fornecer explicações para os 'fatos vivos' de comunicação, uma vez que trata das proposições que são, na verdade, construtos teóricos. A lei de gravidade não explica porque é que um paraquedas leva mais tempo que o previsto pela lei para descer, devido ao fato de que a mesma foi elaborada tendo em mente condições extremamente idealizadas (tal como um vácuo absoluto), condições essas que não se obtêm em situações reais.

Finalmente, é preciso enfatizar que, quando houver duas explicações para o mesmo fenômeno, a descoberta de que uma é mais fundamentada que a outra, não quer dizer que essa seja completamente fora de propósito. Sejam quais forem as diferenças entre semântica e

pragmática, não pode haver nenhuma diferença no princípio de inferência que se faz em qualquer nível; isso porque os métodos de raciocínio e de argumentação são os mesmos, só os conceitos que fazem parte da metalinguagem — as ferramentas que nos ajudam a pensar — mudam de um nível para outro.

N O T A S

* Agradecemos a Mary Aizawa Kato cujo espírito crítico e científico sempre serviu para mim como um modelo; não fosse por ela, este artigo teria ainda mais falhas de raciocínio. Agradecemos também a Leila Barbara e Eleonora Motta Maia pelos comentários e sugestões e Maria Elisa Lippe C. de Oliveira e Almiro Pisetta pela ajuda na redação do texto.

(1) Esta posição nossa não coincide com a posição mantida pelo próprio Searle. Citando-o, "Semantic competence is in large part the ability to perform and understand what philosophers and linguists call *speech acts*" (Searle, 1972: 25-6).

(2) Assim, no seu artigo, Kato não *usa* o termo 'performativo', só o *menção*. Isso porque, dada sua posição de que todos os problemas abordados podem ser explicados em um componente semântico-lexical, o termo 'pragmático' se torna uma maneira econômica de fazer referência a "aquilo que os pragmaticistas chamam de 'performativo'" de vez que (a) o conceito de 'frases performativas' não faz parte da bagagem conceitual da semântica e (b) em vista do tratamento puramente semântico que Kato pretende dar ao problema, não é preciso mais distinguir entre 'performativos' e 'não-performativos'.

(3) Para Kato, a interpretação de "O noivo não é rico" é unicamente "O noivo não é rico nem pobre" (K-8b). Porém, Lyons (1977: 278) alega: "Although gradable and ungradable opposites may be distinguished in terms of their logical properties, it must also be borne in mind that gradable antonyms are frequently employed in everyday language behavior as contradictories rather than contraries. If we are asked *Is X a good chess-player?* and we reply *No*, we may will be held by the questioner to have committed ourselves implicitly to the proposition that X is a bad chess-player".

Referências Bibliográficas

Bierwisch, M. (1980) 'Semantic structure and illocutionary force'. Em J. R. Searle e outros (orgs) (1980). *Speech Act-Theory and Pragmatics*. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing

Company. Pp. 1-36.

Chomsky, N. (1975). *Reflections on Language*. Nova Iorque: Patheon Books.

Grice, H.P. (1975). 'Logic and conversation'. Em P. Cole e J.L. Morgan (orgs.) (1975). *Syntax and Semantics Vol. 3. Speech Acts*. Nova Iorque: Academic Press. Pp. 41-58.

——— (1978). 'Further notes on logic and conversation' Em P. Cole (orgs.) (1978). *Syntax and Semantics Vol. 9 Pragmatics*. Nova Iorque: Academic Press. Pp. 113-27.

Lyons, J. (1977). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Searle, J.R. (1972). 'Chomsky's revolution in linguistics'. Em G. Harman (org.) (1974). *On Noam Chomsky*. Nova Iorque: Doubleday.

——— (1973). 'A classification of illocutionary acts'. Em A. Rogers e outros (orgs.) (1977). *Proceedings of the Texas Conference on Performatives, Presuppositions, and Implications*. Arlington, Virginia: The Center for Applied Linguistics. Pp. 27-46.

——— (1975). 'Speech act Theory and recent linguistics'. Em J.R. Searle (1979). *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.

that the availability of a coherent and contradiction-free answer *a fortiori* legitimizes the question. And both of them fail to take notice of the complete mismatch between the question and the answer.

Both Harris and Edmondson are concerned to explore expressions of the form *I promise...* and those of the form *He promises...* For Edmondson, 'the critical problem with performative utterances is that of distinguishing semantics from pragmatics' (Edmondson, 1979: 331). Now, talk of 'performative utterances' makes sense just in case one has principled reasons to distinguish them from the rest: ordinary, run-of-the-mill utterances. However, even this is an illusion, for it turns out that what Edmondson is at pains to elucidate by appealing to the semantics/pragmatics dichotomy are in fact two TYPES of performative utterances – explicit performatives like *I promise I'll do P* and primary performatives like *He promises he'll do P*.³ Perhaps Edmondson has in mind the need to distinguish between the pragmatics of utterance meaning and the semantics of sentence meaning. But then, if one is aiming at setting up a theory of speech acts, there is precious little to be gained by abstracting from the pragmatics of communicative acts so as to expend one's energies on the semantics of linguistic representations: 'to move away', as Bar-Hillel so aptly put it, 'from the complex, complicated and multidimensional pragmatic aspects of human communication in order to move into the greener pastures of semantics' (Bar-Hillel, 1970: 208).

Even more intriguing I find is Edmondson's claim that 'we need to distinguish between a technical term such as "promise" or "apology", and the lexical items *promise* and *apology*, which may or may not occur in utterances which count as instances of these speech acts' (Edmondson, 1979: 332). If this claim is understood as a plea for distinguishing between metalanguage and object language, Edmondson is saying nothing new, and very few philosophers will want to quarrel with him (though most speech act theorists would prefer to talk in terms of MENTION and USE). If, on the other hand, Edmondson is arguing for a distinction between a narrow, but neat and 'well-behaved' sense of *promise*, and a loose, sloppy and rather unmanageable everyday sense, he owes us a far more convincing justification than the one he offers for, aside from the obvious problem of Occam's razor, the proposed distinction seems to go against the very grain of Ordinary Language Philosophy, out of which the theory of speech acts sprang. When all is said and done, one is still left in the dark as to what all this has to do with the distinction between semantics and pragmatics.

For a card-carrying descriptivist like Edmondson, there is, or ought to be,

[3] Austin's crowning achievement is the discovery that his own earlier distinction between performatives and constatives will not hold water in the form in which it was initially put forward. What was initially supposed to be a special case ends up by engulfing the general case (see Austin, 1962: 150; Searle, 1971: 7). Thus the utterance *He promises he'll do it*, though not an explicit performative, is still a performative all the same.

HARRIS-EDMONDSON: DISPUTE CONCLUSION

the motions').⁵ As for the other interpretation, there is, in a way, something bizarre about describing someone as having apologized to a lamp-post, a fact which may be brought into the limelight by putting the word *apologized* within 'scare-quotes' (as indeed writers often do).

Contrary to my own earlier thinking on the matter, I do not any longer subscribe to Wachtel's characterization of the above situation as constituting a genuine case of ambiguity. This is so because ambiguity in its purest sense consists in the presence of two mutually exclusive readings, whereas in our case the reading in which the success of the act is taken as endorsed by the speaker-reporter entails the going-through-the-motions reading. I am tempted to believe that here we have a case where the semantics and the pragmatics of speech acts are clearly distinguishable. In reporting just the going-through-the-motions bit of the act, the speaker-reporter merely attests to a correspondence between his words and a certain VERIFIABLE part of an external event: needless to say, he cannot vouch for the sincerity on the part of the original speaker and other intentional factors that must be satisfied in order for the act in question to qualify as a successful act. But in endorsing the illocutionary success of the act being reported, the speaker-reporter takes on, as it were, an additional responsibility for he, 'in good faith', attests also to something he cannot, if pressed further, demonstrably prove ('because the satisfaction of the relevant felicity conditions is unobservable' – Wachtel, 1980:88).

In the ultimate analysis, then, the dispute between Harris and Edmondson is over a non-issue. The descriptivist thesis is a thesis in semantics and the non-descriptivist thesis is primarily concerned with a pragmatic question. The twain MUST meet somewhere, but in peaceful coexistence and not in the spirit of each one eager to dislodge the other. At bottom, the choice between the descriptivist and the non-descriptivist positions is a matter of what one takes to be of interest as the object of inquiry.

[Editor's note. Debate on this topic is now closed.]

REFERENCES

- Austin, J. L. (1946). Other minds. Reprinted 1961 in *Philosophical papers* (ed. by J. O. Urmson & G. J. Warnock), pp. 76–116. London: Oxford University Press.
 Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
 Bar-Hillel, Y. (1970). *Aspects of language*. Jerusalem: the Magnes Press of the Hebrew University.

[5] Austin (1946:102) discusses the situation where someone issues an order without having the authority required of him to be really and truly said to have issued an order. Says Austin, '... he did "order" me to do it, but, having no authority over me, he COULDN'T "order" me... We hesitate between "He didn't order me", "He had no right to order me", "He oughtn't to have said he ordered me"...'. It is this sense of saying that the going-through-the-motions sense captures.

- Edmondson, W. J. (1979). Harris on performatives. *JL* 15. 331-334.
- Edmondson, W. J. (1983). The descriptivist and performatives (again). *JL* 19. 309-310.
- Harris, R. (1978). The descriptive interpretation of performatives. *JL* 14. 309-310.
- Lewis, D. (1972). General semantics. In (eds), D. Davidson and G. Harman) *Semantics of natural language*. Dordrecht: Reidel.
- Searle, J. R. (1969). *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. London: Cambridge University Press.
- Searle, J. R. (ed.) (1971). *The philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press.
- Spielmann, R. W. (1980). Performative utterances as indexical expressions. Comment on Harris. *JL* 16. 89-93.
- Taylor, T. J. & Wolf, G. (1981). Performances and the descriptivist's dilemmas. *JL* 17. 329-332.
- Wachtel, T. (1980). Going through the motions. *JL* 16. 85-88.

Fls. N.º 03
Pasta N.º 01
Rubrica M

O CASO DE VERBOS PERFORMATIVOS NO NEGATIVO: SEMÂNTICA OU PRAGMÁTICA?

— TRÉPLICA A MARY KATO *

Kanavillil Rajagopalan
PUC-SP.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é examinar duas propostas com relação ao comportamento de expressões como "Eu não { ordeno, prometo, afirmo . . . } que - - - - -" em língua natural e seu valor comunicativo. A primeira proposta, de nossa autoria (Rajagopalan, neste volume), trata do fenômeno como um problema pragmático e oferece uma explicação utilizando recursos de teoria de atos de fala que, dentro da nossa concepção, faz parte de um componente pragmático (Veja 5 3 para uma discussão mais detalhada). A segunda proposta, da autoria de Mary Kato (também neste volume), não emprega nenhum conceito da teoria de atos de fala para explicar o fenômeno em questão e, deste modo, se qualifica como uma explicação inteira e exclusivamente semântica.

2. IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

Do ponto de vista metateórico, a situação acima mencionada nos parece extremamente interessante. Isto porque, as duas explicações parecem ser capazes de dar conta de todos os fatos lingüísticos com que ambas se preocupam. Mais ainda, as duas propostas utilizam conceitos e termos teóricos que não são intercambiáveis, de modo que as diferenças não são meramente terminológicas como parecem ter sido em muitos outros casos semelhantes.

O interesse maior das duas análises consiste no fato de que uma discussão a nível metateórico sobre os méritos de cada uma delas possibilitaria, a nosso ver, um confronto direto entre semântica e pragmática, confronto esse que, em muitas outras ocasiões, tem sido prejudicado por (i) lamentável falta de consenso sobre os termos 'semântica' e 'pragmática'; (ii) diferenças radicais com relação a pressupostos teóri-

cos que direta ou indiretamente contribuem para (i); (iii) âmbito de discussão tão vasto que dificulta um exame devidamente rigoroso de cada caso; e (iv) não apresentação de dados empíricos suficientes para que se possa examinar os méritos dos argumentos em um nível mais concreto.

Já que temos um caso específico que elimina (iii) e (iv), passemos a nos posicionar frente a (i) e (ii) para que, em seguida, possamos discutir a questão com mais nitidez e menos vagueza.

3. SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

Seria pretencioso demais nos lançarmos a uma discussão neste assunto sem pedir desculpas ao leitor: são tantas as opiniões e convicções a respeito desta questão que seria quase impossível tomar uma posição absolutamente inédita. Portanto, não pretendemos oferecer nada de novo, pretendemos, apenas definir uma determinada posição dentre várias logicamente possíveis e efetivamente defendidas por diferentes estudiosos em épocas e contextos diferentes.

Vale a pena, no entanto, lembrar que não há nada sagrado sobre os termos em si, ou seja, decidir de antemão que chamaremos de 'pragmático' (ou seja qual for o termo de que nos apropriemos) um determinado fenômeno, é, em última análise, uma questão da vontade do investigador.

Por sua própria natureza a língua natural não se apresenta em fatias discretas, da mesma maneira que a natureza não nos apresenta o firmamento em esferas diferentes discretamente definidas. Somos nós que decidimos que um fenômeno 'x' constitui um fenômeno pragmático ou, no caso da atmosfera, que, a partir de uma certa altitude, chamaremos o espaço de, por exemplo, exosfera. Porém, é preciso deixar claro que quem decide empregar um termo qualquer tem obrigação de esclarecer porque precisa de tal termo e porque precisa isolar o espaço conceitual designado por tal termo e diferenciá-lo de outros espaços próximos, espaços esses que, em conjunto com o primeiro, constituem a totalidade do espaço conceitual que corresponde ao fenômeno em questão.

No caso de modelos lingüísticos, quando se usa um termo como 'pragmática', é preciso definir com clareza qual a fatia que o termo deve cobrir, quais os outros termos que designam as demais fatias que esgotam o resto do fenômeno (no caso, linguagem), e porque a primeira fatia merece um termo diferente das outras.

Tendo destacado as considerações preliminares, prosseguiremos definindo a nossa posição. A semântica tem a ver com os aspectos da significação decorrentes de considerações de verdade e falsidade. Em

outras palavras, o conceito central da semântica é o de valor veritativo. Na medida em que sinonímia, contradição (no sentido lógico), implicação (material e estrita) etc., são ligadas ao conceito de valor veritativo, tais aspectos fazem, em nossa opinião, parte de estudos semânticos. Assim, o âmbito de estudo semântico seria a chamada proposição. (Note-se que a sintaxe trata de frases gramaticais de uma língua e as várias regras determinísticas que regem a formação de tais frases).

A pragmática leva em conta os seres humanos que estão por trás do uso de enunciados e os vários fatores para-e extra-lingüísticos que acompanham o uso de linguagem para fins comunicativos, em cujo desempenho o componente estritamente lingüístico é apenas uma parte, embora de interesse primordial.

Em nossa concepção, a noção de atos de fala faz parte da pragmática⁽¹⁾, pois um ato de fala é, por definição, algo que foge a considerações veritativas. Quando afirmo que a lua é um pedaço de queijo, meu ato de afirmar não é nem falso e nem verdadeiro, enquanto que o conteúdo proposicional de minha afirmação, isto é, a idéia de que a lua seja um pedaço de queijo, pode ser julgada em termos veritativos (no caso, falsa).

É importante observar que a posição esboçada acima se baseia no pressuposto teórico que confere lugar privilegiado ao papel comunicativo de língua natural, pressuposto esse que tem sido vigorosamente contestado por, entre outros, Noam Chomsky (passim, especialmente Chomsky, 1975) mas aceito, de modo geral, por membros e adeptos do grupo da chamada filosofia oxfordiana. Assim, podemos dizer, inclusive, que em nossa visão, o estudo da pragmática se situa em uma área muito mais vasta, que é a de comunicação. Como observa Bierwisch (1980), o estudo de atos de fala é mais do que uma teoria da linguagem, é uma teoria de comunicação.

Dada a nossa posição, segue-se o fato de que os termos teóricos empregados em uma análise lingüística pertencem a um ou outro nível (semântico ou pragmático) e nunca a um e outro nível ao mesmo tempo. Assim, em uma análise pragmática, termos como 'imperativo', 'interrogativo' etc. não têm nenhum valor teórico; a única utilidade de tais termos, no caso, seria descritiva ou expositória, ou seja, a de se referirem a um certo fenômeno de uma maneira fácil de se identificar. No caso de 'interrogativo', por exemplo, a alternativa seria a de fazer referência ao fenômeno em questão como "a forma sintática de uma frase, tal como usada tipicamente (embora não necessariamente e nem unicamente) para efetuar um ato locucionário de pergunta e cuja representação semântica contém (no caso das chamadas perguntas -q) pelo menos uma variável livre, não podendo, portanto, ser qualificada como uma propo-

sição, mas, sim, como uma função proposicional dentro do escopo de um operador interrogativo". Como se pode notar, a paráfrase acima não usa a linguagem nem da sintaxe e nem da semântica; só a menciona. Contanto que a terminologia mista (como será o caso se aproveitarmos de 'interrogativo' em uma discussão a nível pragmático) não nos leve a uma anarquia conceitual, a mesma pode ser permitida em nossa metalinguagem, objetivando a economia expositória que resultaria de tal concessão.⁽²⁾

4. FATOS, FENÔMENOS, PROBLEMAS E EXPLICAÇÕES

Os chamados fatos da linguagem, que fascinam os lingüistas e filósofos, são dados empíricos encontrados por via de experiência própria ou através da intuição lingüística. Por exemplo, é um fato conhecido que expressões como "Vá à farmácia" ou "Me dê uma aspirina" correspondem sistematicamente a outras como "Você vá a farmácia" e "Você me dê uma aspirina", correspondência essa que torna possível predizer a forma de expressão que corresponderia a qualquer expressão do tipo comumente chamado 'imperativo'. O fato se torna um problema quando percebemos que o único pronome que pode ocupar a posição inicial nessas frases é o de segunda pessoa. Dado o problema, procura-se uma explicação. Não pode haver nenhuma explicação a não ser dentro de um modelo teórico, implícito ou bem elaborado, mas previamente disponível. Isto é, não se cria o modelo teórico através de explicações isoladas. Ao contrário, é o modelo teórico que torna possível uma explicação. O que pode acontecer a mais é que o próprio modelo sofra ampliações, modificações, ou até revisões devido ao surgimento de novos fatos e novos problemas. No entanto, a identificação de um fato ou de um fenômeno com um problema já envolve um certo grau de ascensão do nível empírico-observacional a um nível teórico ou pré-teórico, pois mesmo uma apresentação de problema emprega determinados termos teóricos que, por sua vez, implicam em certo posicionamento frente a um modelo teórico ou outro.

Uma vez identificado o problema, podemos chamar os dados em questão de um fenômeno sintático, semântico, pragmático e assim por diante, sempre com base no tratamento teórico (ou seja, a explicação teórica) que pretendemos dar.

Voltando ao caso de frases imperativas (note-se que este termo já implica na identificação do problema como constituindo um fenômeno sintático), uma explicação estritamente sintática (de fato, uma que tem certa respeitabilidade tradicional) seria postular na estrutura profunda das frases em questão um sintagma nominal no lugar de sujeito, cuja forma morfológica seria "você" (ou "o senhor" etc.). Te-

remos, assim, uma explicação "puramente sintática" para um fenômeno "puramente sintático".

No entanto, não se deve concluir que os fatos lingüísticos existem para serem explicados em um só nível ou seja, que uma vez explicado dentro de um nível, o mesmo fato não pode ter nenhuma outra explicação que utilize conceitos que pertencem a outro nível.

No caso específico das construções imperativas, o fato de as mesmas terem "você" como sujeito "escondido" se explica facilmente à luz do reconhecimento de que em qualquer situação de interação lingüística há sempre um falante, um ouvinte e um ato de fala executado pelo falante (cf. Searle, 1975:167 para um desenvolvimento deste argumento).

A segunda explicação, que, dentro da nossa posição tal como apresentada no § 3 caberia na pragmática, dá apoio 'independentemente motivado' à explicação sintática e, o que é mais, justifica porque o sujeito oculto só pode ser a segunda pessoa e não a primeira ou terceira. Conceitos como 'ouvinte' não têm lugar em uma explicação estritamente sintática, a não ser por via indireta ou como uma maneira fácil e econômica de designar o referente típico do constituinte "você" tal como aparece em um enunciado. Como se pode notar, o único termo sintático que aparece na paráfrase de "ouvinte" é "constituente": isto é, dentro de uma explicação sintática, "ouvinte" significa nada mais que o constituinte, cuja forma grafêmica é "você" (ou "o senhor" etc.).

5. EXPLICAÇÃO SEMÂNTICA VERSUS EXPLICAÇÃO PRAGMÁTICA

Antes de examinar as duas propostas mencionadas no início deste artigo, gostaríamos de explicitar o uso dos termos metateóricos 'explicação semântica' e 'explicação pragmática'. Entendemos por 'explicação semântica', uma explicação de um determinado fenômeno lingüístico na qual se usam só termos semânticos, e nenhum termo que não caiba dentro do conjunto de termos já isolados ou que poderia ser derivado e que seja compatível com os pressupostos teóricos esboçados no § 3, de acordo com o qual, a semântica trata de aspectos de significação que têm a ver com condições veritativas que regem proposições. Entendemos por 'explicação pragmática', uma explicação dada a um determinado fenômeno lingüístico comunicativo, na qual se emprega pelo menos um termo pragmático (isto é, a explicação pode mencionar termos de outros níveis como semântica, mas deve usar pelo menos um termo que não pode ser justificado pelos princípios da semântica).

De acordo com a definição de 'explicação pragmática' elaborada acima, o que distingue uma explicação pragmática é a utilização

de pelo menos um conceito pragmático. Há, no entanto, palavras que podem ser usadas como termos tanto em semântica, quanto em pragmática.

A diferença seria conceito que está por trás dessas palavras as qualifica como termos. Um caso exemplar é 'proposição'.

Em semântica, a proposição constitui algo que tem capacidade de assumir um valor veritativo, ao passo que, em pragmática, a proposição é uma das manifestações de 'conteúdo proposicional' que junto com uma força ilocucionária forma um enunciado. Porém, há casos em que considerações sobre o valor veritativo de uma proposição (isto é, considerações que pertencem ao nível da semântica) fazem parte de uma explicação pragmática. Assim, dentre as várias 'condições de felicidade' que regem o ato ilocucionário de afirmar há uma que diz respeito ao conteúdo proposicional (no caso, a proposição afirmada no ato) a saber: para que o ato seja sincero é necessário que o falante creia que a proposição é verdadeira. Isto é, a consideração de valor veritativo da proposição que, por definição nossa, faz parte de semântica, torna-se no caso uma das condições de felicidade de um ato ilocucionário, conceito este que, por sua vez, pertence ao nível pragmático.

6. UM FATO, DUAS EXPLICAÇÕES

Examinaremos a seguir o caso de duas explicações para o mesmo fenômeno, a que nos referimos no § 1 e que motivou a exposição das observações contidas neste artigo.

O fato em questão tem a ver com expressões do tipo "Eu não ordeno que". As duas propostas (a proposta pragmática de Rajagopalan e a proposta semântica de Kato), concordam que há limitações com respeito às possíveis interpretações de tais enunciados. Por exemplo, no caso de "Eu não ordeno que.", o enunciado como está não pode ser interpretado como dizendo "Eu afirmo que." ou "Eu pergunto se." etc.

Resumiremos os pontos principais das duas propostas, deixando de lado aqueles que não afetam a área de divergência. A explicação pragmática toma, como ponto de partida, o fato de que todo enunciado, em virtude da expressão pela qual seu conteúdo proposicional se manifesta, delimita as possíveis forças ilocucionárias que possa possuir em ocasiões diferentes de enunciação. No caso de um enunciado performativo explícito que contém o verbo performativo (cuja função é a de explicitar a força ilocucionária) no negativo, ao enunciado só pode ser atribuída uma outra força já permitida pela forma do enunciado simples (isto é, a forma sem o prefácio performativo). Assim, por exemplo, atos como ordenar, solicitar e suplicar compartilham a mesma condição, no

tocante ao conteúdo proposicional, que é a de que o estado de coisas desejado não se pode obter no momento da enunciação. É por esta razão, diz o argumento, que no caso de o falante explicitar a força do seu enunciado como não sendo a de ordem, o ouvinte só pode interpretar o ato como uma solicitação ou uma súplica etc., e não como investimento de qualquer outra força aleatoriamente escolhida, tal como a de afirmação ou promessa.

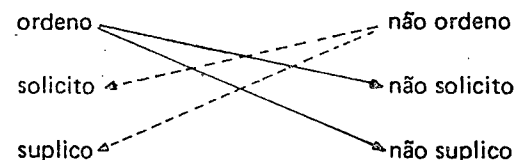
Antes de passar à explicação alternativa proposta por Kato, vale a pena explorar, com um pouco mais de detalhe, o raciocínio que sustenta nossa tese. O enunciado (1) pode perfeitamente ter a mesma função de (2), (3) ou (4).

- (1) Faça isso.
- (2) Eu ordeno que faça isso.
- (3) Eu solicito que faça isso.
- (4) Eu suplico que faça isso.

Se um falante, em uma determinada situação, preferir (2) a (1), ele estará querendo deixar explícita sua intenção quanto ao enunciado, ou seja, como ele quer que seja interpretada a força ilocucionária do seu enunciado. No caso, o falante não quer que o enunciado seja interpretado nem como uma solicitação e nem como uma súplica, mas sim como uma ordem. Agora, o que acontece em casos como (2'), (3') e (4')?

- (2') Eu não ordeno que faça isso
- (3') Eu não solicito que faça isso
- (4') Eu não suplico que faça isso

No caso, por exemplo, de (2'), o falante está tentando evitar a possibilidade (de fato, uma probabilidade muito grande) de (1) ser entendido como uma ordem (caso contrário, ele poderia contentar-se perfeitamente com a forma mais simples que é (1). Isso quer dizer que tanto (2) quanto (2') é usado em lugar de (1), sendo que em (2), a intenção é de garantir a interpretação do enunciado como uma ordem, enquanto em (2'), a intenção é de evitar a possibilidade de o enunciado ser interpretado como uma ordem. Se supusermos que (2), (3) e (4) são as únicas interpretações possíveis de (1), podemos concluir que (2') deixa livres as duas possibilidades restantes de interpretação de (1) que são (3) e (4). Podemos captar todas estas observações no seguinte quadro.



A interpretação do quadro seria: "ordeno" implica em "não solicito" e "não suplico", "não ordeno" implica em "solicito" ou "suplico", ou, alternativamente,

- "ordeno" implica necessariamente em "não solicito" e
implica necessariamente em "não suplico"
- "não ordeno" implica possivelmente em "solicito" e
implica possivelmente em "suplico"

Assim, de certo modo, há uma certa indeterminação quanto ao uso de "não ordeno". Só o contexto maior de enunciação poderia determinar qual dessas duas (isto é "solicito" e "suplico") seria escolhida pelo ouvinte como estando de acordo com a intenção comunicativa do falante.

A tese contestadora de Kato procura estabelecer que o fenómeno pode ser explicado "pela própria natureza lexical dos [verbos] performativos". Kato duvida que (4) possa ser possível interpretação de (2'). Diz a autora: "A interpretação de "Eu não ordeno", para mim, só pode ser "Eu solicito" e não "Eu imploro" (rodapé 4). Descartada uma das duas alternativas, o problema para Kato fica o de explicar porque, de acordo com ela, "não ordenar" e "não suplicar" nos levam à única interpretação de "solicitar", enquanto "não solicitar" ainda continua tendo "ordenar" e "suplicar" como possíveis interpretações. A explicação apresentada é a seguinte: Os três verbos em questão formam uma escala, com "ordenar" e "suplicar" ocupando os pontos extremos e "solicitar" ocupando um ponto no meio. Segundo Kato, a negação de qualquer elemento nessa escala implica no elemento mais próximo⁽³⁾. Assim, a negação de qualquer elemento do extremo da escala implica no elemento medial, ao passo que a negação do elemento medial implica nos elementos que ocupam os dois extremos (evidentemente porque, tanto um quanto outro, se qualificam como 'o mais próximo'). Alega a autora ainda que o comportamento dos verbos performativos não manifesta nenhuma diferença em comparação com outros campos semânticos (semantic fields) tal como o constituído pelos lexemas "escaldante", "morno", "frio", e "gelado" que também formam escalas.

Kato conclui sua proposta dizendo: "Todos os aspectos abordados sobre performativos podem ser codificados em um componente semântico-lexical que apresente as relações entre os vários itens lexicais e as regras produtivas de acarretamento semântico".

7. OBJEÇÕES A PROPOSTA DE KATO

A proposta semântica de Kato parece, à primeira vista, muito atraente e preferível à proposta pragmática, na medida em que ela (a) não recorre a nenhum conceito, a não ser os já estabelecidos em terre-

nos independentes e (b) permite uma maior generalização (enquanto a proposta pragmática trata de verbos performativos como um grupo especial e oferece um tratamento especial).

No entanto, há uma série de considerações — empíricas, bem como teóricas — que tornam duvidosa a viabilidade da proposta semântica. No que segue, levantaremos algumas delas.

Em primeiro lugar, ao contrário do que diz Kato, “não ordenar” pode perfeitamente ter como interpretação “suplicar”. A evidência disso vem do seguinte exemplo. Suponhamos que o palácio do Rei Arthur esteja cercado por exércitos inimigos, prontos para lançarem-se ao último ataque. Nem a ajuda dos famosos cavaleiros valentes da Távola Redonda adiantou. A única esperança que resta para o rei é a mágica do nosso velho amigo Merlin. Mas acontece que Merlin está passando dias em solidão, aborrecido com o rei por causa de um desentendimento. A situação de desespero leva Sua Majestade a ir até a torre de Merlin e dizer:

(5) Eu não estou ordenando que faça alguma coisa para salvar o trono.

A nosso ver, o efeito comunicativo deste enunciado seria como se o rei tivesse dito (6)

(6) Eu suplico que faça alguma coisa para salvar o trono.

A interpretação de (5) como (6) se baseia no seguinte raciocínio. O emprego de “não ordenar” em (5) se deve ao fato de que “ordenar” a seus súditos faz parte do comportamento normal de um rei. O rei optou por explicitar a força ilocucionária do seu enunciado como não sendo a de ordem porque, sem o prefácio performativo, o enunciado simples, isto é, “Faça alguma coisa” seria interpretado como uma ordem. Descartada a interpretação como ordem, sobram (entre outras) as duas possibilidades: solicitação e súplica. Mas, em vista da situação desesperadora do rei e do desentendimento entre os dois, uma mera solicitação não seria suficiente. Tanto o rei quanto Merlin sabem disso. Assim, ao dizer (5) Sua Majestade estaria, ao mesmo tempo, pedindo desculpas a Merlin e verbalmente ajoelhando-se, por assim dizer. “Suplicar” combina muito melhor com esta postura mental do que “solicitar”.

De acordo com Kato (5) implicaria não em (6), mas em (7)

(7) Eu estou pedindo/solicitando que faça alguma coisa.

Examinemos os próprios exemplos de Kato (os números em parenteses com prefixo ‘K’ se referem a numeração no texto de Kato)

(8) (K.11) Eu não estou ordenando que saia (=estou pedindo) (= *estou implorando)

(9) (K.12) Eu não estou implorando que saia (=estou pedindo)

(= *estou ordenando)

Dada uma escala, diz a autora, “a negação de um [elemento] implica não em qualquer outro, mas no [elemento] mais próximo.

Ora, se entendermos o termo ‘implicação’ como uma relação lógica, a alegação de Kato deve ser interpretada como estabelecendo a seguinte relação lógica:

(10) Eu não estou ordenando que faça alguma coisa $\supset$ Eu não estou suplicando (implorando) que faça alguma coisa.

A melhor prova de que não se obtém tal implicação é o fato de (11) ser perfeitamente aceitável.

(11) Eu não estou ordenando, eu estou suplicando que faça alguma coisa para salvar o trono.

Isso porque, não há implicação que permita simultaneamente a afirmação do antecedente e a negação do conseqüente.

Uma saída para o impasse acima mencionado seria dizer que a implicação em questão não é uma implicação lógica, mas uma ‘implicatura conversacional’ do tipo discutido em Grice (1975, 1978), implicações essas que têm a propriedade de serem canceladas. Porém, fica bastante difícil acreditar que Kato queira admitir tais regras conversacionais na sua concepção de semântica.

Um outro argumento de Kato que pode ser questionado tem a ver com o escalonamento dos três verbos “ordenar”, “pedir (solicitar)” e “suplicar (implorar)” e a contestação de que tal escala é do mesmo tipo de escala formada por “esquente”, “quente”, “morno”, “frio” e “gelado”, ou mesmo da escala formada por predicados polares como “rico” e “pobre”.

Com respeito aos adjetivos “esquente”, “quente”, “morno”, “frio” e “gelado” podemos dizer que todos eles ocupam diferentes lugares numa escala singular que é a de temperatura, sendo que cada um possui um grau diferente do mesmo traço comum que possibilita o escalonamento. Assim, o conteúdo semântico do lexema “morno” pode ser aproximadamente expresso por uma expressão complexa como “leve ou ligeiramente quente”. Em outras palavras, quando um grupo de lexemas pertence à mesma escala (em virtude da posse da mesma propriedade), o conteúdo semântico do lexema 1_n pode ser captado aproximadamente por uma expressão complexa constituída por 1_{n-1} e um modificador como “levemente” (sendo $1_1, 1_2 \dots 1_3$ a ordem decrescente dos lexemas em termos de suas posições na escala).

A questão que se levanta agora é a seguinte: Será que o mesmo acontece com a chamada escala: “ordenar”, “pedir”, e “suplicar”? Como se pode notar, o teste de aproximação ao sentido de um através da modificação de outro, produz resultado negativo. Isto é, mesmo com a

máxima generosidade de latitude, não podemos admitir, por exemplo, que "pedir" queira dizer "ordenar suavemente", ou por outro lado, que "ordenar" seja uma variação mais forte de "pedir". Em outras palavras, nenhum dos verbos em questão se traduz (mesmo aproximadamente) com ajuda de outro e um advérbio de gradação.

Antes de continuar examinando as diferenças entre os dois grupos de lexemas (adjetivos de temperatura e verbos impositivos), vejamos o que há de semelhante entre os dois. Indubitavelmente, há uma certa razão para dizer que os três verbos "ordenar", "pedir (solicitar)" e "suplicar (implorar)" constituem, na mesma ordem, uma escala. Podemos, também, caracterizar, em linguagem ingênua, de "mais forte versus menos forte", o fator responsável pelo escalonamento dos verbos em questão.

Mas o raciocínio começa a se complicar, quando tentamos traduzir a observação para uma linguagem tecnicamente precisa. Como já vimos, o conceito da força implícita na caracterização "mais forte versus menos forte" não permite nenhuma modificação (intensificação ou abrandamento) a fim de permitir a aproximação de um elemento ao elemento próximo na escala. Daí, a pergunta: Qual (Quais) o(s) critério(s) que permitiria(m) o agrupamento dos três verbos em uma só escala?

"Ordenar" se distingue, *inter alia*, de "suplicar" por uma relação de inversão com respeito à relação em termos de superioridade inferioridade entre dois indivíduos. Isto é, ordenar é um ato que procede de cima para baixo, ao passo que, em suplicar, a direção é de baixo para cima. No caso de pedir, a relação pode ser tanto uma quanto a outra.

Se nos concentrarmos nos dois verbos "ordenar" e "suplicar", fica claro que a idéia de força depende da idéia de poder que cada um acarreta. Isto é, dado que "A ordenou a B" e "C suplicou a B", podemos concluir que A é superior a B, enquanto C é inferior a B, ou seja, que A, B e C constituem uma ordem decrescente no parâmetro de poder. Isto, por sua vez, quer dizer que o escalonamento de "ordenar" e "suplicar" não está baseado em nenhum fator no interior do conteúdo semântico dos verbos, mas em fatores extra-lingüísticos como poder ou prestígio que se obtêm em relação aos indivíduos envolvidos. Veja também que a determinação de poder vai depender de em qual lado da transação lingüística nós nos localizamos (situamos). Isto é, do ponto de vista de quem ordena, "ordenar" acarreta superioridade (real ou psicológica); do ponto de vista de quem recebe a ordem e de quem a executa, "ordenar" acarreta inferioridade. Ora, neste respeito, os verbos impositivos manifestam uma tendência bastante diferente dos adjetivos de temperatura: os elementos "quente", "frio" etc. referem-se a uma

norma pré-fixada para todos. Embora o conceito de "frio" varie de um indivíduo para outro, podemos considerar a temperatura atmosférica como quente ou fria ou normal, com base num critério estabelecido independente de qualquer variação individual (como acontece de fato no caso de comentários meteorológicos no rádio e na televisão).

Do ponto de vista semântico, o que possibilita o agrupamento dos verbos impositivos é o conteúdo comum que eles compartilham, conteúdo esse que é o significado da palavra "pedir". Da mesma maneira, o que possibilita o agrupamento dos adjetivos "esquálido", "quente" etc. é o fato de que todos eles têm a ver com temperatura. No caso deste segundo grupo, há possibilidade, também, de um escalonamento, graças ao fato de que os adjetivos se distinguem em termos de diferentes graus do mesmo traço. Mas não há como escalonar os verbos impositivos apenas com base no seu conteúdo comum. Isso porque, como já vimos, não se pode definir "pedir" como "ordenar suavemente" ao contrário de "morno" que pode ser definido como "ligeiramente quente". Significa isto que a intuição dos falantes nativos quanto ao escalonamento das palavras "ordenar", "solicitar" e "suplicar" leva em consideração não só o conteúdo comum das palavras (isto é, o significado de "pedir"), mas também outros fatores como a relação interpessoal entre os locutores.

De qualquer modo, tanto Kato como nós acreditamos que "ordenar", "pedir" e "suplicar" formam um grupo natural, o que não acontece no caso de, por exemplo, verbos como "ordenar", "multiplicar" e "matar". As diferenças entre nós estão nos seguintes pontos:

- (a) para Kato, os verbos impositivos constituem uma escala semântica, para nós tal escalonamento fatalmente utiliza conceitos como a relação interpessoal entre os interlocutores, conceitos esses que não são disponíveis à semântica (o que há de comum entre "ordenar", "suplicar" etc. são fatores como objetivo ilocucionário (illocutionary point), a direção de adequação (direction of fitness) etc., fatores esses discutidos em Searle, 1973).
- (b) para Kato, os verbos impositivos "ordenar" e "suplicar" têm o mesmo comportamento dos adjetivos polares como "rico" e "pobre" ou "esquálido" e "gelado", termos esses que "admitem também uma gradação que pode ser manifesta por outros itens lexicais ao invés de elementos auxiliares como a negação ou intensificadores"; para nós, os verbos impositivos comportam-se como co-hipônimos.

Quanto a (b), a prova a nosso favor consiste na possibilidade de locuções como (1) que, como foi demonstrado, contraria a posição de Kato. Ora, se é fato que "não ordenar" pode querer dizer "suplicar",

tanto quanto "solicitar", o grupo de impositivos segue o mesmo caminho do grupo composto por palavras que indicam cor, sobre o qual diz Kato: "... a negação da cor amarela nos leva a uma paráfrase com uma disjunção múltipla, característica típica de enunciados vagos".

Com respeito a (a), a prova conclusiva será oferecida no § 7.1.

7.1. "Pedir" locucionário e "Pedir" ilocucionário

Consideremos os seguintes enunciados:

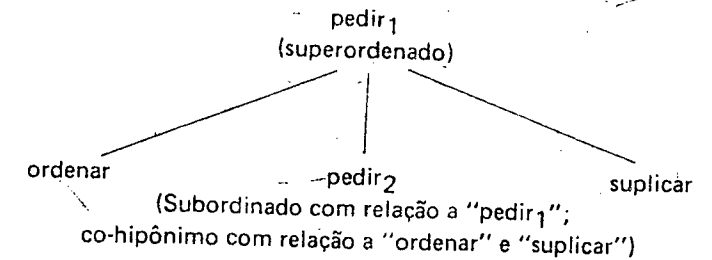
- (12) A a B : Eu ordeno que você saia.
- (13) A a B : Eu solicito que você saia.
- (14) A a B : Eu suplico que você saia.
- (15) C a D : A pediu a B que saísse.

De certa maneira, o enunciado de C em (15) serve como discurso indireto que corresponde a qualquer um dos enunciados (12), (13) e (14). Evidentemente, em (15) perde-se algo que o discurso direto possui — por exemplo, o fato de que, no caso de (12), A se baseou na sua posição de autoridade ou assumiu um papel de superioridade ao fazer seu pedido (mais discussão adiante).

O fato de (15) poder servir como discurso indireto se deve a um outro fato, ou seja, de que palavras como "ordenar" e "suplicar" podem ser definidas usando-se "pedir" como parte da definição. Por exemplo, "ordenar" pode ser defendida como "pedir" a alguém, para fazer algo, invocando ou assumindo certa posição de autoridade. Como se sabe, esta propriedade caracteriza os chamados termos superordenados. Assim, com relação a "pequinhês", "boxer" e "pastor alemão", a palavra "cão" seria o termo superordenado. Da mesma maneira que podemos dizer "o pastor alemão é um cão", podemos dizer que "ordenar é um modo de pedir".

É importante notar que o comportamento de "pedir" como termo superordenado a "ordenar" é totalmente diferente do comportamento de "pedir" como co-hipônimo de "ordenar" (discutido no § 7.0) co-hiponímia é uma relação que se obtém entre dois termos que são ambos subordinados com respeito a um terceiro termo. Nota-se que nenhum termo pode ser definido em termos de um co-hipônimo, como prova a não-aceitabilidade de "o pastor alemão é um (tipo de) pequinhês".

Podemos representar as duas relações de "pedir" pelo seguinte diagrama:



Tentaremos a seguir mostrar que "pedir₁" pertence ao nível locucionário (portanto, no âmbito da semântica), enquanto "pedir₂" pertence ao nível ilocucionário (portanto, dentro do domínio da pragmática). Mas antes, vale a pena considerar os seguintes enunciados:

- (16) "É verdade que o Geraldão pediu para você engraxar seu sapatos?"
- (17) a. "Sim, de fato ele ordenou que eu engraxasse os sapatos dele".
b. "Ele não pediu, ele me ordenou".

As duas possibilidades de responder a (16) — positivamente como em (17a) ou negativamente como em (17b) — são facilmente explicadas da seguinte maneira.

Em (17a), a palavra "pedir" em (16) é interpretada como "pedir₁", enquanto em (17b), a palavra é interpretada como "pedir₂". Assim, em (17a) a resposta segue o exemplo de (18) e em (17b) a resposta segue o exemplo de (19)

- (18) A : Seu vizinho tem um cachorro?
B : Sim, ele tem um pastor alemão.
- (19) A : Seu vizinho tem um boxer?
B : Não, ele tem um pastor alemão.

Para entender melhor a diferença entre "pedir₁" e "pedir₂", voltemos a considerar (12) e (15) (reproduzidos abaixo a fim de facilitar a consulta) e (20)

- (12) A a B : Eu ordeno que você saia.
- (15) C a D : A pediu a B que saísse.
- (20) C a D : A ordenou a B que saísse.

Uma questão que se levanta é a seguinte: Qual a diferença entre (15) e (20)? Como já foi notado, em (15), o falante (isto é C) retém alguma parte da informação contida em (12) — a parte da informação que diz respeito ao fato de A ter tomado uma atitude de superioridade vis-à-vis B. Em (20) repassa toda a informação.

Porém, a diferença entre (15) e (20) é muito maior do que

uma mera questão de quantidade de informação repassada. Em (15), C ignora ou se recusa a aceitar a força ilocucionária com que A desejou que seu enunciado (ou melhor, o conteúdo proposicional que diz respeito a saída de B) fosse entendido por B. Em (20), pelo fato de repetir a mesma palavra "ordenar" C está, digamos, endossando o sucesso do ato ilocucionário executado por A, tal como o próprio A desejou que fosse interpretado por B.

Em outras palavras, em (15) o discurso indireto capta toda a significação de (12) menos a força ilocucionária; em (20) o enunciado de C capta a força ilocucionária de (12), bem como o conteúdo proposicional. Daí, podemos concluir que (15) é um relato do ato locucionário em (12).

Observa-se que "pedir" em (15) é, na verdade, "pedir₁". A evidência disso consiste no fato de que (21) não pode, de forma alguma, ser considerado como discurso indireto que corresponde (12).

(21) C a D : A suplicou a B que saísse.

Ora, se "pedir" em (15) for "pedir₂", não há porque o mesmo não possa ser feito com ajuda de qualquer outro verbo que seja co-hipônimo de "pedir₂" (Isso comprova mais uma vez que não se pode definir um termo através de um co-hipônimo).

Os fatos apresentados acima nos levam a concluir que "pedir₁" pertence ao nível de semântica, e "pedir₂" pertence ao nível da pragmática. A nossa posição de que o escalonamento dos impositivos se deve a considerações não puramente semânticas (como sustenta Kato) justifica-se pelo fato de que a palavra "pedir" que se encontra na escala é "pedir₂" e não "pedir₁".

8. OBJEÇÕES, MAIS OBJEÇÕES

Antes de concluir nossa argumentação contra a tese semântica de Kato, gostaríamos de comentar algumas outras afirmações da autora. Segundo Kato "prometer", "não prometer" e "recusar-se a" forma uma escala da seguinte maneira:

prometer _____ recusar-se a

não
prometer

Supondo que ela esteja certa, significa — de acordo com as observações feitas sobre a suposta escala semântica composta por "ordenar", "pedir" e "suplicar" que "podem constituir uma escala do [mesmo] tipo" — que a negação de um dos elementos do extremo, di-

gamos "prometer", nos levaria ao elemento medial e não ao elemento que ocupa o pólo oposto da escala. Mas isso contraria os seguintes exemplos da própria autora:

(22) (K-13) Eu não permito que você saia (= eu proíbo que você saia)

(23) (K-14) Eu não nego que Maria é inteligente (= Eu concordo que Maria é inteligente)

Como se pode notar, de acordo com a abordagem da própria autora, existem as seguintes escalas:

permitir _____ proibir

não
permitir

concordar _____ negar

não
concordar

Assim, segundo sua própria regra, a negação de "permitir" nunca nos poderia levar a "proibir", porque o elemento mais próximo no caso é "não permitir".

Para evitar que sua abordagem gere este tipo de inconsistência, Kato especula que "prometer" e "permitir" pertencem a grupos diferentes quanto ao comportamento junto com o elemento de negação. Assim, o par "permitir/proibir" pertenceria ao grupo de termos complementares (sendo neste caso a única diferença a falta de simetria), enquanto "prometer/recusar-se a" seria um caso de termos polares. A nosso ver, não há nenhuma justificativa para tal distinção. Para começar, da mesma maneira que "A não prometeu a B. . . ." não quer dizer necessariamente "A recusou a B. . . .", "A não permitiu a B. . . ." não quer dizer necessariamente "A proibiu a B. . . .". Por outro lado, em qualquer situação em que "A recusou a B. . . ." seja verdadeira, "A não prometeu a B. . . ." também é necessariamente verdadeira; da mesma forma, se "A proibiu a B. . . ." for verdadeira, "A não permitiu a B" também é verdadeira.

Sobre (24) a autora observa que "a frase. . . pode acarretar a proposição entre parênteses"

(24) (K-16) Pedro não permitiu que Maria viesse

(Pedro proibiu que Maria viesse)

É importante ressaltar que há contextos em que tal acarretamento é

totalmente excluído pelo contexto. Como exemplo, consideremos o seguinte enunciado dentro do contexto elaborado a seguir:

(25) Eu não permiti que a força aérea bombardeasse as aldeias.

Suponhamos que quem enuncia (25) é um ditador que vem sendo condenado pela imprensa mundial por causa de um massacre que ocorreu em seu país como parte de uma ação contraguerrilha, na qual morreram centenas de pessoas inocentes. Ao dizer (25) durante a primeira entrevista coletiva concedida a jornalistas estrangeiros, o ditador não poderia estar querendo dizer (26), mas algo parecido a (27), porque (26) implicaria em algo parecido com (28), que simplesmente não poderia ter sido sua intenção comunicativa. (27), por sua vez, implicaria em algo parecido com (29).

(26) Eu proibi que a força aérea bombardeasse as aldeias

(27) A força aérea agiu por conta própria

(28) A força aérea agiu contra as minhas diretrizes

(29) Eu não sou quem deu a ordem para o massacre e pretendo investigar o caso e punir os responsáveis.

9. CONCLUSÕES

9.1 Específicas

A discussão acima nos levou às seguintes conclusões com respeito ao comportamento de verbos performativos, principalmente, os no negativo, em línguas naturais:

- (a) A estrutura léxico-semântica dos verbos performativos e o que podemos chamar de sua performatividade pertencem a níveis diferentes.
- (b) Devido a (a), os aspectos de comportamento de tais verbos que envolvem sua performatividade não são suscetíveis de uma explicação puramente semântica.
- (c) Os verbos performativos, na sua função de portadores de forças ilocucionárias, não são reduzíveis um a outro, embora haja tais relações entre estes verbos, quando considerados do ponto de vista estritamente semântico, como simples itens lexicais.
- (d) A explicação estritamente semântica não dá conta das duas possibilidades de resposta em (17), fato esse cuja explicação necessita recorrer à distribuição entre 'ato locucionário' e 'ato ilocucionário', conceito esse que não é disponível na teoria semântica, tal como abordada no § 3.

9.2 Gerais

No § 2 levantamos a hipótese de que uma comparação entre a explicação pragmática (proposta por Rajagopalan) e a explicação semântica (apresentada por Kato) do comportamento de verbos perfor-

mativos no negativo, poderia nos levar a discutir questões mais amplas, como os papéis de semântica e pragmática no estudo de língua natural.

É importante, no entanto, não esquecer que nosso interesse único e exclusivo é explicar fatos lingüísticos, e não defender este ou aquele modelo teórico-explicativo. Mesmo assim, quando se vê que duas hipóteses, de naturezas bem diferentes, parecem ser capazes de explicar o mesmo fenômeno, é sinal de que a discussão deve ser levada a um nível metateórico com ajuda, se for possível, de mais dados empíricos.

É preciso destacar, também, que não há como discutir questões metateóricas sem apelar constantemente para os pressupostos teóricos. A validade de pressupostos teóricos não se discute a não ser em termos do poder explicativo que eles nos fornecem.

Esperamos ter conseguido prover uma avaliação crítica das duas propostas para explicar a eficácia comunicativa dos verbos performativos no negativo e estabelecer que a solução semântica, embora inicialmente atraente, deixa sem explicação uma série de fatos lingüísticos. Quanto aos pressupostos teóricos dentro dos quais foi conduzida nossa argumentação, não há dúvida que existe ainda espaço para polêmica. Existem teóricos para quem não é preciso fazer uma distinção entre semântica e pragmática; por outro lado, também há lingüistas que gostariam de transferir os fatos pragmáticos ao nível de desempenho lingüístico, privilegiando assim os fatos semânticos. A discussão continua, mais vigorosa do que nunca.

A nosso ver, os únicos critérios que podem ser levados em conta a fim de julgar os méritos de duas propostas conflitantes são (a) o poder explicativo (medido em termos de extensão de fatos que podem ser explicados) de cada uma e (b) a simplicidade e clareza do aparato. No entanto, não há nada de errado sobre o fato de que um aparato teórico — tal como o da semântica vericondicional — mal pode explicar todos os fatos lingüísticos — comunicativos.

A semântica, tal como apresentada no § 3 não está equipada para fornecer explicações para os 'fatos vivos' de comunicação, uma vez que trata das proposições que são, na verdade, construtos teóricos. A lei de gravidade não explica porque é que um paraquedas leva mais tempo que o previsto pela lei para descer, devido ao fato de que a mesma foi elaborada tendo em mente condições extremamente idealizadas (tal como um vácuo absoluto), condições essas que não se obtêm em situações reais.

Finalmente, é preciso enfatizar que, quando houver duas explicações para o mesmo fenômeno, a descoberta de que uma é mais fundamentada que a outra, não quer dizer que essa seja completamente fora de propósito. Sejam quais forem as diferenças entre semântica e

pragmática, não pode haver nenhuma diferença no princípio de inferência que se faz em qualquer nível; isso porque os métodos de raciocínio e de argumentação são os mesmos, só os conceitos que fazem parte da metalinguagem — as ferramentas que nos ajudam a pensar — mudam de um nível para outro.

N O T A S

* Agradecemos a Mary Aizawa Kato cujo espírito crítico e científico sempre serviu para mim como um modelo; não fosse por ela, este artigo teria ainda mais falhas de raciocínio. Agradecemos também a Leila Barbara e Eleonora Motta Maia pelos comentários e sugestões e Maria Elisa Lippe C. de Oliveira e Almiro Pisetta pela ajuda na redação do texto.

(1) Esta posição nossa não coincide com a posição mantida pelo próprio Searle. Citando-o, "Semantic competence is in large part the ability to perform and understand what philosophers and linguists call *speech acts*" (Searle, 1972: 25-6).

(2) Assim, no seu artigo, Kato não *usa* o termo 'performativo', só o *menção*. Isso porque, dada sua posição de que todos os problemas abordados podem ser explicados em um componente semântico-lexical, o termo 'pragmático' se torna uma maneira econômica de fazer referência a "aquilo que os pragmaticistas chamam de 'performativo'" de vez que (a) o conceito de 'frases performativas' não faz parte da bagagem conceitual da semântica e (b) em vista do tratamento puramente semântico que Kato pretende dar ao problema, não é preciso mais distinguir entre 'performativos' e 'não-performativos'.

(3) Para Kato, a interpretação de "O noivo não é rico" é unicamente "O noivo não é rico nem pobre" (K-8b). Porém, Lyons (1977: 278) alega: "Although gradable and ungradable opposites may be distinguished in terms of their logical properties, it must also be borne in mind that gradable antonyms are frequently employed in everyday language behavior as contradictories rather than contraries. If we are asked *Is X a good chess-player?* and we reply *No*, we may will be held by the questioner to have committed ourselves implicitly to the proposition that X is a bad chess-player".

Referências Bibliográficas

Bierwisch, M. (1980) 'Semantic structure and illocutionary force'. Em J. R. Searle e outros (orgs) (1980). *Speech Act-Theory and Pragmatics*. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing

Company. Pp. 1-36.

Chomsky, N. (1975). *Reflections on Language*. Nova Iorque: Patheon Books.

Grice, H.P. (1975). 'Logic and conversation'. Em P. Cole e J.L. Morgan (orgs.) (1975). *Syntax and Semantics Vol. 3. Speech Acts*. Nova Iorque: Academic Press. Pp. 41-58.

——— (1978). 'Further notes on logic and conversation' Em P. Cole (orgs.) (1978). *Syntax and Semantics Vol. 9 Pragmatics*. Nova Iorque: Academic Press. Pp. 113-27.

Lyons, J. (1977). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Searle, J.R. (1972). 'Chomsky's revolution in linguistics'. Em G. Harman (org.) (1974). *On Noam Chomsky*. Nova Iorque: Doubleday.

——— (1973). 'A classification of illocutionary acts'. Em A. Rogers e outros (orgs.) (1977). *Proceedings of the Texas Conference on Performatives, Presuppositions, and Implications*. Arlington, Virginia: The Center for Applied Linguistics. Pp. 27-46.

——— (1975). 'Speech act Theory and recent linguistics'. Em J.R. Searle (1979). *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.

H28143 LIN GH

J. Linguistics 20 (1984) 000-000. Printed in Great Britain

The Harris-Edmondson dispute: identifying the strawmen

KANAVILLIL RAJAGOPALAN

Catholic University of São Paulo

(Received 7 February 1984)

The claim made by Harris (1978) that the descriptivist position in respect of performatives is self-defeating has engendered some spirited controversy through the years since then (see Edmondson 1978, 1983, Wachtel, 1980; Spielmann, 1980; Taylor & Wolf, 1981). Let me declare right at the outset that I am with the non-descriptivists. Nevertheless, in what follows, I wish to show (a) that no brusque argument of the sort originally advanced by Harris or subsequently marshalled by the others can help settle the dispute either way, and (b) that the controversy so far has been riddled with a good deal of futile cross-talk which has blinded the participants in the intellectual free-for-all to some of the real issues at hand.¹

In its characteristic tenor, the controversy between the descriptivists and the non-descriptivists may best be likened to a broadcasting war where the contending parties each strive to jam the other's transmission while in fact radioing their messages at different wavelengths. Thus, and as Harris himself was the first to appreciate, the descriptivists flourish a 'ready answer' to a question which the non-descriptivists argue ought not to have been asked in the first place.

The originality of Harris's first move consists in his decision to engage the descriptivists at their own game without prejudice to his right to challenge the legitimacy of the match. In so doing, he contemplates (under 'a willing suspension of disbelief') the possibility that 'the alleged assertion... *I apologize* should count as true or false' (Harris, 1978: 309). But this obliges Harris to speak a language which is not native to him: you cannot use the terminology of your opponent, and at the same time insist that the terms must be univocally understood as expressions of YOUR theoretical assumptions. What the descriptivists have always claimed to be amenable to truth-value assessment is the assertion-product; what the non-descriptivists have likewise always claimed to be proof against truth-value assessment is the assertion-act. There is – and it is important to notice this – no clash as yet between the two views: one can, without any inconsistency whatever, maintain BOTH that an asserted proposition is either true or false (as required by a truth-functional

[1] I am grateful to Antonieta Celani, Dennis Mahoney, Leila Barbara and Mary Kato for comments. None of them shares any responsibility for the views expressed.

(a sair em agosto 1984)

theory of semantics of the sort Edmondson (1979:331) subscribes to) AND that there is no truth or falsity about the asserting of the proposition.² In other words, on this issue at least, the theory of speech acts and truth-functional semantics are complementary rather than conflicting (see Searle, 1969: 18-19).

On the descriptivists' view, the question of whether a particular token of the so-called assertion (assertion-product, that is) *I apologize* is to count as true or false is in no way different from the question of the truth or falsity of the description *He apologized* (again, another assertion-product, though this time issued by the speaker-reporter). As Edmondson rightly insists, there is no SEMANTIC difference between *apologize* used performatively in the first and non-performatively in the second (what he fails to note though is that there is a further pragmatic aspect to the performative use which does not obtain in the case of the non-performative use and, further, that it is precisely this pragmatic aspect that does not lend itself to a truth-conditional, semantic treatment – more on this to follow). Again, I fully agree with Edmondson that it is important not to confuse the semantic and the pragmatic issues in setting up a theory of speech acts, although his own proposal with regard to the distinction seems nebulous and 'obscurely drawn' (Taylor & Wolf, 1979: 329), and, if anything, undermines the very thesis he is trying to defend. I would personally cut the cake differently.

Austin's fundamental thesis concerning the distinctive role of speech acts is a pragmatic one which has, strictly speaking, no semantic analogue. Anyone who chooses to defy the descriptivist sceptic at the latter's favourite game of truth-conditional semantics is destined to lose the match, and Harris's bold attempt is no exception to the rule. The only move left open to Harris is, as far as I can see, to take back the strategic (but ill-advised) concession he made and insist on the illegitimacy of the question the descriptivists purport to answer. And, indeed, the semantic concept of truth (and falsity) has no place in the realm of pragmatics, where the only negotiable currency is the concept of felicity or happiness (and infelicity or unhappiness).

Edmondson's counter-thesis (1979) is in part a mere reiteration of the essential descriptivist position (which is, if one comes to think of it, all he needs to do against Harris's attack). But the bolder part of his rebuttal is as vulnerable as Harris's argument, especially as regards the contention that it is the non-descriptivist position that, when analysed critically, turns out to be untenable. Even as Harris makes the mistake of trying to show the paradoxical nature of the purported answer to a question he cannot coherently let anyone ask, so too Edmondson makes the mistake of assuming

[2] Recall that Frege's turnstile symbol had the function of guaranteeing that the proposition that followed was actually asserted (and not, say, hypothesized), although the symbol itself played no part in any of the derivations carried out in the calculus involving the proposition so prefaced.

that the availability of a coherent and contradiction-free answer *a fortiori* legitimizes the question. And both of them fail to take notice of the complete mismatch between the question and the answer.

Both Harris and Edmondson are concerned to explore expressions of the form *I promise...* and those of the form *He promises...* For Edmondson, 'the critical problem with performative utterances is that of distinguishing semantics from pragmatics' (Edmondson, 1979:331). Now, talk of 'performative utterances' makes sense just in case one has principled reasons to distinguish them from the rest: ordinary, run-of-the-mill utterances. However, even this is an illusion, for it turns out that what Edmondson is at pains to elucidate by appealing to the semantics/pragmatics dichotomy are in fact two TYPES of performative utterances – explicit performatives like *I promise I'll do P* and primary performatives like *He promises he'll do P*.³ Perhaps Edmondson has in mind the need to distinguish between the pragmatics of utterance meaning and the semantics of sentence meaning. But then, if one is aiming at setting up a theory of speech acts, there is precious little to be gained by abstracting from the pragmatics of communicative acts so as to expend one's energies on the semantics of linguistic representations: 'to move away', as Bar-Hillel so aptly put it, 'from the complex, complicated and multidimensional pragmatic aspects of human communication in order to move into the greener pastures of semantics' (Bar-Hillel, 1970:208).

Even more intriguing I find is Edmondson's claim that 'we need to distinguish between a technical term such as "promise" or "apology", and the lexical items *promise* and *apology*, which may or may not occur in utterances which count as instances of these speech acts' (Edmondson, 1979:332). If this claim is understood as a plea for distinguishing between metalanguage and object language, Edmondson is saying nothing new, and very few philosophers will want to quarrel with him (though most speech act theorists would prefer to talk in terms of MENTION and USE). If, on the other hand, Edmondson is arguing for a distinction between a narrow, but neat and 'well-behaved' sense of *promise*, and a loose, sloppy and rather unmanageable everyday sense, he owes us a far more convincing justification than the one he offers for, aside from the obvious problem of Occam's razor, the proposed distinction seems to go against the very grain of Ordinary Language Philosophy, out of which the theory of speech acts sprang. When all is said and done, one is still left in the dark as to what all this has to do with the distinction between semantics and pragmatics.

For a card-carrying descriptivist like Edmondson, there is, or ought to be,

[3] Austin's crowning achievement is the discovery that his own earlier distinction between performatives and constatives will not hold water in the form in which it was initially put forward. What was initially supposed to be a special case ends up by engulfing the general case (see Austin, 1962:150, Searle, 1971:7). Thus the utterance *He promises he'll do it*, though not an explicit performative, is still a performative all the same.

no conceptual distinction corresponding to the terminological one between performatives and non-performatives. In point of fact, the term PERFORMATIVE itself is otiose in the descriptive-analytic apparatus of anyone who proposes to handle the so-called performatives solely and exhaustively within the conceptual framework of truth-functional semantics.⁴

In order to achieve his objective, i.e. to vindicate the descriptivist position, Edmondson need not appeal to the pragmatics of communication, for his very enterprise is, as noted already, an exercise in abstracting from the pragmatics of the acts of speech the semantics of propositions. Furthermore, he can only invoke pragmatics at the expense of weakening his own descriptivist position (see Taylor & Wolf (1981:329): 'With friends like Edmondson (1979), the descriptivist needs no enemies').

Of the three commentaries on the Harris-Edmondson dispute (Wachtel, 1980; Spielmann, 1980, and Taylor & Wolf, 1981) the first contains an important insight into why at all the descriptivist-non-descriptivist tussle has dragged on along all these years. I agree with Wachtel that one may abstract from the total speech act the going-through-the-motions bit of the actual execution of the act as mirrored by the explicit performative utterance. Against Taylor & Wolf's objection (1981:331), I would argue that this 'going through the motions' is just what there is in common to both the successful and the unsuccessful executions of an illocutionary act. The successful execution of an act meets, in addition, a host of other conditions, both psychological (sincerity, etc.) and contextual (e.g. in the case of, say, promising, that the state of affairs promised does not already obtain at the time of utterance). The unsuccessful execution of the act, on the other hand, fails to satisfy one or more of these concomitant factors. Now, someone who has witnessed the execution of the act is perfectly well entitled to report the event either by reporting merely the going-through-the-motions bit of it, or by endorsing, in addition, the illocutionary success of the act as well. However, there is a world of difference between the two. As Wachtel points out, there are two ways of interpreting utterances like *S apologized to the lamp-post and even the police sergeant laughed* that figure at the centre of the Harris-Edmondson dispute. Note that in one of its interpretations the sentence is paraphrasable as 'S said "I apologize etc." to the lamp-post, and even the police sergeant laughed' (where the act of saying - Austin's LOCUTIONARY ACT and Searle's UTTERANCE ACT - together, perhaps, with the accompanying facial and physical demeanour, constitutes the 'going through

[4] Thus to claim, as Spielmann (1980:89) does, that 'theorists of performatives are very much at odds with one another...' is to mischaracterize the problem beyond repair. This is so because anyone who, like Lewis (1972), insists that the so-called performatives are just as true or false as any other, is not a theorist of performatives to begin with for, in claiming what he does, he thereby rejects the very grounds for regarding performatives as worthy of special attention (except in the trivial and none-too-illuminating sense that one might as well admit a term to designate the occurrence of certain verbs of saying in the first person present indicative active etc.).

the motions').⁵ As for the other interpretation, there is, in a way, something bizarre about describing someone as having apologized to a lamp-post, a fact which may be brought into the limelight by putting the word *apologized* within 'scare-quotes' (as indeed writers often do).

Contrary to my own earlier thinking on the matter, I do not any longer subscribe to Wachtel's characterization of the above situation as constituting a genuine case of ambiguity. This is so because ambiguity in its purest sense consists in the presence of two mutually exclusive readings, whereas in our case the reading in which the success of the act is taken as endorsed by the speaker-reporter entails the going-through-the-motions reading. I am tempted to believe that here we have a case where the semantics and the pragmatics of speech acts are clearly distinguishable. In reporting just the going-through-the-motions bit of the act, the speaker-reporter merely attests to a correspondence between his words and a certain VERIFIABLE part of an external event: needless to say, he cannot vouch for the sincerity on the part of the original speaker and other intentional factors that must be satisfied in order for the act in question to qualify as a successful act. But in endorsing the illocutionary success of the act being reported, the speaker-reporter takes on, as it were, an additional responsibility for he, 'in good faith', attests also to something he cannot, if pressed further, demonstrably prove ('because the satisfaction of the relevant felicity conditions is unobservable' – Wachtel, 1980:88).

In the ultimate analysis, then, the dispute between Harris and Edmondson is over a non-issue. The descriptivist thesis is a thesis in semantics and the non-descriptivist thesis is primarily concerned with a pragmatic question. The twain MUST meet somewhere, but in peaceful coexistence and not in the spirit of each one eager to dislodge the other. At bottom, the choice between the descriptivist and the non-descriptivist positions is a matter of what one takes to be of interest as the object of inquiry.

[Editor's note. Debate on this topic is now closed.]

REFERENCES

- Austin, J. L. (1946). Other minds. Reprinted 1961 in *Philosophical papers* (ed. by J. O. Urmson & G. J. Warnock), pp. 76–116. London: Oxford University Press.
 Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
 Bar-Hillel, Y. (1970). *Aspects of language*. Jerusalem: the Magnes Press of the Hebrew University.

[5] Austin (1946: 102) discusses the situation where someone issues an order without having the authority required of him to be really and truly said to have issued an order. Says Austin, '... he did "order" me to do it, but, having no authority over me, he COULDN'T "order" me... We hesitate between "He didn't order me", "He had no right to order me", "He oughtn't to have said he ordered me"...'. It is this sense of saying that the going-through-the-motions sense captures.

- Edmondson, W. J. (1979). Harris on performatives. *JL* 15. 331-334.
- Edmondson, W. J. (1983). The descriptivist and performatives (again). *JL* 19. 309-310.
- Harris, R. (1978). The descriptive interpretation of performatives. *JL* 14. 309-310.
- Lewis, D. (1972). General semantics. In (eds), D. Davidson and G. Harman) *Semantics of natural language*. Dordrecht: Reidel.
- Searle, J. R. (1969). *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. London: Cambridge University Press.
- Searle, J. R. (ed.) (1971). *The philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press.
- Spielmann, R. W. (1980). Performative utterances as indexical expressions. Comment on Harris. *JL* 16. 89-93.
- Taylor, T. J. & Wolf, G. (1981). Performances and the descriptivist's dilemmas. *JL* 17. 329-332.
- Wachtel, T. (1980). Going through the motions. *JL* 16. 85-88.

SIMPÓSIO: O ENSINO DE LINGUÍSTICA NO BRASIL

ENSINO DE LINGUÍSTICA: DILEMAS E DESAFIOS

Kanavillil Rajagopalan

PUC-SP e UNICAMP

O senso comum nos diz que o ensino de linguística deve ser visto, antes de mais nada, como uma questão de ensino, e só então como algo que concerne à linguística. Ou seja, pela lógica, a pergunta 'Como ensinar a linguística?' estaria pedindo uma resposta substancialmente parecida com aquela para qualquer outra pergunta do mesmo tipo, 'Como ensinar X?', onde o 'X' pode ser substituído pelo nome de qualquer uma das disciplinas incluídas nos currículos escolares e universitários.

Há outras perguntas sobre o ensino de linguística que claramente pedem respostas com base em outras áreas de especialização. Por exemplo, 'Por que ensinar a linguística?' é uma pergunta que só seria respondida adequadamente se fosse interpretada como uma pergunta que diz respeito, não à prática didática propriamente dita, mas algo mais abrangente como planejamento educacional e, por que não, à política educacional de

um país. Por outro lado, uma pergunta do gênero 'O que ensinar quando se ensina lingüística?' tem pouco a ver com pedagogia em si; ela tem muito mais a ver com a própria matéria do ensino, isto é, a lingüística.

De modo geral, as discussões acerca do ensino da lingüística têm se concentrado ou na segunda ou na terceira pergunta, por razões fáceis de serem identificadas. A segunda pergunta 'Por que ensinar a lingüística?' tange à questão da sobrevivência institucional da lingüística e portanto interessa a todos nós enquanto profissionais. Quanto à terceira pergunta, 'O que ensinar quando se ensina a lingüística?', traz à tona as nossas predileções teóricas e metateóricas, e portanto oferece uma oportunidade que lingüista nenhum jamais deixaria escapar das mãos.

Gostaria de concentrar-me na primeira pergunta tanto pela relativa negligência que ela tem sofrido como pela convicção pessoal de que talvez seja ela a pergunta mais urgente de todas. A negligência à qual me referi se deve, até quando posso ver, a um certo preconceito que se instaurou na lingüística no tocante às questões de ordem prática, entre elas a de ensino. Daí, a ironia da presente situação. O lingüista, enquanto professor, já não tem mais como continuar ignorando a questão do ensino, ao menos o ensino da sua própria matéria. Devo, no entanto, tornar claro desde já que, ao contrário do que deixei transparecer

logo no início, não sou partidário da idéia de que a pergunta 'Como ensinar a lingüística?' seja exclusivamente da ordem pedagógica. No decorrer do que se segue, espero poder mostrar que, dependendo de como se encara a lingüística, a pergunta pode adquirir maior ou menor relevância.

Há mais de um modo de encarar a lingüística. O mais simplório, mas, pelo que se vê, o mais aceito, é o de equacionar a lingüística com um corpo de conhecimento sobre a linguagem que supostamente está aí, arquivado e preservado para a posteridade em livros e revistas especializadas. Dentro desta perspectiva, caberia ao lingüista enquanto professor a tarefa de fazer com que seus alunos tenham cada vez mais acesso a este vasto mundo de conhecimento, este enorme depósito de frutos de séculos de pesquisa - depósito este, para o qual o próprio professor poderia - na verdade, deveria - estar contribuindo com seu próprio trabalho na qualidade de linguista-pesquisador.

Tanto a concepção da lingüística quanto a imagem de pesquisa bem como de ensino esboçadas no parágrafo acima estão tão completamente equivocadas. Em primeiro lugar, ao se caracterizar a lingüística como 'um corpo de conhecimento', faz-se vista grossa à dinamicidade do mundo da lingüística e às tensões que nele se formam constantemente, gerando frequentes renovações com, as vezes, consequências até imprevisíveis. Não se pode esquecer também que, afinal, a lingüística é aquilo que os linguistas fazem,

e não tão somente o que alguém precisaria saber para ser considerado um linguista. Além do mais a concepção da lingüística como um corpo de conhecimento apoia-se, por sua vez, numa concepção do progresso de ciência como um processo cumulativo, concepção essa que já foi descartada por um número respeitável de filósofos de ciência (cf. Kuhn, 1962; Lakatos, 1984). Esta visão errônea, ou se não no mínimo questionável do progresso da ciência faz emergir uma noção de pesquisa que é, na melhor das hipóteses gratuita e, na pior, igualmente quimérica. Mas a consequência mais desastrosa disso tudo está na postura didática que dela decorre: ensino torna-se sinônimo de simples repasse da informação e o professor um mero atravessador, embora bem intencionado. É a postura didática que Paulo Freire vem condenando há anos como a visão 'bancária' de educação (cf. Freire, 1967; 1975).

Para Freire, opõe-se à visão 'bancária', a abordagem 'problematizadora' de ensino, na qual o processo educativo se dá mediante participação efetiva dos discentes. O diálogo constante entre o aluno e o professor que se instaura nesta abordagem proporciona à atividade educacional certa dinamicidade que se contrasta com a monotonia do fluxo unidirecional da informação, característica da abordagem 'bancária'.

Parece-me que a lingüística nos fornece uma das maiores provas a favor da tese de Freire. A dinamicidade

inerente ao mundo de pesquisa lingüística à qual me referi anteriormente faz com que a abordagem problematizadora seja a única capaz de dar conta do recado quando se trata do ensino da lingüística. Ou seja, na medida em que a lingüística se define, não por um corpo de conhecimento rigidamente fixo e unanimemente aceito, mas sim pela multiplicidade de teorias e de pontos de vista até sobre seu próprio objeto de estudo, é preciso que o professor se veja como um catalizador, alguém que desperte certa curiosidade pela linguagem entre seus alunos, que lhes mostre os inúmeros enigmas e labirintos bem como as surpresas agradáveis que a linguagem abriga, enfim alguém que ajude a recriar a grande paixão pela linguagem que é, em última análise, aquilo que chamamos de lingüística. Sendo a lingüística uma ciência argumentativa por excelência, polemizar as questões básicas, inclusive os supostos pontos pacíficos, torna-se condição sine-gua-non para o sucesso pedagógico.

Dentro da abordagem 'problematizadora' que estou defendendo para o ensino de lingüística em todos os níveis, a questão do conteúdo curricular precisaria ser revista. Para começar, tornar-se-iam sem sentido as eternas discussões sobre o tema que costumam, de tempos em tempo, assolar os departamentos de lingüística em todos os cantos. Pouco importaria se, por exemplo, o professor iniciasse seus alunos à lingüística por meio de uma discussão do pensamento lingüístico da antiguidade,

passando-se em seguida à apresentação da lingüística moderna ou fosse adotado o método comparativo-contrastivo, e assim por diante. A adoção da abordagem conscientemente problematizadora vai requerer que não seja excluído a priori nenhum assunto num curso de lingüístico. Isso quer dizer que a suposta distinção entre fatos e artefatos ou a entre ambos de um lado e os assim-chamados 'meta-fatos' de outro, tornar-se-ia simplesmente insustentável, quando se considera a lingüística sob o ponto de vista de ensino.

Seriam muitas, no meu entender, as consequências desta postura pedagógica para a prática didática. Para se ter uma idéia da extensão da inovação que tudo isso acarreta, examinaremos a seguir um caso específico em algum detalhe. Com raras exceções, não nos costumamos deter numa certa afirmação feita quase corriqueiramente numa aula introdutória à lingüística. Trata-se da afirmação de que a lingüística é um estudo científico da linguagem. Ignora-se assim o fato de que há entre as próprios linguistas diferentes posições sobre o que é a ciência. Além de ajudar a criar uma imagem completamente desvirtuada da disciplina entre os alunos, o professor que se recusa a se deter no tópico (pensando, talvez, que o mesmo pertença à uma outra disciplina como a filosofia da ciência) estaria, a meu ver, perdendo uma excelente oportunidade para transmitir aos alunos o mais puro espírito do pensamento lingüístico. A respeito desta questão, David

Crystal escreve o seguinte:

..... How far are there differences between what linguists do and what they think they do? How far is it possible to develop an intellectual justification for the way linguists work - a kind of grammar of their own performance? Linguists expect their students to develop this kind of meta-metalinguistic awareness; their comments on students' work repeatedly indicate it. But if these comments were analysed, they would bring to light many differences of opinion and belief concerning the nature of the subject, and there is rarely an opportunity to have these differences openly discussed (o grifo é meu) (Crystal, 1982: vi).

Não se trata, evidentemente, de dar uma aula sobre a filosofia da **ciência** com o pretexto de falar sobre a cientificidade da lingüística. No entanto, creio que cabe ao professor de lingüística pelo menos chamar a atenção para o fato de que o caráter científico de uma determinada teoria lingüística só se dá relativo a um determinado conceito da ciência, de modo geral, em voga no período de florescimento daquele modelo teórico. O importante, em outras palavras, é reconhecer que é impossível, do ponto de vista didático, distinguir entre os fatos e os supostos meta-fatos. Assim, quando se trata de justapor diferentes modelos teóricos em conflito com o intuito de fazer uma avaliação comparativa, fatos que normalmente seriam consideradas de interesse apenas histórico,

começam a adquirir um outro valor. Por exemplo, fatos como o de alguns dos trabalhos fundamentais para lingüística moderna (entre eles, 'Linguistic aspects of science' de Bloomfield) terem sido originariamente publicados na International Encyclopaedia of Unified Science, fundada pelos ex-integrantes do círculo de Viena, ou o de que em 1955 um manuscrito intitulado The Logical Structure of Linguistic Theory foi sumariamente devolvido ao seu autor, a um certo desconhecido chamado Noam Avram Chomsky, com a desculpa de que não se tratava da lingüística (cf. Newmeyer, 1980) - são todos fatos da lingüística, e não sobre a lingüística, sobretudo do ponto de vista pedagógico.

Em suma, assim como a linguagem sob o ponto de vista teórico, a lingüística também revela-se envolvente quando abordada do ponto de vista didático-pedagógico. O reconhecimento pleno desta constatação pode despertar mudanças significativas no quadro atual do ensino de lingüística, sobretudo a nível de graduação como matéria obrigatória (e não-só-por-isso detestada pelos alunos) onde o maior desafio do professor tem sido ultimamente o de manter os alunos interessados. O carater envolvente do ensino de lingüística pede uma constante renovação da metodologia didática. É nesta renovação constante da metodologia que está, a meu ver, a única saída para o impasse, tão largamente constatado, do professor que tenta situar a lingüística moderna, esperando poder

usar como pano de fundo o tão falado 'fracasso' da gramática tradicional e descobre no meio da aula, que a grande maioria dos alunos desconhecem até os rudimentos da gramática tradicional (o que pode não ser culpa deles, pois, provavelmente, a gramática que eles aprenderam no segundo grau, tinha como inspiração um dos modelos estruturalistas em voga na época).

Numa abordagem problematizadora, o que importaria não é 'o que ensinar?' mas 'como ensinar?'. Está, a meu ver, profundamente enganado, quem acha que 'o como' presuppõe fatalmente 'o que'. No contexto pedagógico, o 'o que' da lingüística é apenas uma consequência do 'como' a matéria é abordada. Isto é tão evidente quanto a afirmação de que os chamados 'fatos lingüísticos' dependem desta ou daquela perspectiva teórica para se concretizarem. Infelizmente, porém, nem esta segunda afirmação - lugar-comum para qualquer um que tenha trabalhado com a linguagem - parece ter sido percebida com a devida importância por aqueles que fixam diretrizes sobre como deve se ensinar a lingüística. Como prova disto, refiro-me ao seguinte trecho do 'Projeto do Currículo Mínimo do Curso de Letras' preparado pelo Conselho Federal de Educação (vide cópia enviada às instituições de ensino interessadas' em 17 de março de 1983): "O estudo da Lingüística deverá, [na fase inicial], dar ênfase aos fatos lingüísticos e não a esta ou àquela

teoria, devendo a parte teórica restringir-se a princípios e métodos gerais".

A julgar pelos comentários que costumo ouvir dos colegas de todos os cantos do território nacional, é patente que o ensino de lingüística não está isento, de maneira alguma, dos males que vêm da crise geral do ensino, da qual tanto se fala ^{à qual} e nada tenho a acrescentar. Em sua grande parte, a solução da crise foge à capacidade do professor no que diz respeito à sua conduta na sala de aula. Há, no entanto, uma pequena parte que, creio eu, pode ser feita para amenizar a falta de motivação e de interesse por parte dos alunos. Um bom começo seria repensar o ensino da lingüística.

A proposta que acabei de apresentar pretende ser uma pequena contribuição neste sentido. É preciso, no meu entender, que se faça com que os nossos alunos comecem a fazer sentido da lingüística.

- 0 -

REFERÊNCIAS

CRYSTAL, D. (1982). Linguistic Controversies. Londres: Edward Arnold.

FREIRE, P. (1967). Educação como Prática da Liberdade.

Rio de Janeiro: Paz e Terra.

——— (1975). Pedagogia do Oprimido. 3ª ed. Rio de

Janeiro: Paz e Terra.

KUHN, T.S. (1962). The Structure of Scientific Revolutions.

Chicago: Chicago University Press.

LAKATOS, I. (1984). The Methodology of Scientific Research

Programmes: Philosophical Papers. Cambridge: Cambridge

University Press.

NEWMAYER, F. J. (1980). Linguistic Theory in America. Nova

Iorque: Academic Press.

Referências:

1. ROUANET, S.P. Verde-amarelo é a cor do nosso irracionalismo. **Folhetim** 453 (Folha de São Paulo de 17 de novembro de 1985).
2. SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
3. TARALLO, F. Zelig: um camaleão-lingüista. **DELTA** 2 (1): 127-144, 1986.
4. VIANNA MOOG. **Bandeirantes e pioneiros**, vol I. Rio de Janeiro: Ed. Delta, 1966 (Obras de Vianna Moog, vol VIII).

COMUNICAR É PRECISO

Kanavillil Rajagopalan
PUC-SP e UNICAMP

Gostaria de tomar como ponto de partida um fato óbvio demais para ser destacado, porém infelizmente nem sempre lembrado: a **lingüística** constitui, no fim das contas, um enorme empreendimento **metalingüístico** que tem como meta estudar a linguagem natural. No entanto, de antemão, o **lingüista** não dispõe de nenhuma metalinguagem especial para falar da linguagem. Por conseguinte, é da própria linguagem que o **lingüista** vai ter que se apropriar para formular sua metalinguagem. Significa isso que a metalinguagem dos **lingüistas** – ou, se quiser, a própria linguagem de que os **lingüistas** dispõem para conduzir seu discurso, para se comunicar entre si – está sujeita às mesmas regras que regem a linguagem natural e as possibilidades de comunicação que esta proporciona. Como diria Wittgenstein, o discurso dos **lingüistas** terá de refletir – mostrar – todas aquelas características que são atribuídas ao discurso em geral. Estranho seria se isso não acontecesse.

Da mesma maneira que a existência de uma determinada língua se deve à presença de uma comunidade de fala, a **lingüística** também necessita de uma "comunidade interpretativa" para garantir sua sobrevivência. Em ambos os casos estão envolvidos grupos de indivíduos que se tornam comunidades por meio de um processo constante e ininterrupto ao qual referir-me-ei pelo termo "interpretação". Trata-se de um processo verdadeiramente criativo no sentido de que gera sempre algo novo e inédito. Voltando ao nosso paralelo entre a comunidade de fala e a comunidade de **lingüistas**, podemos dizer então que, assim como a língua se criou como resultado da atividade interpretativa de uma comunidade de fala, a **lingüística** também nasceu como resultado da atividade interpretativa de um grupo de pessoas que se comunicaram entre si com maior empenho e chegaram a identificar-se com certos interesses comuns.

No que se refere a uma comunidade de fala ou uma comunidade **lingüística**, faz parte do nosso consenso, creio eu, a idéia de que existência de diversos dialetos dentro de uma mesma língua, constitui um fenômeno perfeitamente normal e natural. Ou seja, nada há de patológico sobre tal fenômeno. O que também é perfeitamente normal e natural é não-patológico.

gico é o surgimento de novos dialetos toda vez que houver circunstâncias propícias. A unidade de uma comunidade lingüística reside na diversidade de seus dialetos e, em última instância, revela-se como um **mito** sustentado por razões geo-políticas. Quanto à diversidade dialetal, é preciso lembrar que o surgimento de novos dialetos, assim como a presença dos já identificados, deve-se à intensidade da atividade comunicacional entre certos membros da comunidade que, com o tempo, chegam a se considerar participantes de pequenas sub-comunidades. Isso não significa necessariamente total desinteresse pelas demais sub-comunidades ou pela comunidade maior a qual todas essas sub-comunidades se integram de uma forma federativa.

Parece-me que todas essas afirmações que costumamos fazer sobre a língua natural podem ser estendidas com igual propriedade à nossa própria metalinguagem, ao nosso próprio discurso. Ou seja, na medida em que nós nos consideramos membros de uma pequena comunidade, é perfeitamente normal e natural que a nossa linguagem adquira sua própria especificidade, seu próprio "sotaque". A unidade, a especificidade, desse novo dialeto manifestar-se-ia no conjunto de interesses comuns e, sobretudo, na presença de uma postura geral, facilmente identificável pelos outros. Assim, quando nos referimos à "lingüística norte-americana", à "lingüística francesa" etc., como também à "escola gerativa" ou à "escola de Praga", estamos de fato legitimando aquilo que podemos chamar de "dialetologia da comunidade universal dos lingüistas".

Uma "lingüística brasileira" seria apenas mais um dialeto da (meta) linguagem dos lingüistas. O surgimento desse novo dialeto far-se-á independentemente tanto do desejo impulsionado pelo chauvinismo ou pela xenofobia de alguns, quanto da apreensão, do receio, proveniente da convicção intransigente de outros com respeito à tese de universalidade do pensamento científico. O surgimento do novo dialeto dependerá, isto sim, do dinamismo interno da comunidade em questão, e da frequência, da intensidade da atividade comunicacional daqueles que participam da comunidade. Vai depender, no fundo, da presença ou não de uma comunidade verdadeiramente interpretativa.

À luz dessas reflexões, a questão "Há ou não uma lingüística brasileira?" traduz-se da seguinte maneira: "Existe ou não uma comunidade interpretativa dos lingüistas no Brasil?"

Por certo, há lingüística no Brasil, assim como há, sem sombra de dúvida, lingüistas no Brasil. Curiosamente, porém, falar de "lingüística no Brasil" não é a mesma coisa que falar de uma "lingüística brasileira". A primeira por si só não garante a segunda. Para se ver de perto essa questão, é preciso invocar uma distinção entre o sentido "institucional" e o sentido "acadêmico-intelectual" do próprio termo "lingüística". A lingüística no Brasil acha-se garantida institucionalmente. Ocorre porém que instituição nenhuma pode nos garantir a formação de uma lingüística brasileira, pois trata-se de algo espontâneo. Uma "lingüística brasileira" seria

"lingüística" no sentido "acadêmico-intelectual" em se tratando, como em qualquer outra parte do mundo, de uma paixão pela linguagem: seria "brasileira", porque os indivíduos que compõem a pequena sub-comunidade em questão teriam como denominador comum algo mais abrangente e preponderante – a saber, a cultura brasileira. Para que uma lingüística brasileira possa tornar-se realidade, é preciso interpretar, e não apenas praticar, a lingüística. É preciso procurar fazer sentido da lingüística.

A instituição pode, isto sim, garantir as condições mínimas para apressar o surgimento de uma lingüística brasileira – o surgimento, em outras palavras, de uma comunidade interpretativa. Trata-se de um esforço para criar possibilidades físicas de comunicação entre pesquisadores brasileiros. Não se refere apenas a uma questão de promover maior número de congressos e outros eventos do gênero. Seria interessante pensar em termos de criar mecanismos de intercâmbio de pesquisadores entre diferentes centros de pesquisa por um período razoável que, a meu ver, certamente propiciaria uma integração dinâmica entre diferentes centros.

Não basta, contudo, cuidar apenas da parte física, ou seja, das condições de comunicação. O apoio institucional, como já disse, não é suficiente, embora seja até necessário. É imprescindível que nos conscientizemos da importância de nos comunicarmos entre nós mesmos, não só para comparar, concordar e citar, mas, mais seriamente, para discutir, debater, discordar e defrontar concepções radicalmente opostas – enfim questionar. É de vital importância também deixar de lado a questão institucional de vez em quando e encarar a lingüística em seu aspecto acadêmico-intelectual. Ou, se quiser, mudar o enfoque do profissional para o vocacional. E, por fim, adotar como lema: **Comunicar é preciso**. É comunicando-se entre si que os diversos membros de uma agremiação formam uma comunidade e encontram uma linguagem comum.

Prosseguindo a análise "sociológica" da nossa comunidade (em formação), parece-me que a nossa linguagem revela neste momento muitas das características de um "pidgin" – sua origem relativamente recente, a formação bastante heterogênea da grande maioria dos "falantes" e o caráter bastante precário e instável dos raros momentos de encontro e confraternização. Vamos esperar que a consciência comunitária que está começando a brotar desperte uma fase de "criolização". Pouco me importa se esse novo meio de comunicação, essa nova linguagem, venha a se chamar dialeto ou língua. Deixemos a questão da rotulação por conta dos futuros historiadores da lingüística. O surgimento de uma linguagem comum, se e quando isso vier a acontecer, poderá ser encarado como sintomático de algo muito mais importante e gratificante: os pesquisadores brasileiros estariam se comunicando entre si e formando uma comunidade verdadeiramente interpretativa. Teria nascido, a essa altura, uma lingüística brasileira. Uma "lingüística brasileira" não seria mais um mito? É claro que sim, respondo eu. Mais um mito entre tantos outros. Mas nem por isso a ser desprezada.

É possível, na perspectiva de R. "praticar" a lingüística? Bom!

The Harris-Edmondson dispute: identifying the strawmen

KANAVILLIL RAJAGOPALAN

Catholic University of São Paulo

(Received 7 February 1984)

The claim made by Harris (1978) that the descriptivist position in respect of performatives is self-defeating has engendered some spirited controversy through the years since then (see Edmondson 1979, 1983, Wachtel, 1980; Spielmann, 1980; Taylor & Wolf, 1981). Let me declare right at the outset that I am with the non-descriptivists. Nevertheless, in what follows, I wish to show (a) that no brusque argument of the sort originally advanced by Harris or subsequently marshalled by the others can help settle the dispute either way, and (b) that the controversy so far has been riddled with a good deal of futile cross-talk which has blinded the participants in the intellectual free-for-all to some of the real issues at hand.¹

In its characteristic tenor, the controversy between the descriptivists and the non-descriptivists may best be likened to a broadcasting war where the contending parties each strive to jam the other's transmission while in fact radioing their messages at different wavelengths. Thus, and as Harris himself was the first to appreciate, the descriptivists flourish a 'ready answer' to a question which the non-descriptivists argue ought not to have been asked in the first place.

The originality of Harris's first move consists in his decision to engage the descriptivists at their own game without prejudice to his right to challenge the legitimacy of the match. In so doing, he contemplates (under 'a willing suspension of disbelief') the possibility that 'the alleged assertion.../ *apologize* should count as true or false' (Harris, 1978: 309). But this obliges Harris to speak a language which is not native to him: you cannot use the terminology of your opponent, and at the same time insist that the terms must be univocally understood as expressions of YOUR theoretical assumptions. What the descriptivists have always claimed to be amenable to truth-value assessment is the assertion-product: what the non-descriptivists have likewise always claimed to be proof against truth-value assessment is the assertion-act. There is – and it is important to notice this – no clash as yet between the two views: one can, without any inconsistency whatever, maintain BOTH that an asserted proposition is either true or false (as required by a truth-functional

[1] I am grateful to Antonietta Celani, Dennis Mahoney, Leila Barbara and Mary Kato for comments. None of them shares any responsibility for the views expressed.

theory of semantics of the sort Edmondson (1979:331) subscribes to) AND that there is no truth or falsity about the asserting of the proposition.² In other words, on this issue at least, the theory of speech acts and truth-functional semantics are complementary rather than conflicting (see Searle, 1969: 18-19).

On the descriptivists' view, the question of whether a particular token of the so-called assertion (assertion-product, that is) *I apologize* is to count as true or false is in no way different from the question of the truth or falsity of the description *He apologized* (again, another assertion-product, though this time issued by the speaker-reporter). As Edmondson rightly insists, there is no SEMANTIC difference between *apologize* used performatively in the first and non-performatively in the second (what he fails to note though is that there is a further pragmatic aspect to the performative use which does not obtain in the case of the non-performative use and, further, that it is precisely this pragmatic aspect that does not lend itself to a truth-conditional, semantic treatment – more on this to follow). Again, I fully agree with Edmondson that it is important not to confuse the semantic and the pragmatic issues in setting up a theory of speech acts, although his own proposal with regard to the distinction seems nebulous and 'obscurely drawn' (Taylor & Wolf, 1979: 329), and, if anything, undermines the very thesis he is trying to defend. I would personally cut the cake differently.

Austin's fundamental thesis concerning the distinctive role of speech acts is a pragmatic one which has, strictly speaking, no semantic analogue. Anyone who chooses to defy the descriptivist sceptic at the latter's favourite game of truth-conditional semantics is destined to lose the match, and Harris's bold attempt is no exception to the rule. The only move left open to Harris is, as far as I can see, to take back the strategic (but ill-advised) concession he made and insist on the illegitimacy of the question the descriptivists purport to answer. And, indeed, the semantic concept of truth (and falsity) has no place in the realm of pragmatics, where the only negotiable currency is the concept of felicity or happiness (and infelicity or unhappiness).

Edmondson's counter-thesis (1979) is in part a mere reiteration of the essential descriptivist position (which is, if one comes to think of it, all he needs to do against Harris's attack). But the bolder part of his rebuttal is as vulnerable as Harris's argument, especially as regards the contention that it is the non-descriptivist position that, when analysed critically, turns out to be untenable. Even as Harris makes the mistake of trying to show the paradoxical nature of the purported answer to a question he cannot coherently let anyone ask, so too Edmondson makes the mistake of assuming

[2] Recall that Frege's turnstile symbol had the function of guaranteeing that the proposition that followed was actually asserted (and not, say, hypothesized), although the symbol itself played no part in any of the derivations carried out in the calculus involving the proposition so prefaced.

that the availability of a coherent and contradiction-free answer *a fortiori* legitimizes the question. And both of them fail to take notice of the complete mismatch between the question and the answer.

Both Harris and Edmondson are concerned to explore expressions of the form *I promise...* and those of the form *He promises...* For Edmondson, 'the critical problem with performative utterances is that of distinguishing semantics from pragmatics' (Edmondson, 1979:331). Now, talk of 'performative utterances' makes sense just in case one has principled reasons to distinguish them from the rest: ordinary, run-of-the-mill utterances. However, even this is an illusion, for it turns out that what Edmondson is at pains to elucidate by appealing to the semantics/pragmatics dichotomy are in fact two TYPES of performative utterances – explicit performatives like *I promise I'll do P* and primary performatives like *He promises he'll do P*.³ Perhaps Edmondson has in mind the need to distinguish between the pragmatics of utterance meaning and the semantics of sentence meaning. But then, if one is aiming at setting up a theory of speech acts, there is precious little to be gained by abstracting from the pragmatics of communicative acts so as to expend one's energies on the semantics of linguistic representations: 'to move away', as Bar-Hillel so aptly put it, 'from the complex, complicated and multidimensional pragmatic aspects of human communication in order to move into the greener pastures of semantics' (Bar-Hillel, 1970:208).

Even more intriguing I find is Edmondson's claim that 'we need to distinguish between a technical term such as "promise" or "apology", and the lexical items *promise* and *apology*, which may or may not occur in utterances which count as instances of these speech acts' (Edmondson, 1979:332). If this claim is understood as a plea for distinguishing between metalanguage and object language, Edmondson is saying nothing new, and very few philosophers will want to quarrel with him (though most speech act theorists would prefer to talk in terms of MENTION and USE). If, on the other hand, Edmondson is arguing for a distinction between a narrow, but neat and 'well-behaved' sense of *promise*, and a loose, sloppy and rather unmanageable everyday sense, he owes us a far more convincing justification than the one he offers, for, aside from the obvious problem of Occam's razor, the proposed distinction seems to go against the very grain of Ordinary Language Philosophy, out of which the theory of speech acts sprang. When all is said and done, one is still left in the dark as to what all this has to do with the distinction between semantics and pragmatics.

For a card-carrying descriptivist like Edmondson, there is, or ought to be,

[3] Austin's crowning achievement is the discovery that his own earlier distinction between performatives and constatives will not hold water in the form in which it was initially put forward. What was initially supposed to be a special case ends up by engulfing the general case (see Austin, 1962:150. Searle, 1971:7). Thus the utterance *He promises he'll do it*, though not an explicit performative, is still a performative all the same.

no conceptual distinction corresponding to the terminological one between performatives and non-performatives. In point of fact, the term PERFORMATIVE itself is otiose in the descriptive-analytic apparatus of anyone who proposes to handle the so-called performatives solely and exhaustively within the conceptual framework of truth-functional semantics.⁴

In order to achieve his objective, i.e. to vindicate the descriptivist position, Edmondson need not appeal to the pragmatics of communication, for his very enterprise is, as noted already, an exercise in abstracting from the pragmatics of the acts of speech the semantics of propositions. Furthermore, he can only invoke pragmatics at the expense of weakening his own descriptivist position (see Taylor & Wolf (1981:329): 'With friends like Edmondson (1979), the descriptivist needs no enemies').

Of the three commentaries on the Harris-Edmondson dispute (Wachtel, 1980; Spielmann, 1980, and Taylor & Wolf, 1981) the first contains an important insight into why at all the descriptivist-non-descriptivist tussle has dragged on along all these years. I agree with Wachtel that one may abstract from the total speech act the going-through-the-motions bit of the actual execution of the act as mirrored by the explicit performative utterance. Against Taylor & Wolf's objection (1981:331), I would argue that this 'going through the motions' is just what there is in common to both the successful and the unsuccessful executions of an illocutionary act. The successful execution of an act meets, in addition, a host of other conditions, both psychological (sincerity, etc.) and contextual (e.g. in the case of, say, promising, that the state of affairs promised does not already obtain at the time of utterance). The unsuccessful execution of the act, on the other hand, fails to satisfy one or more of these concomitant factors. Now, someone who has witnessed the execution of the act is perfectly well entitled to report the event either by reporting merely the going-through-the-motions bit of it, or by endorsing, in addition, the illocutionary success of the act as well. However, there is a world of difference between the two. As Wachtel points out, there are two ways of interpreting utterances like *S apologized to the lamp-post and even the police sergeant laughed* that figure at the centre of the Harris-Edmondson dispute. Note that in one of its interpretations the sentence is paraphrasable as 'S said "I apologize etc." to the lamp-post, and even the police sergeant laughed' (where the act of saying - Austin's LOCUTIONARY ACT and Searle's UTTERANCE ACT - together, perhaps, with the accompanying facial and physical demeanour, constitutes the 'going through

[4] Thus to claim, as Spielmann (1980:89) does, that 'theorists of performatives are very much at odds with one another...' is to mischaracterize the problem beyond repair. This is so because anyone who, like Lewis (1972), insists that the so-called performatives are just as true or false as any other, is not a theorist of performatives to begin with, for, in claiming what he does, he thereby rejects the very grounds for regarding performatives as worthy of special attention (except in the trivial and none-too-illuminating sense that one might as well admit a term to designate the occurrence of certain verbs of saying in the first person present indicative active, etc.).

the motions').⁵ As for the other interpretation, there is, in a way, something bizarre about describing someone as having apologized to a lamp-post, a fact which may be brought into the limelight by putting the word *apologized* within 'scare-quotes' (as indeed writers often do).

Contrary to my own earlier thinking on the matter, I do not any longer subscribe to Wachtel's characterization of the above situation as constituting a genuine case of ambiguity. This is so because ambiguity in its purest sense consists in the presence of two mutually exclusive readings, whereas in our case the reading in which the success of the act is taken as endorsed by the speaker-reporter entails the going-through-the-motions reading. I am tempted to believe that here we have a case where the semantics and the pragmatics of speech acts are clearly distinguishable. In reporting just the going-through-the-motions bit of the act, the speaker-reporter merely attests to a correspondence between his words and a certain VERIFIABLE part of an external event: needless to say, he cannot vouch for the sincerity on the part of the original speaker and other intentional factors that must be satisfied in order for the act in question to qualify as a successful act. But in endorsing the illocutionary success of the act being reported, the speaker-reporter takes on, as it were, an additional responsibility, for he, 'in good faith', attests also to something he cannot, if pressed further, demonstrably prove ('because the satisfaction of the relevant felicity conditions is unobservable' - Wachtel, 1980:88).

In the ultimate analysis, then, the dispute between Harris and Edmondson is over a non-issue. The descriptivist thesis is a thesis in semantics and the non-descriptivist thesis is primarily concerned with a pragmatic question. The twain MUST meet somewhere, but in peaceful coexistence and not in the spirit of each one eager to dislodge the other. At bottom, the choice between the descriptivist and the non-descriptivist positions is a matter of what one takes to be of interest as the object of inquiry.

[Editor's note. Debate on this topic is now closed.]

REFERENCES

- Austin, J. L. (1946). *Other minds*. Reprinted 1961 in *Philosophical papers* (ed. by J. O. Urmson & G. J. Warnock). London: Oxford University Press. 76-116.
 Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
 Bar-Hillel, Y. (1970). *Aspects of language*. Jerusalem: the Magnes Press of the Hebrew University.
 [5] Austin (1946:102) discusses the situation where someone issues an order without having the authority required of him to be really and truly said to have issued an order. Says Austin, '...he did "order" me to do it, but, having no authority over me, he COULDN'T "order" me... We hesitate between "He didn't order me", "He had no right to order me", "He oughtn't to have said he ordered me"...'. It is this sense of saying that the going-through-the-motions sense captures.

- Edmondson, W. J. (1979). Harris on performatives. *JL* 15. 331-334.
Edmondson, W. J. (1983). The descriptivist and performatives (again). *JL* 19. 309-310.
Harris, R. (1978). The descriptive interpretation of performatives. *JL* 14. 309-310.
Lewis, D. (1972). General semantics. In D. Davidson and G. Harman (eds), *Semantics of natural language*. Dordrecht: Reidel.
Searle, J. R. (1969). *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. London: Cambridge University Press.
Searle, J. R. (ed.) (1971). *The philosophy of language*. Oxford: Oxford University Press.
Spielmann, R. W. (1980). Performative utterances as indexical expressions. Comment on Harris. *JL* 16. 89-93.
Taylor, T. J. & Wolf, G. (1981). Performatives and the descriptivist's dilemma. *JL* 17. 329-332.
Wachtel, T. (1980). Going through the motions. *JL* 16. 85-8.

DEBATE

DIALOGUE: ON TAKING THE BULL BY THE HORNS IF
ONLY TO SALVAGE THE CHINA SHOP

Kanavillil RAJAGOPALAN (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas)

Abstract: A partir da leitura crítica dos ensaios contidos no volume Dialogue: An Interdisciplinary Approach, conclui-se que as preocupações no campo da pesquisa sobre diálogo são de ordem conceitual e epistemológica. Esta resenha procura mostrar as profundas divergências ideológicas nesse nível.

"The kimono they wear out there in the western world is called a frock," says a Japanese girl. A western counterpart of hers is equally complacent about her conviction: "The Japanese call a frock a kimono". The question is, who is getting it right? Or could it be that they are both saying the same thing and getting it right in different ways (or going equally wrong)?

Armed with the logical form tactic, our semanticist will jump at the opportunity for clinching the issue. "Appearances, as I have all along been telling you, can be deceptive. The apparel, that is, does not oft proclaim the (wo)man. For the surface form of the two utterances, in much the same fashion as the garments incidentally in question, conceals the essential. And what is essential here is the common underlying structure viz. The statement of the proportion 'kimono : Japan :: frock : West' ". And, sure enough, under appropriate paraphrasing 'kimono' and 'frock' turn out to be but

different values that a certain variable takes in the domain of Japan and the West. To be a kimono, in other words - and here even Quine should applaud enthusiastically -, is to be another value of the very same variable as it is to be a frock. And it is the constancy of this variable across the two sides that makes the formula a correct equation. By the way, if a particular language does not lexicalize this conceptual variable, well, all the worse for the language - it is, if you wish, a typical case of a hole in the pattern.

The ontology of conceptual universals is thus upheld (never mind Quine), the meaning reification ploy fully legitimized and the possibility of, or at least the eventual reduction to, pure rational exchange vindicated and shown to rest on the bedrock of logical truth. A straightforward Fregean reduction along the above lines oh what looked an East-West communicational stalemate would alone suffice to call the Kipling bluff, for the twain does meet after all, albeit at the vanishing point of the logical truth! But then, what does one do about those sceptics and heretics who keep mumbling about family resemblance, language games and similar anti-essentialist mumbo-jumbo? Forgive them o Lord, for they know not the latest in human biology - the cracking of the genetic code, the DNA, and the rest of it all!

Yet, an impressively large group of scholars representing diverse disciplines assembled at the Campinas International Encounter on the Philosophy of Language in 1981 had presumably come round to the view that time had come at last to take the dialogic bull by its twin horns rather than continue to regard it as a somewhat awkward aberration, a mutant beast, vaguely related to its distant but more familiar cousin the Unicorn, seen for long grazing with epistemological impunity in philosophical pastures. And the result of the Encounter is the volume *Dialogue: an interdisciplinary approach* (John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadel-

phia, 1985).

As Dascal notes in his editorial introduction, there seem to have two reasons why the phenomenon of dialogue has for the most part been eschewed by the new 'sciences of man'. First, its familiarity and pervasiveness which made it look fairly crystalline and unproblematic. Secondly (though this would apply only to those who did try a sneaking hand), its complexity which led most researchers, trained as they were in the divide-and-conquer approach of analytic sciences - to postpone tackling it till simpler objects of investigation had been satisfactorily grappled with.

But, alas, the course of scientific progress is often marked by ugly surprises. Many, in fact most, of the papers in the volume reflect a widespread disenchantment with the divide-and-conquer approach. Their authors argue, each in his own different way and from the vantage point of his own specialized field of research, that there is more to dialogue than a simple-minded conflation of otherwise independent monologues (Geraldi et al, Maia, Campos), that communication is a lot richer than the smooth exchange of propositional contents (Lorenz, Granger, Gil, Ehlich), and that, for all you know, a fuller understanding of even monologic discourse can only be had by recognizing the essentially dialogic character of natural language (Jacques, Campos, Parret). What most of these scholars share further is the opinion - though not everybody voices it with the same conviction - that new conceptual tools (and probably a whole new approach, possibly holistic) may well be the need of the hour.

Does this mean, then, that we are witnessing a paradigm shift? Well, the question itself may be premature. If so, any answer is bound to be precipitate. Besides, paradigms don't shift as easily as frames in a slide projector. In fact, they are in general admirably resistant to all attempts at foundational revision, tend

ing to develop a certain resilience that enable them to absorb most shocks. The more so in the case of those paradigms that are rooted in antiquity and well entrenched not just on one but several academic fronts. A quick glance at such titles as David Harrah's 'Logic for rational dialogue' and Maria Nowakowska's 'On a formal structure of dialogue' should dispel any doubts as to the awe-inspiring prestige that the paradigm under discussion enjoys. Understandably thus Daniel Vanderveken's 'What is an illocutionary force?' is part of a recent trend whose avowed aim is to confer scientific respectability on the theory of speech acts by forcing it into the Procrustean bed of mathematical logic.

All the same, the volume under examination also gives clear indications that the paradigm is no longer at ease with the sporadic disturbances both within and without. George Meggle's 'To hell with speech act theory' is, however, by the author's own admission, the impulsive railings of 'a disappointed former lover' gone berserk and should at best be viewed as a spell of comic relief.

Two of the papers assembled in the volume deserve a special mention in this regard. They are Donald Davidson's 'Communication and convention' and Andrew Woodfield's 'Communicating about the contents of other minds'. Both are meant to be dampers on what their authors consider premature enthusiasm for the new-found sense of freedom from the paradigm. Davidson's essay is an attempt to persuade the reader that "convention does not explain what linguistic communication is, though it may describe a common feature" (p. 24). The consequences of such a conclusion, as the author is rejoiced to foresee, are simply dramatic; rather than a prior understanding of conventions being a necessary first step to defining language, it may indeed be the case that "language is a condition for having conventions" (ibid.). In much the same vein, Woodfield argues that

content-ascription - identifying the content of another mind - is entirely independent of features of the social, linguistic community in which the speaker is placed (p. 294). Just as Davidson champions the ontological integrity and epistemological primacy of language vis-a-vis convention. Woodfield pleads for both realism and individualism (for the author, the former entails the latter) about intentional content and its total independence from environment, linguistic or whatever.

Both Davidson and Woodfield are, let us not forget, forging their ways upstream. Davidson is pitting himself against the by now largely consensual view that language is *essentially* conventional. Woodfield has for his adversary Tyler Burge who has argued elsewhere against positing noumenal thought-contents and holding instead that there can be nothing more to thought-content than is attributed by content-ascription.

To be sure, the volume under review would only be the poorer if it were not for the inclusion of these two papers. The importance of the two papers in the context of the present collection arises precisely from the fact that they put major stumbling blocks in the way of anyone (and this, as noted earlier, applies to the majority of the remaining authors) discontented with the classical approach and wishing to adopt new perspectives on dialogic communication. I shall, therefore, devote a disproportionately large amount of time to the two papers making only passing references to the others, and that too, only insofar as they help highlight, contrast or counterbalance certain of the specific issues that come up.

Davidson begins his reasoning methodically (a redundant remark for the reader accustomed to the characteristic style of this doyen among contemporary philosophers) by first establishing that in order for the thesis of conventionality of linguistic communication (I am deliberately refraining from using Davidson's "communi-

cation by language" so as not to prejudge the issue) to be anything more than a trivial commonplace, more evidence than the arbitrariness of linguistic signs will need to be invoked. For, "while what is conventional is in some sense arbitrary, what is arbitrary is not necessarily conventional" (p.11). It is only when one ponders the question of what it is for an utterance to have a particular meaning that the notion of convention comes in handy, for the question requires one to relate meaning to human attitudes such as beliefs, desires and intentions etc. Davidson looks at three separate but compatible types of theories that have been advanced in the respect - those that can claim conventional links between grammatical moods and illocutionary intentions, those that posit a conventional use for each sentence, and those that seek conventional links between individual words and either extensions or intentions. He finds all of them equally unconvincing.

In attacking theories of the first type, Davidson concentrates all his fire on the position advocated by, among others, Michael Dummett that the utterance of a declarative sentence, barring special circumstances, entails the making of an assertion as well as intention on the part of the speaker to say what is true. At the end of a carefully worked out, step by step analysis of the claim in its minutest details, Davidson concludes that neither intentions nor ulterior purposes can help determine uniquely and unfailingly the meaning of a sentence: "...it is not an accidental feature of language that ulterior purpose of an utterance and its meaning are independent *in the sense that the latter cannot be derived from the former*" (my italics) (p.19). Davidson calls this feature the principle of *the autonomy of meaning*.

I find Davidson's arguments against Dummett impeccable, but his conclusion only partially so. Granted that the ulterior purpose of an utterance and its so-

-called literal meaning are *independent*, why make the case for autonomy only one-sided? On the strength of the very same arguments that Davidson marshals against Dummett's thesis, one could equally well clamour for the independence of ulterior purposes from the tyranny of literal meanings - call it the principle of the *autonomy of ulterior purposes*. True, it suits the convenience and ulterior purpose of a philosopher committed to out-Tarskying Tarsky in approaching natural languages (cf. "...literal meaning may not (and in my view does not) go beyond truth conditions" p. 14) to immunize literal meaning against all talk of intentions and ulterior purposes. It suits his convenience even more that the less powerful claim he diplomatically opts for gives sufficient elbow room for the pragmaticists to go worrying about speaker meaning, interpretation-in-context etc - for, so long as they do not venture out of their territory and the no man's land skirting it, no harm should be forthcoming. Furthermore, by wilfully confining themselves to their allocated land, they would in effect be legitimizing literal meanings.

When all is said and done, the question to ask is: How does all this help us to understand the phenomenon of dialogue? A dialogue, let us remind ourselves at this stage, occurs in real life and its participants are real people. And real people have beliefs, desires, and what have you and are, in a way, defined by these mental attitudes. To say that communication among real people is at the mercy of independently existing meanings is, one might wish to argue, to reduce all talk about human liberty to a complete farce. Besides, one could equally well argue, as indeed the present reviewer has been led to believe lately, that literal meanings, far from being ontologically guaranteed a priori, may in fact be products of a communal consensus at a historically given moment. If it can be granted that a community is, if not wholly at least partially, defined

by a common conceptual system, George Lakoff's claims in his 'Metaphor, folk theories and the possibilities of dialogue' can be seen as pointing in this direction. What Lakoff does not explore to its ultimate consequences is the obvious conclusion from his own basic thesis: that metaphoricity, and hence literalness, has to do with the nature of the conceptual systems in dialogic confrontation. Anyhow, in real life individuals do interact with one another. They do this thanks to an already existing network of communal relations. But it is also true that even as they talk they are making new community links. This has consequences which I shall expatiate upon towards the end of this paper. For the time being let us simply note that literal meaning is of no help in "explaining" (mind you, this is a theory-laden word) the possibility of communication through dialogue for the simple reason that the explicandum is a part and parcel of the explicans.

Yet the idea that there is a level of literal meaning or some surrogate entity such as logical form - the repository of reason untainted by human attitudes including passions and the axle that ensures dialogic movement - haunts a number of writers, though a few have achieved a great measure of success in exorcising it.

Gilles Granger in his 'Discussing or convincing: an approach towards a pragmatist study of the languages of science' dismisses outright the concept of supra-human absolute meanings. Says he, "The temptation to imagine a scientific knowledge utterly independent of its modes of expression is perhaps natural; however, such Plato-inspired illusions are meaningless" (p.348-9). Likewise, in his 'Science and controversy', Fernando Gil argues that scientific controversies help generate the 'scientific truths' of any epoch and are hardly decided by apodictic rationality but on the relative strength of persuasion of the parties in a dialectic confrontation.

tion. E.M. Barth's plea (in 'Toward a praxis-oriented theory of argumentation') for substituting 'truth' by the notion of 'agreement' in model theoretic semantics goes in the same direction.

On the other hand, it is Woodfield's thesis that there is a strong case for Platonic realism about thought-content ("a feature of the cognitive state") which, according to the author, is in no way determined by content-ascription ("an interpersonal communicatory activity"). If Woodfield is right it is the psychology and not sociology that should provide us with the beacon light in our endeavour to understand communication. Again, if Woodfield is right, Granger and Gil missed the wood for the trees, and Barth is beating his wings in the void.

What Woodfield does in his paper is take a fresh look at a certain 'thought experiment' proposed by Burge and argue that the story has a different moral. Put very crudely, the experiment is the following. Sam cannot possibly have arthritis in the thigh because he is a speaker of English and the English language guarantees, in virtue of its semantic structure, that no one in Anglo-land will contract arthritis in any part of his anatomy save the joints. But in Burge-land things are different. In the Burgesse language the word *arthritis* (not to be confused with its English homonym) is a cover term for all rheumatoid ailments. So Sam cannot and can have arthritis in the thigh, in Anglo-land and Burge-land respectively. Now, what about the sentence 'Sam believes that he has arthritis in the thigh'? Well, it depends. If the speaker is an Angler he has ascribed a false belief to Sam, but not if he is a Burgesse. This is Burge's position, according to which there is no intentional content over and above the possibilities of ascription. Woodfield, on the other hand, is equally convinced that ascriptions can change even as the content stays the same, and what is more, in some cases,

"though the social and linguistic environment stays the same." (p.302). If in Anglo-land nobody can have arthritis in the thigh, it is not because nobody can have a thought-content corresponding to what might be correctly describable as 'So-and-so has arthritis in the thigh' if the English language so permitted. That is to say, there must be, thinks Woodfield, a true thought-content so that a given thought-ascription can be adjudged false in relation thereto.

Note that so far this is a dead end, for the situation is one of 'my word against yours'. Fully aware of this, Woodfield seeks to justify his stance by relating it to certain wider issues. He reminds us that intentional contents are characterized by their intra-systemic cognitive role, whereas content-ascriptions are acts carried out in a 'modelling language', say English. What secures a nearmatch in most cases of content-ascription is the "empirical fact that the cognitive structures of most human beings really are similar to the semantic structure of public language" (p.299). One wonders what on earth count as *empirical* evidence for a claim relating structures inaccessible to direct observation to others that have no real existence outside of the system. Even if we set aside this vexed question, isn't there a likelihood that we are somehow begging the question? However, unmindful of such possible objections, Woodfield goes on to reiterate the old positivistic claim that no modelling language, including the ascriber's mother-tongue is ever an adequate model of any subject. Thought-contents, that is to say, cannot be captured fully in any modelling languages, because all modelling languages, including natural languages are imperfect. We are forced to conclude that Woodfield's thought-contents are logical constructions of the sort Russell and Wisdom recognized and precisely therefore not reducible to content-ascriptions.

The affinity between Woodfield's position and that

of Donaldson that we looked at a while ago must by now be obvious enough. My misgivings concerning the former are of a piece with the objections I made to the latter. What use is a logical construction like 'thought-content' inaccessible, by definition and by fiat, to other minds, if we are looking for a theory of communication in real-life settings? I hold this against Woodfield because it seems to me that his whole argument boils down to a defence of private language which is the negation, as Wittgenstein never tired of showing us, of the very possibility of dialogue and hence, *a fortiori*, of natural language.

Something like the 'thought-contents' of Woodfield or the 'literal meanings' of Davidson still crops up in the papers by some of the other writers who are, on their own admission, liberal in their theoretical commitments. Herman Parret's 'Contexts as constraints on understanding in a dialogic situation' is a case in point. Thus even as he claims things like "... a theory of *dialogue* is fully dependent on a theory of understanding" (p.165) and "... understanding as an ability is a practice-in-the-world and not an activity of the inner life on inner life primitives" (p.168), when it comes to spelling out a programme, the author opts for a level of significance, that of propositional content, which is obtained by "abstracting" from contexts of all kinds, epistemic, doxastic, or what-have-you. Also smuggled in is Woodfield's idea of "approximation" which, as far as I can see, is what sustains Parret's hope that perfect understanding (by which is to be understood, not consensual but alethic truth) is attainable through the progressive narrowing down (elimination) of misunderstandings.

Of the three papers in the volume that directly address the issue of misunderstanding or communication gap, two (Danilo M. Souza Filho's 'Dialogues breakdowns' and Marcelo Dascal's 'The relevance of misunderstanding') discuss the phenomenon from the standpoint that

there is a hard core of rationality common in fact or in principle to all dialogues, and that any given dialogue can be fruitfully examined in terms of the degree to which it deviates from the ideal dialogue where reason is optimally used to serve information transfer. The third, Jean-Luc Petit's 'The making and breaking of dialogue' is openly sceptical on this. Petit doubts if such an enterprise - "possibly a carry-over from a Platonic tradition" (p. 430) - is any good even in the case of the so-called scientific discourse which is thought by many to be the *summum bonum* of the Apollonian dream (no Dionysian dig intended). Dascal's onion metaphor for the multi-layer conception of significance has a consequence that the author seems not to have perceived: the level of pure propositional contents will turn out to be only as real as the slippery and elusive 'hard core' of an onion.

The volume under review contains other papers which I have not referred to but which the interested reader may peruse with profit. My central aim has been that of bringing to the fore some of the fundamental concerns of most authors. I hope to have shown that the most urgent issues in dialogue research are not methodological, but have to do with conceptual, ontological and epistemological questions. It is pointless to ignore the profound ideological differences on such basic issues.

One last point. Debates on issues of far-reaching consequence seem, as Fernando Gil opportunely notes, to have a certain polarizing effect on the issues themselves. I am persuaded to think that this phenomenon, amply attested historically, may be worth looking into with philosophical interest and may well turn out to be a veritable goldmine. If dialogic confrontation does polarize the issues involved, it may be due to the fact that the participants who initially see themselves as engaged in a dialectic struggle are, as the polemic

gathers momentum, led by the very dynamics of the confrontation to see their roles as eristic. If so, the final truth *in* and *about* dialogue may not be forthcoming from the interplay of the opposites or the resolution of the contradiction. It may indeed *be* a contradiction. Thus when Davidson says "...we cannot confidently ascribe beliefs and desires and intentions to a creature that cannot use language. Beliefs, desires and intentions are a condition of language, but language is also a condition for them" (p. 24), he may after all be getting to a profound truth, precisely by letting the cycle run its full course. By the same token, the epigraph to the volume that says that "the investigation of dialogue is parasitic upon the existence of dialogue" will probably need to be complemented by the truism that "the existence of dialogue is parasitic upon the investigation of dialogue". Existence, in other words, may be both a predicate and an attribute.

The last laugh, then, is probably reserved for Zen.

O CASO DE VERBOS PERFORMATIVOS NO NEGATIVO: SEMÂNTICA OU PRAGMÁTICA?

— TRÉPLICA A MARY KATO *

Kanavillil Rajagopalan
PUC-SP.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é examinar duas propostas com relação ao comportamento de expressões como "Eu não {ordeno, prometo, afirmo . . .} que" em língua natural e seu valor comunicativo. A primeira proposta, de nossa autoria (Rajagopalan, neste volume), trata do fenômeno como um problema pragmático e oferece uma explicação utilizando recursos de teoria de atos de fala que, dentro da nossa concepção, faz parte de um componente pragmático (Veja 53 para uma discussão mais detalhada). A segunda proposta, da autoria de Mary Kato (também neste volume), não emprega nenhum conceito da teoria de atos de fala para explicar o fenômeno em questão e, deste modo, se qualifica como uma explicação inteira e exclusivamente semântica.

2. IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

Do ponto de vista metateórico, a situação acima mencionada nos parece extremamente interessante. Isto porque, as duas explicações parecem ser capazes de dar conta de todos os fatos lingüísticos com que ambas se preocupam. Mais ainda, as duas propostas utilizam conceitos e termos teóricos que não são intercambiáveis, de modo que as diferenças não são meramente terminológicas como parecem ter sido em muitos outros casos semelhantes.

O interesse maior das duas análises consiste no fato de que uma discussão a nível metateórico sobre os méritos de cada uma delas possibilitaria, a nosso ver, um confronto direto entre semântica e pragmática, confronto esse que, em muitas outras ocasiões, tem sido prejudicado por (i) lamentável falta de consenso sobre os termos 'semântica' e 'pragmática'; (ii) diferenças radicais com relação a pressupostos teóri-

cos que direta ou indiretamente contribuem para (i); (iii) âmbito de discussão tão vasto que dificulta um exame devidamente rigoroso de cada caso; e (iv) não apresentação de dados empíricos suficientes para que se possa examinar os méritos dos argumentos em um nível mais concreto.

Já que temos um caso específico que elimina (iii) e (iv), passemos a nos posicionar frente a (i) e (ii) para que, em seguida, possamos discutir a questão com mais nitidez e menos vagueza.

3. SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

Seria pretencioso demais nos lançarmos a uma discussão neste assunto sem pedir desculpas ao leitor: são tantas as opiniões e convicções a respeito desta questão que seria quase impossível tomar uma posição absolutamente inédita. Portanto, não pretendemos oferecer nada de novo, pretendemos, apenas definir uma determinada posição dentre várias logicamente possíveis e efetivamente defendidas por diferentes estudiosos em épocas e contextos diferentes.

Vale a pena, no entanto, lembrar que não há nada sagrado sobre os termos em si, ou seja, decidir de antemão que chamaremos de 'pragmático' (ou seja qual for o termo de que nos apropriemos) um determinado fenômeno, é, em última análise, uma questão da vontade do investigador.

Por sua própria natureza a língua natural não se apresenta em fatias discretas, da mesma maneira que a natureza não nos apresenta o firmamento em esferas diferentes discretamente definidas. Somos nós que decidimos que um fenômeno 'x' constitui um fenômeno pragmático ou, no caso da atmosfera, que, a partir de uma certa altitude, chamaremos o espaço de, por exemplo, exosfera. Porém, é preciso deixar claro que quem decide empregar um termo qualquer tem obrigação de esclarecer porque precisa de tal termo e porque precisa isolar o espaço conceitual designado por tal termo e diferenciá-lo de outros espaços próximos, espaços esses que, em conjunto com o primeiro, constituem a totalidade do espaço conceitual que corresponde ao fenômeno em questão.

No caso de modelos lingüísticos, quando se usa um termo como 'pragmática', é preciso definir com clareza qual a fatia que o termo deve cobrir, quais os outros termos que designam as demais fatias que esgotam o resto do fenômeno (no caso, linguagem), e porque a primeira fatia merece um termo diferente das outras.

Tendo destacado as considerações preliminares, prosseguiremos definindo a nossa posição. A semântica tem a ver com os aspectos da significação decorrentes de considerações de verdade e falsidade. Em

questão
de caso.

outras palavras, o conceito central da semântica é o de valor veritativo. Na medida em que sinonímia, contradição (no sentido lógico), implicação (material e estrita) etc., são ligadas ao conceito de valor veritativo, tais aspectos fazem, em nossa opinião, parte de estudos semânticos. Assim, o âmbito de estudo semântico seria a chamada proposição. (Note-se que a sintaxe trata de frases gramaticais de uma língua e as várias regras determinísticas que regem a formação de tais frases).

A pragmática leva em conta os seres humanos que estão por trás do uso de enunciados e os vários fatores para-e extra-lingüísticos que acompanham o uso de linguagem para fins comunicativos, em cujo desempenho o componente estritamente lingüístico é apenas uma parte, embora de interesse primordial.

Em nossa concepção, a noção de atos de fala faz parte da pragmática⁽¹⁾, pois um ato de fala é, por definição, algo que foge a considerações veritativas. Quando afirmo que a lua é um pedaço de queijo, meu ato de afirmar não é nem falso e nem verdadeiro, enquanto que o conteúdo proposicional de minha afirmação, isto é, a idéia de que a lua seja um pedaço de queijo, pode ser julgada em termos veritativos (no caso, falsa).

É importante observar que a posição esboçada acima se baseia no pressuposto teórico que confere lugar privilegiado ao papel comunicativo de língua natural, pressuposto esse que tem sido vigorosamente contestado por, entre outros, Noam Chomsky (passim, especialmente Chomsky, 1975) mas aceito, de modo geral, por membros e adeptos do grupo da chamada filosofia oxfordiana. Assim, podemos dizer, inclusive, que em nossa visão, o estudo da pragmática se situa em uma área muito mais vasta, que é a de comunicação. Como observa Bierwisch (1980), o estudo de atos de fala é mais do que uma teoria da linguagem, é uma teoria de comunicação.

Dada a nossa posição, segue-se o fato de que os termos teóricos empregados em uma análise lingüística pertencem a um ou outro nível (semântico ou pragmático) e nunca a um e outro nível ao mesmo tempo. Assim, em uma análise pragmática, termos como 'imperativo', 'interrogativo' etc. não têm nenhum valor teórico; a única utilidade de tais termos, no caso, seria descritiva ou expositória, ou seja, a de se referirem a um certo fenômeno de uma maneira fácil de se identificar. No caso de 'interrogativo', por exemplo, a alternativa seria a de fazer referência ao fenômeno em questão como "a forma sintática de uma frase, tal como usada tipicamente (embora não necessariamente e nem unicamente) para efetuar um ato locucionário de pergunta e cuja representação semântica contém (no caso das chamadas perguntas -q) pelo menos uma variável livre, não podendo, portanto, ser qualificada como uma propo-

sição, mas, sim, como uma função proposicional dentro do escopo de um operador interrogativo". Como se pode notar, a paráfrase acima não usa a linguagem nem da sintaxe e nem da semântica; só a menciona. Contanto que a terminologia mista (como será o caso se aproveitarmos de 'interrogativo' em uma discussão a nível pragmático) não nos leve a uma anarquia conceitual, a mesma pode ser permitida em nossa metalinguagem, objetivando a economia expositória que resultaria de tal concessão.⁽²⁾

4. FATOS, FENÔMENOS, PROBLEMAS E EXPLICAÇÕES

Os chamados fatos da linguagem, que fascinam os lingüistas e filósofos, são dados empíricos encontrados por via de experiência própria ou através da intuição lingüística. Por exemplo, é um fato conhecido que expressões como "Vá à farmácia" ou "Me dê uma aspirina" correspondem sistematicamente a outras como "Você vá a farmácia" e "Você me dê uma aspirina", correspondência essa que torna possível prever a forma de expressão que corresponderia a qualquer expressão do tipo comumente chamado 'imperativo'. O fato se torna um problema quando percebemos que o único pronome que pode ocupar a posição inicial nessas frases é o de segunda pessoa. Dado o problema, procura-se uma explicação. Não pode haver nenhuma explicação a não ser dentro de um modelo teórico, implícito ou bem elaborado, mas previamente disponível. Isto é, não se cria o modelo teórico através de explicações isoladas. Ao contrário, é o modelo teórico que torna possível uma explicação. O que pode acontecer a mais é que o próprio modelo sofra ampliações, modificações, ou até revisões devido ao surgimento de novos fatos e novos problemas. No entanto, a identificação de um fato ou de um fenômeno com um problema já envolve um certo grau de ascensão do nível empírico-observacional a um nível teórico ou pré-teórico, pois mesmo uma apresentação de problema emprega determinados termos teóricos que, por sua vez, implicam em certo posicionamento frente a um modelo teórico ou outro.

Uma vez identificado o problema, podemos chamar os dados em questão de um fenômeno sintático, semântico, pragmático e assim por diante, sempre com base no tratamento teórico (ou seja, a explicação teórica) que pretendemos dar.

Voltando ao caso de frases imperativas (note-se que este termo já implica na identificação do problema como constituindo um fenômeno sintático), uma explicação estritamente sintática (de fato, uma que tem certa respeitabilidade tradicional) seria postular na estrutura profunda das frases em questão um sintagma nominal no lugar de sujeito, cuja forma morfológica seria "você" (ou "o senhor" etc.). Te-

remos, assim, uma explicação "puramente sintática" para um fenômeno "puramente sintático".

No entanto, não se deve concluir que os fatos lingüísticos existem para serem explicados em um só nível ou seja, que uma vez explicado dentro de um nível, o mesmo fato não pode ter nenhuma outra explicação que utilize conceitos que pertencem a outro nível.

No caso específico das construções imperativas, o fato de as mesmas terem "você" como sujeito "escondido" se explica facilmente à luz do reconhecimento de que em qualquer situação de interação lingüística há sempre um falante, um ouvinte e um ato de fala executado pelo falante (cf. Searle, 1975:167 para um desenvolvimento deste argumento).

A segunda explicação, que, dentro da nossa posição tal como apresentada no § 3 caberia na pragmática, dá apoio 'independentemente motivado' à explicação sintática e, o que é mais, justifica porque o sujeito oculto só pode ser a segunda pessoa e não a primeira ou terceira. Conceitos como 'ouvinte' não têm lugar em uma explicação estritamente sintática, a não ser por via indireta ou como uma maneira fácil e econômica de designar o referente típico do constituinte "você" tal como aparece em um enunciado. Como se pode notar, o único termo sintático que aparece na paráfrase de "ouvinte" é "constituente": isto é, dentro de uma explicação sintática, "ouvinte" significa nada mais que o constituinte, cuja forma grafêmica é "você" (ou "o senhor" etc.).

5. EXPLICAÇÃO SEMÂNTICA VERSUS EXPLICAÇÃO PRAGMÁTICA

Antes de examinar as duas propostas mencionadas no início deste artigo, gostaríamos de explicitar o uso dos termos metateóricos 'explicação semântica' e 'explicação pragmática'. Entendemos por 'explicação semântica', uma explicação de um determinado fenômeno lingüístico na qual se usam só termos semânticos, e nenhum termo que não caiba dentro do conjunto de termos já isolados ou que poderia ser derivado e que seja compatível com os pressupostos teóricos esboçados no § 3, de acordo com o qual, a semântica trata de aspectos de significação que têm a ver com condições veritativas que regem proposições. Entendemos por 'explicação pragmática', uma explicação dada a um determinado fenômeno lingüístico comunicativo, na qual se emprega pelo menos um termo pragmático (isto é, a explicação pode mencionar termos de outros níveis como semântica, mas deve usar pelo menos um termo que não pode ser justificado pelos princípios da semântica).

De acordo com a definição de 'explicação pragmática' elaborada acima, o que distingue uma explicação pragmática é a utilização

de pelo menos um conceito pragmático. Há, no entanto, palavras que podem ser usadas como termos tanto em semântica, quanto em pragmática.

A diferença seria conceito que está por trás dessas palavras as qualifica como termos. Um caso exemplar é 'proposição'.

Em semântica, a proposição constitui algo que tem capacidade de assumir um valor veritativo, ao passo que, em pragmática, a proposição é uma das manifestações de 'conteúdo proposicional' que junto com uma força ilocucionária forma um enunciado. Porém, há casos em que considerações sobre o valor veritativo de uma proposição (isto é, considerações que pertencem ao nível da semântica) fazem parte de uma explicação pragmática. Assim, dentre as várias 'condições de felicidade' que regem o ato ilocucionário de afirmar há uma que diz respeito ao conteúdo proposicional (no caso, a proposição afirmada no ato) a saber: para que o ato seja sincero é necessário que o falante creia que a proposição é verdadeira. Isto é, a consideração de valor veritativo da proposição que, por definição nossa, faz parte de semântica, torna-se no caso uma das condições de felicidade de um ato ilocucionário, conceito este que, por sua vez, pertence ao nível pragmático.

6. UM FATO, DUAS EXPLICAÇÕES

Examinaremos a seguir o caso de duas explicações para o mesmo fenômeno, a que nos referimos no § 1 e que motivou a exposição das observações contidas neste artigo.

O fato em questão tem a ver com expressões do tipo "Eu não ordeno que". As duas propostas (a proposta pragmática de Rajagopalan e a proposta semântica de Kato), concordam que há limitações com respeito às possíveis interpretações de tais enunciados. Por exemplo, no caso de "Eu não ordeno que.", o enunciado como está não pode ser interpretado como dizendo "Eu afirmo que." ou "Eu pergunto se." etc.

Resumiremos os pontos principais das duas propostas, deixando de lado aqueles que não afetam a área de divergência. A explicação pragmática toma, como ponto de partida, o fato de que todo enunciado, em virtude da expressão pela qual seu conteúdo proposicional se manifesta, delimita as possíveis forças ilocucionárias que possa possuir em ocasiões diferentes de enunciação. No caso de um enunciado performativo explícito que contém o verbo performativo (cuja função é a de explicitar a força ilocucionária) no negativo, ao enunciado só pode ser atribuída uma outra força já permitida pela forma do enunciado simples (isto é, a forma sem o prefácio performativo). Assim, por exemplo, atos como ordenar, solicitar e suplicar compartilham a mesma condição, no

tocante ao conteúdo proposicional, que é a de que o estado de coisas desejado não se pode obter no momento da enunciação. É por esta razão, diz o argumento, que no caso de o falante explicitar a força do seu enunciado como não sendo a de ordem, o ouvinte só pode interpretar o ato como uma solicitação ou uma súplica etc., e não como investido de qualquer outra força aleatoriamente escolhida, tal como a de afirmação ou promessa.

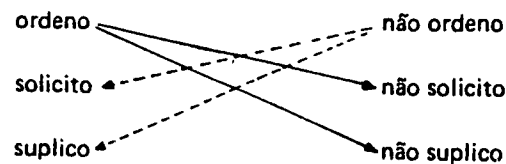
Antes de passar à explicação alternativa proposta por Kato, vale a pena explorar, com um pouco mais de detalhe, o raciocínio que sustenta nossa tese. O enunciado (1) pode perfeitamente ter a mesma função de (2), (3) ou (4).

- (1) Faça isso.
- (2) Eu ordeno que faça isso.
- (3) Eu solicito que faça isso.
- (4) Eu suplico que faça isso.

Se um falante, em uma determinada situação, preferir (2) a (1), ele estará querendo deixar explícita sua intenção quanto ao enunciado, ou seja, como ele quer que seja interpretada a força ilocucionária do seu enunciado. No caso, o falante não quer que o enunciado seja interpretado nem como uma solicitação e nem como uma súplica, mas sim como uma ordem. Agora, o que acontece em casos como (2'), (3') e (4') ?

- (2') Eu não ordeno que faça isso
- (3') Eu não solicito que faça isso
- (4') Eu não suplico que faça isso

No caso, por exemplo, de (2'), o falante está tentando evitar a possibilidade (de fato, uma probabilidade muito grande) de (1) ser entendido como uma ordem (caso contrário, ele poderia contentar-se perfeitamente com a forma mais simples que é (1). Isso quer dizer que tanto (2) quanto (2') é usado em lugar de (1), sendo que em (2), a intenção é de garantir a interpretação do enunciado como uma ordem, enquanto em (2'), a intenção é de evitar a possibilidade de o enunciado ser interpretado como uma ordem. Se supusermos que (2), (3) e (4) são as únicas interpretações possíveis de (1), podemos concluir que (2') deixa livres as duas possibilidades restantes de interpretação de (1) que são (3) e (4). Podemos captar todas estas observações no seguinte quadro.



A interpretação do quadro seria: "ordeno" implica em "não solicito" e "não suplico", "não ordeno" implica em "solicito" ou "suplico", ou, alternativamente,

- "ordeno" implica necessariamente em "não solicito" e
implica necessariamente em "não suplico"
- "não ordeno" implica possivelmente em "solicito" e
implica possivelmente em "suplico"

Assim, de certo modo, há uma certa indeterminação quanto ao uso de "não ordeno". Só o contexto maior de enunciação poderia determinar qual dessas duas (isto é "solicito" e "suplico") seria escolhida pelo ouvinte como estando de acordo com a intenção comunicativa do falante.

A tese contestadora de Kato procura estabelecer que o fenômeno pode ser explicado "pela própria natureza lexical dos [verbos] performativos". Kato duvida que (4) possa ser possível interpretação de (2'). Diz a autora: "A interpretação de "Eu não ordeno", para mim, só pode ser "Eu solicito" e não "Eu imploro" (rodapé 4). Descartada uma das duas alternativas, o problema para Kato fica o de explicar porque, de acordo com ela, "não ordenar" e "não suplicar" nos levam à única interpretação de "solicitar", enquanto "não solicitar" ainda continua tendo "ordenar" e "suplicar" como possíveis interpretações. A explicação apresentada é a seguinte: Os três verbos em questão formam uma escala, com "ordenar" e "suplicar" ocupando os pontos extremos e "solicitar" ocupando um ponto no meio. Segundo Kato, a negação de qualquer elemento nessa escala implica no elemento mais próximo⁽³⁾. Assim, a negação de qualquer elemento do extremo da escala implica no elemento medial, ao passo que a negação do elemento medial implica nos elementos que ocupam os dois extremos (evidentemente porque, tanto um quanto outro, se qualificam como 'o mais próximo'). Alega a autora ainda que o comportamento dos verbos performativos não manifesta nenhuma diferença em comparação com outros campos semânticos (semantic fields) tal como o constituído pelos lexemas "escaldante", "morno", "frio", e "gelado" que também formam escalas.

Kato conclui sua proposta dizendo: "Todos os aspectos abordados sobre performativos podem ser codificados em um componente semântico-lexical que apresente as relações entre os vários itens lexicais e as regras produtivas de acarretamento semântico".

7. OBJEÇÕES A PROPOSTA DE KATO

A proposta semântica de Kato parece, à primeira vista, muito atraente e preferível à proposta pragmática, na medida em que ela (a) não recorre a nenhum conceito, a não ser os já estabelecidos em terre-

nos independentes e (b) permite uma maior generalização (enquanto a proposta pragmática trata de verbos performativos como um grupo especial e oferece um tratamento especial).

No entanto, há uma série de considerações — empíricas, bem como teóricas — que tornam duvidosa a viabilidade da proposta semântica. No que segue, levantaremos algumas delas.

Em primeiro lugar, ao contrário do que diz Kato, “não ordenar” pode perfeitamente ter como interpretação “suplicar”. A evidência disso vem do seguinte exemplo. Suponhamos que o palácio do Rei Arthur esteja cercado por exércitos inimigos, prontos para lançarem-se ao último ataque. Nem a ajuda dos famosos cavaleiros valentes da Távola Redonda adiantou. A única esperança que resta para o rei é a mágica do nosso velho amigo Merlin. Mas acontece que Merlin está passando dias em solidão, aborrecido com o rei por causa de um desentendimento. A situação de desespero leva Sua Majestade a ir até a torre de Merlin e dizer:

(5) Eu não estou ordenando que faça alguma coisa para salvar o trono.

A nosso ver, o efeito comunicativo deste enunciado seria como se o rei tivesse dito (6)

(6) Eu suplico que faça alguma coisa para salvar o trono.

A interpretação de (5) como (6) se baseia no seguinte raciocínio. O emprego de “não ordenar” em (5) se deve ao fato de que “ordenar” a seus súditos faz parte do comportamento normal de um rei. O rei optou por explicitar a força ilocucionária do seu enunciado como não sendo a de ordem porque, sem o prefácio performativo, o enunciado simples, isto é, “Faça alguma coisa” seria interpretado como uma ordem. Descartada a interpretação como ordem, sobram (entre outras) as duas possibilidades: solicitação e súplica. Mas, em vista da situação desesperadora do rei e do desentendimento entre os dois, uma mera solicitação não seria suficiente. Tanto o rei quanto Merlin sabem disso. Assim, ao dizer (5) Sua Majestade estaria, ao mesmo tempo, pedindo desculpas a Merlin e verbalmente ajoelhando-se, por assim dizer. “Suplicar” combina muito melhor com esta postura mental do que “solicitar”.

De acordo com Kato (5) implicaria não em (6), mas em (7)

(7) Eu estou pedindo/solicitando que faça alguma coisa.

Examinemos os próprios exemplos de Kato (os números em parenteses com prefixo ‘K’ se referem a numeração no texto de Kato)

(8) (K.11) Eu não estou ordenando que saia (=estou pedindo) (= “estou implorando)

(9) (K.12) Eu não estou implorando que saia (=estou pedindo)

ver em
Kato se
há
uma
implicação?

(= “estou ordenando)

Dada uma escala, diz a autora, “a negação de um [elemento] implica não em qualquer outro, mas no [elemento] mais próximo.

Ora, se entendermos o termo ‘implicação’ como uma relação lógica, a alegação de Kato deve ser interpretada como estabelecendo a seguinte relação lógica:

(10) Eu não estou ordenando que faça alguma coisa > Eu não estou suplicando (implorando) que faça alguma coisa.

A melhor prova de que não se obtém tal implicação é o fato de (11) ser perfeitamente aceitável.

(11) Eu não estou ordenando, eu estou suplicando que faça alguma coisa para salvar o trono.

Isso porque, não há implicação que permita simultaneamente a afirmação do antecedente e a negação do conseqüente.

Uma saída para o impasse acima mencionado seria dizer que a implicação em questão não é uma implicação lógica, mas uma ‘implicatura conversacional’ do tipo discutido em Grice (1975, 1978), implicações essas que têm a propriedade de serem canceladas. Porém, fica bastante difícil acreditar que Kato queira admitir tais regras conversacionais na sua concepção de semântica.

Um outro argumento de Kato que pode ser questionado tem a ver com o escalonamento dos três verbos “ordenar”, “pedir (solicitar)” e “suplicar (implorar)” e a contestação de que tal escala é do mesmo tipo de escala formada por “escaldante”, “quente”, “morno”, “frio” e “gelado”, ou mesmo da escala formada por predicados polares como “rico” e “pobre”.

Com respeito aos adjetivos “escaldante”, “quente”, “morno” “frio” e “gelado” podemos dizer que todos eles ocupam diferentes lugares numa escala singular que é a de temperatura, sendo que cada um possui um grau diferente do mesmo traço comum que possibilita o escalonamento. Assim, o conteúdo semântico do lexema “morno” pode ser aproximadamente expresso por uma expressão complexa como “leve ou ligeiramente quente”. Em outras palavras, quando um grupo de lexemas pertence à mesma escala (em virtude da posse da mesma propriedade), o conteúdo semântico do lexema 1_n pode ser captado aproximadamente por uma expressão complexa constituída por 1_{n-1} e um modificador como “levemente” (sendo $1_1, 1_2 \dots 1_3$ a ordem decrescente dos lexemas em termos de suas posições na escala).

A questão que se levanta agora é a seguinte: Será que o mesmo acontece com a chamada escala: “ordenar”, “pedir”, e “suplicar”? Como se pode notar, o teste de aproximação ao sentido de um através da modificação de outro, produz resultado negativo. Isto é, mesmo com a

máxima generosidade de latitude, não podemos admitir, por exemplo, que "pedir" queira dizer "ordenar suavemente", ou por outro lado, que "ordenar" seja uma variação mais forte de "pedir". Em outras palavras, nenhum dos verbos em questão se traduz (mesmo aproximadamente) com ajuda de outro e um advérbio de gradação.

Antes de continuar examinando as diferenças entre os dois grupos de lexemas (adjetivos de temperatura e verbos impositivos), vejamos o que há de semelhante entre os dois. Indubitavelmente, há uma certa razão para dizer que os três verbos "ordenar", "pedir (solicitar)" e "suplicar (implorar)" constituem, na mesma ordem, uma escala. Podemos, também, caracterizar, em linguagem ingênua, de "mais forte versus menos forte", o fator responsável pelo escalonamento dos verbos em questão.

Mas o raciocínio começa a se complicar, quando tentamos traduzir a observação para uma linguagem tecnicamente precisa. Como já vimos, o conceito da força implícita na caracterização "mais forte versus menos forte" não permite nenhuma modificação (intensificação ou abrandamento) a fim de permitir a aproximação de um elemento ao elemento próximo na escala. Daí, a pergunta: Qual (Quais) o(s) critério(s) que permitiria(m) o agrupamento dos três verbos em uma só escala?

"Ordenar" se distingue, *inter alia*, de "suplicar" por uma relação de inversão com respeito à relação em termos de superioridade inferioridade entre dois indivíduos. Isto é, ordenar é um ato que procede de cima para baixo, ao passo que, em suplicar, a direção é de baixo para cima. No caso de pedir, a relação pode ser tanto uma quanto a outra.

Se nos concentrarmos nos dois verbos "ordenar" e "suplicar", fica claro que a idéia de força depende da idéia de poder que cada um acarreta. Isto é, dado que "A ordenou a B" e "C suplicou a B", podemos concluir que A é superior a B, enquanto C é inferior a B, ou seja, que A, B e C constituem uma ordem decrescente no parâmetro de poder. Isto, por sua vez, quer dizer que o escalonamento de "ordenar" e "suplicar" não está baseado em nenhum fator no interior do conteúdo semântico dos verbos, mas em fatores extra-lingüísticos como poder ou prestígio que se obtêm em relação aos indivíduos envolvidos. Veja também que a determinação de poder vai depender de em qual lado da transação lingüística nós nos localizamos (situamos). Isto é, do ponto de vista de quem ordena, "ordenar" acarreta superioridade (real ou psicológica); do ponto de vista de quem recebe a ordem e de quem a executa, "ordenar" acarreta inferioridade. Ora, neste respeito, os verbos impositivos manifestam uma tendência bastante diferente dos adjetivos de temperatura: os elementos "quente", "frio" etc. referem-se a uma

norma pré-fixada para todos. Embora o conceito de "frio" varie de um indivíduo para outro, podemos considerar a temperatura atmosférica como quente ou fria ou normal, com base num critério estabelecido independente de qualquer variação individual (como acontece de fato no caso de comentários meteorológicos no rádio e na televisão).

Do ponto de vista semântico, o que possibilita o agrupamento dos verbos impositivos é o conteúdo comum que eles compartilham, conteúdo esse que é o significado da palavra "pedir". Da mesma maneira, o que possibilita o agrupamento dos adjetivos "escaldante", "quente" etc. é o fato de que todos eles têm a ver com temperatura. No caso deste segundo grupo, há possibilidade, também, de um escalonamento, graças ao fato de que os adjetivos se distinguem em termos de diferentes graus do mesmo traço. Mas não há como escalonar os verbos impositivos apenas com base no seu conteúdo comum. Isso porque, como já vimos, não se pode definir "pedir" como "ordenar suavemente" ao contrário de "morno" que pode ser definido como "ligeiramente quente". Significa isto que a intuição dos falantes nativos quanto ao escalonamento das palavras "ordenar", "solicitar" e "suplicar" leva em consideração não só o conteúdo comum das palavras (isto é, o significado de "pedir"), mas também outros fatores como a relação interpessoal entre os locutores.

De qualquer modo, tanto Kato como nós acreditamos que "ordenar", "pedir" e "suplicar" formam um grupo natural, o que não acontece no caso de, por exemplo, verbos como "ordenar", "multiplicar" e "matar". As diferenças entre nós estão nos seguintes pontos:

- (a) para Kato, os verbos impositivos constituem uma escala semântica, para nós tal escalonamento fatalmente utiliza conceitos como a relação interpessoal entre os interlocutores, conceitos esses que não são disponíveis à semântica (o que há de comum entre "ordenar", "suplicar" etc. são fatores como objetivo ilocucionário (illocutionary point), a direção de adequação (direction of fitness) etc., fatores esses discutidos em Searle, 1973).
- (b) para Kato, os verbos impositivos "ordenar" e "suplicar" têm o mesmo comportamento dos adjetivos polares como "rico" e "pobre" ou "escaldante" e "gelado", termos esses que "admitem também uma gradação que pode ser manifesta por outros itens lexicais ao invés de elementos auxiliares como a negação ou intensificadores"; para nós, os verbos impositivos comportam-se como co-hipônimos.

Quanto a (b), a prova a nosso favor consiste na possibilidade de locuções como (1) que, como foi demonstrado, contraria a posição de Kato. Ora, se é fato que "não ordenar" pode querer dizer "suplicar",

tanto quanto "solicitar", o grupo de impositivos segue o mesmo caminho do grupo composto por palavras que indicam cor, sobre o qual diz Kato: "... a negação da cor amarela nos leva a uma paráfrase com uma disjunção múltipla, característica típica de enunciados vagos".

Com respeito a (a), a prova conclusiva será oferecida no § 7.1. 7.1. "Pedir" locucionário e "Pedir" ilocucionário

Consideremos os seguintes enunciados:

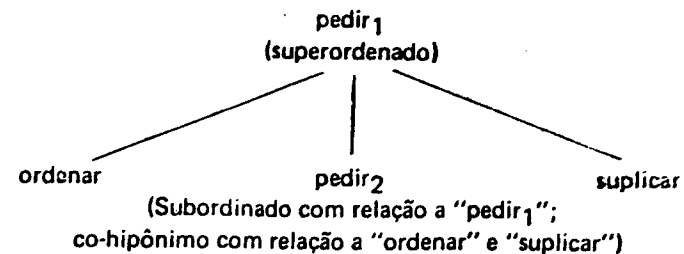
- (12) A a B : Eu ordeno que você saia.
- (13) A a B : Eu solicito que você saia.
- (14) A a B : Eu suplico que você saia.
- (15) C a D : A pediu a B que saísse.

De certa maneira, o enunciado de C em (15) serve como discurso indireto que corresponde a qualquer um dos enunciados (12), (13) e (14). Evidentemente, em (15) perde-se algo que o discurso direto possui — por exemplo, o fato de que, no caso de (12), A se baseou na sua posição de autoridade ou assumiu um papel de superioridade ao fazer seu pedido (mais discussão adiante).

O fato de (15) poder servir como discurso indireto se deve a um outro fato, ou seja, de que palavras como "ordenar" e "suplicar" podem ser definidas usando-se "pedir" como parte da definição. Por exemplo, "ordenar" pode ser defendida como "pedir" a alguém, para fazer algo, invocando ou assumindo certa posição de autoridade. Como se sabe, esta propriedade caracteriza os chamados termos superordenados. Assim, com relação a "pequês", "boxer" e "pastor alemão", a palavra "cão" seria o termo superordenado. Da mesma maneira que podemos dizer "o pastor alemão é um cão", podemos dizer que "ordenar é um modo de pedir".

É importante notar que o comportamento de "pedir" como termo superordenado a "ordenar" é totalmente diferente do comportamento de "pedir" como co-hipônimo de "ordenar" (discutido no § 7.0) co-hiponímia é uma relação que se obtém entre dois termos que são ambos subordinados com respeito a um terceiro termo. Nota-se que nenhum termo pode ser definido em termos de um co-hipônimo, como prova a não-aceitabilidade de "o pastor alemão é um (tipo de) pequês".

Podemos representar as duas relações de "pedir" pelo seguinte diagrama:



Tentaremos a seguir mostrar que "pedir₁" pertence ao nível locucionário (portanto, no âmbito da semântica), enquanto "pedir₂" pertence ao nível ilocucionário (portanto, dentro do domínio da pragmática). Mas antes, vale a pena considerar os seguintes enunciados:

- (16) "É verdade que o Geraldão pediu para você engraxar seu sapatos?"
- (17) a. "Sim, de fato ele ordenou que eu engraxasse os sapatos dele".
b. "Ele não pediu, ele me ordenou".

As duas possibilidades de responder a (16) — positivamente como em (17a) ou negativamente como em (17b) — são facilmente explicadas da seguinte maneira.

Em (17a), a palavra "pedir" em (16) é interpretada como "pedir₁", enquanto em (17b), a palavra é interpretada como "pedir₂". Assim, em (17a) a resposta segue o exemplo de (18) e em (17b) a resposta segue o exemplo de (19)

- (18) A : Seu vizinho tem um cachorro?
B : Sim, ele tem um pastor alemão.
- (19) A : Seu vizinho tem um boxer?
B : Não, ele tem um pastor alemão.

Para entender melhor a diferença entre "pedir₁" e "pedir₂", voltemos a considerar (12) e (15) (reproduzidos abaixo a fim de facilitar a consulta) e (20)

- (12) A a B : Eu ordeno que você saia.
- (15) C a D : A pediu a B que saísse.
- (20) C a D : A ordenou a B que saísse.

Uma questão que se levanta é a seguinte: Qual a diferença entre (15) e (20)? Como já foi notado, em (15), o falante (isto é C) retém alguma parte da informação contida em (12) — a parte da informação que diz respeito ao fato de A ter tomado uma atitude de superioridade vis-à-vis B. Em (20) repassa toda a informação.

Porém, a diferença entre (15) e (20) é muito maior do que

uma mera questão de quantidade de informação repassada. Em (15), C ignora ou se recusa a aceitar a força ilocucionária com que A desejou que seu enunciado (ou melhor, o conteúdo proposicional que diz respeito a saída de B) fosse entendido por B. Em (20), pelo fato de repetir a mesma palavra "ordenar" C está, digamos, endossando o sucesso do ato ilocucionário executado por A, tal como o próprio A desejou que fosse interpretado por B.

Em outras palavras, em (15) o discurso indireto capta toda a significação de (12) menos a força ilocucionária; em (20) o enunciado de C capta a força ilocucionária de (12), bem como o conteúdo proposicional. Daí, podemos concluir que (15) é um relato do ato locucionário em (12).

Observa-se que "pedir" em (15) é, na verdade, "pedir₁". A evidência disso consiste no fato de que (21) não pode, de forma alguma, ser considerado como discurso indireto que corresponde (12).

(21) C a D : A suplicou a B que saísse.

Ora, se "pedir" em (15) for "pedir₂", não há porque o mesmo não possa ser feito com ajuda de qualquer outro verbo que seja co-hipônimo de "pedir₂" (Isso comprova mais uma vez que não se pode definir um termo através de um co-hipônimo).

Os fatos apresentados acima nos levam a concluir que "pedir₁" pertence ao nível de semântica, e "pedir₂" pertence ao nível da pragmática. A nossa posição de que o escalonamento dos impositivos se deve a considerações não puramente semânticas (como sustenta Kato) justifica-se pelo fato de que a palavra "pedir" que se encontra na escala é "pedir₂" e não "pedir₁".

8. OBJEÇÕES, MAIS OBJEÇÕES

Antes de concluir nossa argumentação contra a tese semântica de Kato, gostaríamos de comentar algumas outras afirmações da autora. Segundo Kato "prometer", "não prometer" e "recusar-se a" forma uma escala da seguinte maneira:

prometer _____ recusar-se a
não
prometer

Supondo que ela esteja certa, significa — de acordo com as observações feitas sobre a suposta escala semântica composta por "ordenar", "pedir" e "suplicar" que "podem constituir uma escala do [mesmo] tipo" — que a negação de um dos elementos do extremo, di-

gamos "prometer", nos levaria ao elemento medial e não ao elemento que ocupa o pólo oposto da escala. Mas isso contraria os seguintes exemplos da própria autora:

(22) (K-13) Eu não permito que você saia (= eu proíbo que você saia)

(23) (K-14) Eu não nego que Maria é inteligente (= Eu concordo que Maria é inteligente)

Como se pode notar, de acordo com a abordagem da própria autora, existem as seguintes escalas:

permitir _____ proibir
não
permitir
concordar _____ negar
não
concordar

Assim, segundo sua própria regra, a negação de "permitir" nunca nos poderia levar a "proibir", porque o elemento mais próximo no caso é "não permitir".

Para evitar que sua abordagem gere este tipo de inconsistência, Kato especula que "prometer" e "permitir" pertencem a grupos diferentes quanto ao comportamento junto com o elemento de negação. Assim, o par "permitir/proibir" pertenceria ao grupo de termos complementares (sendo neste caso a única diferença a falta de simetria), enquanto "prometer/recusar-se a" seria um caso de termos polares. A nosso ver, não há nenhuma justificativa para tal distinção. Para começar, da mesma maneira que "A não prometeu a B" não quer dizer necessariamente "A recusou a B", "A não permitiu a B" não quer dizer necessariamente "A proibiu a B". Por outro lado, em qualquer situação em que "A recusou a B" seja verdadeira, "A não prometeu a B" também é necessariamente verdadeira; da mesma forma, se "A proibiu a B" for verdadeira, "A não permitiu a B" também é verdadeira.

Sobre (24) a autora observa que "a frase . . . pode acarretar a proposição entre parênteses"

(24) (K-16) Pedro não permitiu que Maria viesse
(Pedro proibiu que Maria viesse)

É importante ressaltar que há contextos em que tal acarretamento é

totalmente excluído pelo contexto. Como exemplo, consideremos o seguinte enunciado dentro do contexto elaborado a seguir:

(25) Eu não permiti que a força aérea bombardeasse as aldeias.

Suponhamos que quem enuncia (25) é um ditador que vem sendo condenado pela imprensa mundial por causa de um massacre que ocorreu em seu país como parte de uma ação contraguerrilha, na qual morreram centenas de pessoas inocentes. Ao dizer (25) durante a primeira entrevista coletiva concedida a jornalistas estrangeiros, o ditador não poderia estar querendo dizer (26), mas algo parecido a (27), porque (26) implicaria em algo parecido com (28), que simplesmente não poderia ter sido sua intenção comunicativa. (27), por sua vez, implicaria em algo parecido com (29).

(26) Eu proibi que a força aérea bombardeasse as aldeias

(27) A força aérea agiu por conta própria

(28) A força aérea agiu contra as minhas diretrizes

(29) Eu não sou quem deu a ordem para o massacre e pretendo investigar o caso e punir os responsáveis.

9. CONCLUSÕES

9.1 Específicas

A discussão acima nos levou às seguintes conclusões com respeito ao comportamento de verbos performativos, principalmente, os no negativo, em línguas naturais:

- A estrutura léxico-semântica dos verbos performativos e o que podemos chamar de sua performatividade pertencem a níveis diferentes.
- Devido a (a), os aspectos de comportamento de tais verbos que envolvem sua performatividade não são suscetíveis de uma explicação puramente semântica.
- Os verbos performativos, na sua função de portadores de forças ilocucionárias, não são reduzíveis um a outro, embora haja tais relações entre estes verbos, quando considerados do ponto de vista estritamente semântico, como simples itens lexicais.
- A explicação estritamente semântica não dá conta das duas possibilidades de resposta em (17), fato esse cuja explicação necessita recorrer à distribuição entre 'ato locucionário' e 'ato ilocucionário', conceito esse que não é disponível na teoria semântica, tal como abordada no § 3.

9.2 Gerais

No § 2 levantamos a hipótese de que uma comparação entre a explicação pragmática (proposta por Rajagopalan) e a explicação semântica (apresentada por Kato) do comportamento de verbos per-

mativos no negativo, poderia nos levar a discutir questões mais amplas, como os papéis de semântica e pragmática no estudo de língua natural.

É importante, no entanto, não esquecer que nosso interesse único e exclusivo é explicar fatos lingüísticos, e não defender este ou aquele modelo teórico-explicativo. Mesmo assim, quando se vê que duas hipóteses, de naturezas bem diferentes, parecem ser capazes de explicar o mesmo fenômeno, é sinal de que a discussão deve ser levada a um nível metateórico com ajuda, se for possível, de mais dados empíricos.

É preciso destacar, também, que não há como discutir questões metateóricas sem apelar constantemente para os pressupostos teóricos. A validade de pressupostos teóricos não se discute a não ser em termos do poder explicativo que eles nos fornecem.

Esperamos ter conseguido prover uma avaliação crítica das duas propostas para explicar a eficácia comunicativa dos verbos performativos no negativo e estabelecer que a solução semântica, embora inicialmente atraente, deixa sem explicação uma série de fatos lingüísticos. Quanto aos pressupostos teóricos dentro dos quais foi conduzida nossa argumentação, não há dúvida que existe ainda espaço para polêmica. Existem teóricos para quem não é preciso fazer uma distinção entre semântica e pragmática; por outro lado, também há lingüistas que gostariam de transferir os fatos pragmáticos ao nível de desempenho lingüístico, privilegiando assim os fatos semânticos. A discussão continua, mais vigorosa do que nunca.

A nosso ver, os únicos critérios que podem ser levados em conta a fim de julgar os méritos de duas propostas conflitantes são (a) o poder explicativo (medido em termos de extensão de fatos que podem ser explicados) de cada uma e (b) a simplicidade e clareza do aparato. No entanto, não há nada de errado sobre o fato de que um aparato teórico — tal como o da semântica vericondicional — mal pode explicar todos os fatos lingüísticos — comunicativos.

A semântica, tal como apresentada no § 3 não está equipada para fornecer explicações para os 'fatos vivos' de comunicação, uma vez que trata das proposições que são, na verdade, construtos teóricos. A lei de gravidade não explica porque é que um paraquedas leva mais tempo que o previsto pela lei para descer, devido ao fato de que a mesma foi elaborada tendo em mente condições extremamente idealizadas (tal como um vácuo absoluto), condições essas que não se obtêm em situações reais.

Finalmente, é preciso enfatizar que, quando houver duas explicações para o mesmo fenômeno, a descoberta de que uma é mais fundamentada que a outra, não quer dizer que essa seja completamente fora de propósito. Sejam quais forem as diferenças entre semântica e

pragmática, não pode haver nenhuma diferença no princípio de inferência que se faz em qualquer nível; isso porque os métodos de raciocínio e de argumentação são os mesmos, só os conceitos que fazem parte da metalinguagem — as ferramentas que nos ajudam a pensar — mudam de um nível para outro.

NOTAS

* Agradecemos a Mary Aizawa Kato cujo espírito crítico e científico sempre serviu para mim como um modelo; não fosse por ela, este artigo teria ainda mais falhas de raciocínio. Agradecemos também a Leila Barbara e Eleonora Motta Maia pelos comentários e sugestões e Maria Elisa Lippe C. de Oliveira e Almiro Pisetta pela ajuda na redação do texto.

(1) Esta posição nossa não coincide com a posição mantida pelo próprio Searle. Citando-o, "Semantic competence is in large part the ability to perform and understand what philosophers and linguists call *speech acts*" (Searle, 1972: 25-6).

(2) Assim, no seu artigo, Kato não usa o termo 'performativo', só o menciona. Isso porque, dada sua posição de que todos os problemas abordados podem ser explicados em um componente semântico-lexical, o termo 'pragmático' se torna uma maneira econômica de fazer referência a "aquilo que os pragmaticistas chamam de 'performativo'" de vez que (a) o conceito de 'frases performativas' não faz parte da bagagem conceitual da semântica e (b) em vista do tratamento puramente semântico que Kato pretende dar ao problema, não é preciso mais distinguir entre 'performativos' e 'não-performativos'.

(3) Para Kato, a interpretação de "O noivo não é rico" é unicamente "O noivo não é rico nem pobre" (K-8b). Porém, Lyons (1977: 278) alega: "Although gradable and ungradable opposites may be distinguished in terms of their logical properties, it must also be borne in mind that gradable antonyms are frequently employed in everyday language behavior as contradictories rather than contraries. If we are asked *Is X a good chess-player?* and we reply *No*, we may will be held by the questioner to have committed ourselves implicitly to the proposition that X is a bad chess-player".

Referências Bibliográficas

Bierwisch, M. (1980) 'Semantic structure and illocutionary force'. Em J. R. Searle e outros (orgs) (1980). *Speech Act-Theory and Pragmatics*. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing

Company. Pp. 1-36.

Chomsky, N. (1975). *Reflections on Language*. Nova Iorque: Pantheon Books.

Grice, H.P. (1975). 'Logic and conversation'. Em P. Cole e J.L. Morgan (orgs.) (1975). *Syntax and Semantics Vol. 3. Speech Acts*. Nova Iorque: Academic Press. Pp. 41-58.

——— (1978). 'Further notes on logic and conversation' Em P. Cole (orgs.) (1978). *Syntax and Semantics Vol. 9 Pragmatics*. Nova Iorque: Academic Press. Pp. 113-27.

Lyons, J. (1977). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Searle, J.R. (1972). 'Chomsky's revolution in linguistics'. Em G. Harman (org.) (1974). *On Noam Chomsky*. Nova Iorque: Doubleday.

——— (1973). 'A classification of illocutionary acts'. Em A. Rogers e outros (orgs.) (1977). *Proceedings of the Texas Conference on Performatives, Presuppositions, and Implications*. Arlington, Virginia: The Center for Applied Linguistics. Pp. 27-46.

——— (1975). 'Speech act Theory and recent linguistics'. Em J.R. Searle (1979). *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.

39ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, Brasília - Julho, 1987

MESA REDONDA : FILOSOFIA DA LINGÜÍSTICA

FILOSOFIA DA LINGÜÍSTICA: O QUE É E PARA QUE SERVE ?

Kanavillil Rajagopalan

UNICAMP e PUC-SP

Considerações iniciais

Por ter sido cunhado bem recentemente e ainda não posto em livre circulação, o termo 'filosofia da lingüística' pode levar alguém a desconfiar que esteja a caminho mais um daqueles modismos, mais um cometa de Halley acadêmico. Ademais, ainda persiste em nossos meios - é claro, com todas as reservas e ressalvas cabíveis - um forte receio, uma forte resistência, quanto a incursão destemida da filosofia nas terras onde a ciência da linguagem - a lingüística - clama privilégio da exploração exclusiva a título de direito adquirido. Para um lingüista, então, que não estiver convencido da justificativa para uma filosofia da linguagem diferente e independente da sua ciência da linguagem que se chama 'lingüística', propor uma 'filosofia

da lingüística' seria a última gota d'água.

Todavia, há um excelente argumento que, de imediato, desarmaria, de uma vez por todas, o nosso colega lingüista desconfiado. Bastaria só chamar a sua atenção para o fato de que uma filosofia da lingüística seria nada mais que uma consequência inescapável da própria caracterização da lingüística como ciência. A filosofia da lingüística, portanto, terá de ser encarada como tão digna quanto a filosofia ^{da} matemática, a filosofia da física, e por aí fora. Em outras palavras, uma filosofia da lingüística viria em benefício, não só da filosofia, mas, sim, da própria lingüística - na medida em que serviria, no mínimo, para ressaltar seu 'status' como ciência madura e em pé de igualdade com outras ciências maduras como a física.

Pode começar a parecer, então, que a raison d'être para uma filosofia da lingüística está desde logo garantida de um modo trivial e tautológico, e que nada mais precisaria ser dito a respeito do assunto. Pelo menos, é o que parece crer Jerrold J. Katz, lingüista de renome e organizador de um recente volume intitulado The Philosophy of Linguistics (Katz, 1985), para quem, porém, não resta dúvida de que é exclusivamente a filosofia que tem a ganhar do "potencial filosófico da filosofia da lingüística"(p. 16). Agora, com respeito a essa última, é preciso conter os nossos ânimos, pois, ocorre que no mundo acadêmico perguntas do tipo "Quem tem a ganhar de quem?" nem sempre refletem preocupações de ordem metateórica ou de qualquer outra ordem que

tenha como fonte inspiradora curiosidade intelectual, pura e simples. De fato, é muito mais comum que tais indagações estejam inseridas num contexto exclusivamente institucional que, no fundo, diz respeito à própria sobrevivência de um determinado campo de estudo e pesquisa enquanto disciplina autônoma. ⁽¹⁾

A luz das reflexões acima, farei a minha contribuição para esta mesa redonda, dirigindo-me a duas perguntas específicas: (a) O que é a filosofia da lingüística? e (b) Para que serve a filosofia da lingüística? Antecipando um pouco o rumo que minhas colocações devem tomar, adianto neste instante que tomarei posições contrárias às de Katz em relação a ambas as perguntas. Concernente à primeira pergunta que diz respeito a própria definição do conteúdo da filosofia da lingüística, argumentarei que muitas das questões que supostamente estariam - isto é, segundo Katz - reservadas para a filosofia da lingüística, não são questões de uma ordem mais elevada. Ou seja, uma filosofia da lingüística, longe de ser a posteriori à lingüística, será - como tentarei mostrar - parte integral de qualquer empreendimento sério que vise refletir sobre, enfim entender, o fenômeno chamado linguagem. Quanto à segunda pergunta "Para que serve a filosofia da lingüística?", a minha posição será - em conformidade com a posição assumida frente a primeira pergunta - a de que a filosofia da lingüística constitui a única garantia de, no meio de tantos modelos teóricos, tantos paradigmas

Além disso
nta: 2

para a 1ª - 500
unidade?

de pesquisa, não perdermos de vista o nosso objetivo maior - coisa que infelizmente acontece mais comumente do que gostaríamos de admitir.

O que é a filosofia da lingüística?

Graças à tendência formalista e logicista que inegavelmente tem norteado a lingüística moderna, existe em nossos meios uma crença bastante difundida e fortemente enraizada que é a de que a lingüística, por ser um discurso eminentemente metalingüístico sobre a língua natural, qualifica-se como um discurso por excelência da segunda ordem, isento portanto das enfermidades que afligem os discursos da primeira ordem. Foi essa crença - sem sombra de dúvida, parte da herança que a lingüística recebeu do pensamento neopositivista - que fez com que Bloomfield (1936, 1944) adotasse como lema seu famoso pronunciamento: "Aceite tudo o que a nativo disser em sua língua, e nada do que ele falar sobre ela". Para Bloomfield, o que tornava inaceitáveis os comentários pretensamente metalingüísticos por parte do nativo-leigo era o fato de que o mesmo não dispunha de uma metalinguagem à altura da tarefa. O mesmo princípio - que podemos chamar de 'princípio de escala imóvel' - que Bloomfield usa para proteger o discurso da lingüística contra eventual contaminação pelo discurso leigo faz transparecer, anos mais tarde e a despeito da toda a celebrada revolução, na lingüística chomskiana. Refiro-me aos três níveis de adequação que

propõe Chomsky (1965) para avaliar uma gramática - na ordem crescente, a adequação observacional, a adequação descritiva e a adequação explanatória. Ou, se quiser, um nível pre-lingüístico, um lingüístico e um meta-lingüístico. Ou, talvez ainda, um nível lingüístico, um meta-lingüístico e um meta-meta-lingüístico.⁽²⁾

Dentro desta tradição formalista que até hoje predomina na lingüística, poderia parecer que a filosofia da lingüística venha a ocupar o lugar previsivelmente reservado a uma meta-lingüística. É neste sentido que Katz, na introdução ao livro que mencionei acima, fala das duas 'viradas lingüísticas' (linguistic turns) que, segundo ele, ocorreram no século XX (a saber, a primeira, a que colocou a linguagem como objeto central da filosofia e a segunda, a que colocou a lingüística como principal preocupação dos filósofos que "desejavam por seus pensamentos sobre linguagem sobre uma base científica" (p.1.) e caracteriza a 'filosofia da lingüística' como uma terceira virada lingüística que colocaria na mira dos filósofos os fundamentos da lingüística. Uma primeira objeção a ser feita contra essa caracterização da filosofia da lingüística seria a de que a mesma não teria nada a ver com a filosofia da linguagem, na medida em que teria como matéria prima apenas os fundamentos da lingüística. Estranha situação essa. O senso comum nos adverte neste instante sobre o perigo de restringir, de antemão, o escopo de uma área tão importante. Cabe lembrar aqui a seguinte observação

bem ponderada de Searle (1975: 90): "Nem a filosofia da linguagem' nem a 'lingüística' se apresentam como nome de algo bem definido, sobretudo hoje em dia quando a lingüística se encontra num período de fluxo e de redefinição." Diante deste quadro, seria imprudência total erguer a filosofia da lingüística sobre alicerces tão pouco seguros.

A indefinição que ameaça a lingüística hoje ou em qualquer outra época não é um fator desestimulante quanto à justificativa para uma filosofia da lingüística. Pelo contrário, ela é sua maior justificativa. Ou seja, é em virtude da multiplicidade de modos de fazer lingüística que se faz inadiável o reconhecimento de uma filosofia da lingüística. Ou melhor, a necessidade de uma filosofia da lingüística torna-se cada vez mais visível numa época como a de hoje caracterizada pela falta de um paradigma reinante. Será isto, então, a única justificativa para pensarmos numa filosofia da lingüística? Essa pergunta nos leva a uma outra - por coincidência a segunda pergunta que me propôs no início deste trabalho: "Para que serve a filosofia da lingüística?"

Para que serve a filosofia da lingüística?

Como acabamos de ver, a filosofia da lingüística recomenda-se muito claramente diante da proliferação dos modelos teóricos e, por que não dizer, das ideologias teóricas, e a ausência de um paradigma que dê ao menos a

sensação de uma convergência no tocante às grandes questões polêmicas sobre a linguagem. É preciso frisar que mesmo nos períodos de relativa tranquilidade neste sentido, certas questões de ordem filosófica sempre pediam para serem discutidas, embora ficassem despercebidas sua importância e urgência. Aliás, uma análise mesmo superficial da história da lingüística nos levaria a concluir que os grandes momentos de glória foram, quase sem exceção, marcados por intensos debates sobre questões de inspiração filosófica, porém de interesse imediato para o lingüista. Está incluído nesta categoria, o grande debate da antigüidade entre os naturalistas e os convencionalistas, mantido aceso, até hoje, por Donald Davidson (1985) e Michael Dummett (1973), entre tantos outros. Na lingüística dita moderna, a fonologia sempre foi uma das sub-áreas que serviu de palco para alguns dos mais exacerbados debates que indubitavelmente contribuíram para grandes avanços. Contudo, seria ingênuo pensar que os grandes temas envolvidos - quer a questão de como caracterizar a natureza do fonema, quer a questão de permitir ou não segmentos abstratos na representação profunda - apenas diziam respeito a tomada de decisões a nível metodológico. De fato, eram todos eles temas profundamente filosóficos na medida em que lidavam, no fundo, com a própria essência da língua natural e as diversas possibilidades de concebê-la teoricamente. A mesma observação se aplica com igual

propriedade aos famosos debates de tempos de hoje na área de gramática entre Chomsky (passim) e Hockett (1968), e a assim chamada 'guerra civil' dentro da escola gerativa que envolveu Chomsky(1970), Lakoff (1971,1972), Jackendoff (1972), McCawley (1968), Postal (1970) entre outros, ou ainda, as inúmeras controversias de cunho mais reconhecivelmente filosófico nas quais participaram de um lado Chomsky e de outro Skinner(1957), Quine (1970), Putnam (1980), Searle (1972), Harman (1967) e tantos outros.

A propósito, os fatos acima relacionados nos mostram claramente que apesar dos desejos dos grandes mestres, a linguística nunca foi na prática uma ciência nem taxonômica (Hockett, 1958), nem explicativa (Chomsky, 1965), mas sim uma ciência, por excelência, argumentativa no sentido de que os momentos de grande efervescência foram gerados pelo espírito , não de classificação, nem de descoberta, e nem sequer de explicação, mas sim de debate - o que, por si só, torna a linguística um parente bem mais próximo da filosofia do que de qualquer ciência exata.

Considerações finais

As reflexões feitas até agora nos deixam cara à cara com uma questão de extrema importância, porém quase sempre tratada ou como ponto pacífico ou como algo fora do âmbito da linguística: o estatuto da própria linguística como ciência. As raras exceções neste sentido como Schank e Wilks (1974), Itkonen (1976), Hammarström (1978) etc. apenas

confirmam a regra. É preciso chamar atenção para o grave perigo que se esconde atrás do desinteresse total da grande maioria pela questão: de um lado cria-se uma falsa sensação de cientismo (cf. Sampson, 1980); Matthews, 1982)) e de outro, perpetuam-se preconceitos contra qualquer teoria que não tenha o carimbo de autenticidade da lingüística oficial (cf. Chitton, 1984). Não me resta mais nenhuma dúvida de que a lingüística, em última análise, não tem como evitar ou mesmo postergar tais questionamentos sobre sua própria natureza. Mais uma vez, a semelhança com a filosofia torna-se gritante. Assim como da filosofia, não há como sair da lingüística. Ou seja, é igualmente pertinente à lingüística o seguinte epigrama de Bertrand Russell (1959) sobre a filosofia: "O clérigo que perde sua fé, abandona seu chamado; o filósofo que perde a sua, redefine seu objeto". Foi assim que Saussure redefiniu a linguagem como um fato social, e Bloomfield redefiniu a lingüística como uma ciência behaviorista; foi assim também que, Chomsky chegou a redefinir a linguagem como fenômeno psíquico e a lingüística como parte da psicologia cognitiva. São apenas alguns exemplos ilustres.

Qual a moral da estória? É bem simples: ninguém jamais deixou de ser lingüista, só porque redefiniu seu objeto. Isto porque a lingüística, ao longo de todos estes anos, sempre possuiu uma inusitada capacidade

de regeneração, um potencial inesgotável para redefinição - que é, no fim das contas, a sua marca registrada. Daí, o 'porquê' da filosofia da lingüística.

- 0 -

NOTAS

(1) Numa outra oportunidade (Rajagopalan 1986), chamei de 'acadêmico-intelectual' o polo oposto ao interesse institucional. Hoje acho que foi infeliz o emprego de 'acadêmico', haja visto que a própria palavra 'academia' destaca o aspecto institucional muito mais que o intelectual. Embora ainda não satisfeito com o termo 'intelectual', continuo a acreditar que a distinção em si é bem motivada. É o interesse institucional que leva os pesquisadores a proteger, a qualquer custo, a integridade do seu campo contra os demais campos afins, reiterando sempre sua autonomia.

(2) Não importa qual a terminologia exata que se usa. O importante é que para Chomsky, cada nível pressupõe os níveis anteriores, e tem, deste modo, uma relação 'meta-' ao que o precede imediatamente. É neste sentido que, segundo Chomsky, a adequação explanatória se atinge em relação

aos princípios universais, ou seja, a 'gramática universal', ou, como diz o próprio Chomsky, 'a gramática das gramáticas'.

REFERÊNCIAS

BLOOMFIELD, L. (1936). 'Language or ideas ?'. Language. Vol. 12. Pp. 89 - 95. Reproduzido em Katz 1985. Pp. 19 - 25.

——— (1944). 'Secondary and tertiary responses to language.' Language 20. Pp. 45 - 55.

CHITTON, P. (1984). 'Orwell, language and linguistics.' Language and Communication. Vol. 4. no. 2. Pp. 129 - 146.

CHOMSKY, N.A. (1965). Aspects of the Theory of Syntax. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press.

DAVIDSON, D. (1985). 'Communication and convention'. Em M. Dascal (Org.) Dialogue: An Interdisciplinary Approach. Amsterdam: John Benjamins. Pp. 11 - 26. Trad. 'Comunicação e convenção.' Em Cadernos de Estudos Linguísticos, Unicamp. No. 9. Pp. 9 - 22.

DUMMETT, M. (1978). 'Truth'. Em M. Dummett. Truth and Other Enigmas. Londres: Duckworth.

HALLARSTRÖM, G. (1978). 'Is linguistics a natural science ?'. Lingua. Vol. 45. No. 1. Pp. 15 - 32.

HARMAN, G. (1967). 'Psychological aspects of the theory of syntax.' Journal of Philosophy. Vol. 64. Pp. 75 - 87.

HOCKETT, C.F. (1958). A Course in Modern Linguistics.
Nova Iorque: Macmillan.

——— (1968). The State of the Art. The Hague: Mouton.

ITKONEN, E. (1976). 'The use and misuse of the principle
of axiomatics in linguistics.' Lingua 38. nos. 3/4. Pp. 185
- 220.

JACKENDOFF, R. (1972). Semantic Interpretation in Gene-
rative Grammar. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press.

LAKOFF, G. (1971). 'On generative semantics.' Em D.
Steinberg e L. Jakobovits (Orgs.) (1971). Semantics:
An Interdisciplinary Reader. Cambridge: CUP.

McCawley, J. (1968). 'Concerning the base component of a
transformational grammar.' Foundations of Language.
4. Pp. 243 - 269.

MATTHEWS, P.H. (1982). 'Formalization.' Em D. Crystal (Org.)
(1982). Linguistic Controversies. Londres: Edward Arnold.
Pp. 1-15

POSTAL, P. (1972). 'The best theory.' Em S. Peters (Org.)
(1972).^{Em} Goals of Linguistic Theory. Englewood Cliffs,
Nova Jersey: Prentice-Hall.

PUTNAM, H. (1980). 'What is innate and why.' Em M.
Piattelli-Palmarini (org.) (1980). Language and
Learning. The Debate between Jean Piaget and Noam
Chomsky. Londres: Routledge & Kegan Paul. Pp. 287 - 309.

QUINE, W.V.O. (1970). 'Methodological reflections on
current linguistic theory'. Synthese. 21. Pp. 386 - 398.

RAJAGOPALAN, K. (1986). 'Comunicar é preciso'. Boletim da
Associação Brasileira de Linguística. No. 8. Pp. 83 - 86.

- RUSSELL, B. (1959). 'Foreword' a E.Gellner (1959). Words and Things. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- SAMPSON, G. (1980). Schools of Linguistics. Londres: Hutchinson.
- SCHANK, R.C. e Y. WILKS (1974). 'Goals of linguistic theory revisited.' Lingua. Vol.34. no.4. Pp. 301 - 325.
- SEARLE, J.R. (1972). 'Chomsky's revolution in linguistics.' The New York Review. Pp. 16 - 24.
- (1975). 'Linguistics and the philosophy of language.' Em R. Bartsch e T. Vennemann (Orgs.) (1975). Linguistics and Neighboring Disciplines. Nova Iorque: North-Holland. Pp. 89 - 100.
- SKINNER, B.F. (1957). Verbal Behavior. Nova Iorque: Appleton-Century Crofts.